



NÚCLEO DISTRITAL DE VISEU

**CARACTERIZAÇÃO SÓCIO - ECONÓMICA DO
DISTRITO DE VISEU**

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Caracterização Sócio- Económica do Distrito de Viseu (2007)

AUTOR

**José Filipe Trincão Machado
Núcleo Distrital de Viseu da Rede Europeia Anti- Pobreza/ Portugal**

ÍNDICE

Introdução	6
1- BREVE ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	7
2- POPULAÇÃO	22
2.1- Área, População Residente, Freguesias e Densidade Populacional	22
2.2- População Residente segundo Sexo e Grupo Etário	23
2.3- Outros Indicadores Demográficos	25
2.4- População com Deficiência	26
2.5- Emigração	27
2.6- Imigração	29
2.7- Conclusões	31
3- SAÚDE	32
3.1- Infraestruturas e Pessoal de Saúde	32
3.2- Óbitos por doença	36
3.3- Óbitos por Acidentes de Viação e de Trabalho	38
3.4- Taxa de suicídio	41
3.5- Taxa de Alcoolismo	42
3.6- Despesas com cuidados de saúde	43
3.7- Conclusões	46
4- EDUCAÇÃO	47
4.1- Escolaridade da População	47
4.2- Equipamentos Escolares segundo Nível de Ensino	51
4.3- Alunos matriculados e pessoal docente segundo nível de ensino	54
4.4- Taxas de Sucesso Escolar por Níveis de Ensino	55
4.5- Taxa de Abandono Escolar	56
4.6- Despesa Pública com a Educação	57
4.7- Conclusões	59
5- EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO	60
5.1- População activa e empregada	60
5.2- Taxa de Emprego por Sector de Actividade e Sexo	61
5.3- População desempregada	62
5.4- Taxa de Desemprego de Longa Duração	66
5.5- Número Médio de Horas de Trabalho por Sector de Actividade	67

5.6- Remunerações Médias	68
5.7- Caracterização do vínculo laboral	69
5.8- Emprego/ Trabalho Infantil e Juvenil	70
5.9- Mercado Social de Emprego	72
5.10- Conclusões	74
6- PRODUTO E RENDIMENTO	75
6.1- PIB por Habitante	75
6.2- PIB Crescimento Anual	77
6.3- PIB por Pessoa Activa	79
6.4- Taxas de Consumo	80
6.5- Conclusões	82
7- HABITAÇÃO, CONSUMO E BEM ESTAR	83
7.1- Licenciamentos pelas Câmaras Municipais	83
7.2- Edifícios	85
7.3- Despesa Pública com Cultura e Lazer	88
7.4- Consumo de Bens Culturais	88
7.5- Conclusões	90
8- PROTECÇÃO SOCIAL	91
8.1- Distribuição do Número de Equipamentos e Valências pelo Público-Alvo	92
8.2- Total da Despesa Protecção Social com Invalidez, Velhice e Sobrevivência	101
8.3- Total da Despesa da Protecção Social com Doença e Maternidade	104
8.4- Despesa de Protecção Social com a Família	106
8.5- Total da Despesa da Protecção Social com o Desemprego	108
8.6- Despesa de Protecção Social com o Rendimento Social de Inserção	109
8.7- Doenças Profissionais	113
8.8- Conclusões	115
9- TECIDO ECONÓMICO E EMPRESARIAL	116
9.1- Empresas e Estabelecimentos	116
9.2- Sociedades	120
9.3- Conclusões	124
CONCLUSÕES	125
BIBLIOGRAFIA	130

GLOSSÁRIO

135

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

147

INTRODUÇÃO

O presente documento constitui um diagnóstico de âmbito sócio-económico do Distrito de Viseu nas áreas da população, saúde, educação, emprego e condições de trabalho, produto e rendimento, habitação, consumo e bem estar, protecção social e tecido económico e empresarial.

A análise é feita tendo em conta os concelhos que compreendem o Distrito de Viseu, assumindo-se como base de referência para comparação de dados o território nacional.

Recorremos a indicadores provenientes de organismos oficiais detentores de informação estatística relevante para a obtenção de dados.

Apesar de vivermos numa sociedade em constante mudança, este estudo pretende ser o mais actual possível, assinalando os pontos fundamentais que têm vindo a atingir a região na realidade quotidiana e que, mesmo não sendo estanques vão-se desenhando ao longo dos tempos e levando a conclusões com um grau de precisão suficiente para que se possam constituir como indicadores de forças e fraquezas da região.

1-BREVE ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O Distrito de Viseu tem como marca alguma heterogeneidade entre os diversos concelhos existentes, resultante da diversidade territorial existente. O distrito tem uma superfície de 5007 km²¹, estendendo-se por 24 concelhos e dividindo-se na região norte e centro do país: divide-se, segundo a Nomenclatura de Unidades Territoriais (NUT), de nível III, em 3 sub-regiões – Dão Lafões, Douro e Tâmega, sendo a primeira pertencente à zona Centro e as seguintes à zona Norte do país. A divisão dos concelhos pelas diferentes NUTS indica-nos que os concelhos de Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela pertencem à região de Dão Lafões, Armamar, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca ao Douro e Cinfães e Resende ao Tâmega, conforme indica o Mapa 1.

O distrito de Viseu faz a ponte entre o litoral e o interior, sendo o primeiro mais desenvolvido pela maior existência de indústria e pela densidade populacional maior e o segundo desertificado e isolado, tornando-se cada vez mais à medida que o grau de interioridade vai aumentando.

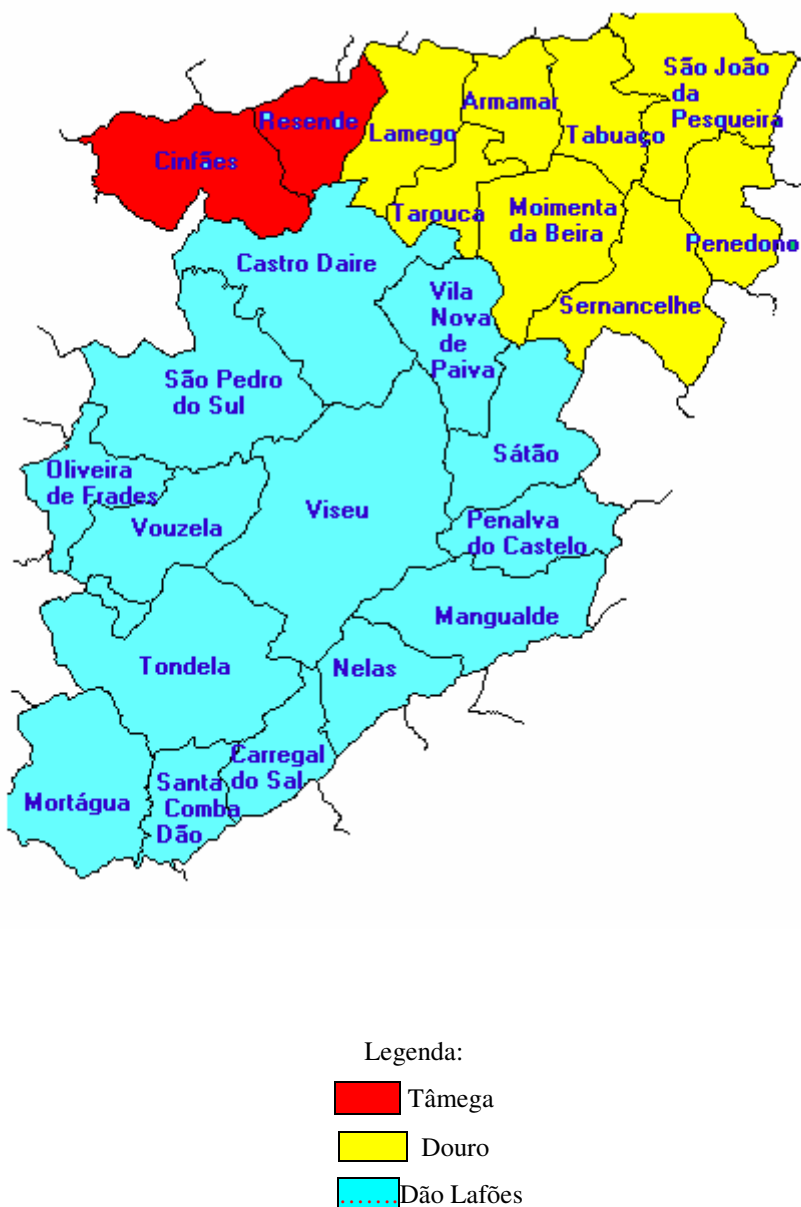
Tanto encontramos “espaços bem apetrechados do ponto de vista de infraestruturas sociais, possuindo vários hospitais e centros de saúde, assim como escolas, jardins de infância e lares de idosos e onde as acessibilidades permitem uma fácil comunicação entre as localidades”², nomeadamente no concelho de Viseu, com um estatuto notoriamente mais urbano no assumir da condição de capital de distrito, como “áreas com cariz marcadamente rural, onde escasseia uma população, de si já bastante envelhecida, em resultado da saída das pessoas em busca de melhores condições de vida, possuindo menos infra-estruturas colectivas e onde a rede viária é pouco densa, dificultando, desta forma, a mobilidade das pessoas entre os diferentes locais”³. Isto é mais visível à medida que o interior vai ganhando uma maior profundidade. Desta forma, o atingir de um estado de desenvolvimento semelhante ao das áreas mais próximas do litoral torna-se complexo, originando diferentes níveis de acesso à cultura e aos mecanismos promotores do desenvolvimento.

¹ 1- www.gov-civil-viseu.pt

² 2- Dão Lafões- uma caracterização estatística- cadernos regionais região centro, 2001 nº1

³ 3-Idem

Mapa 1: Distrito de Viseu por NUT III



Fonte: Site da Associação Nacional de Municípios Portugueses, acedida em 8/5/2007

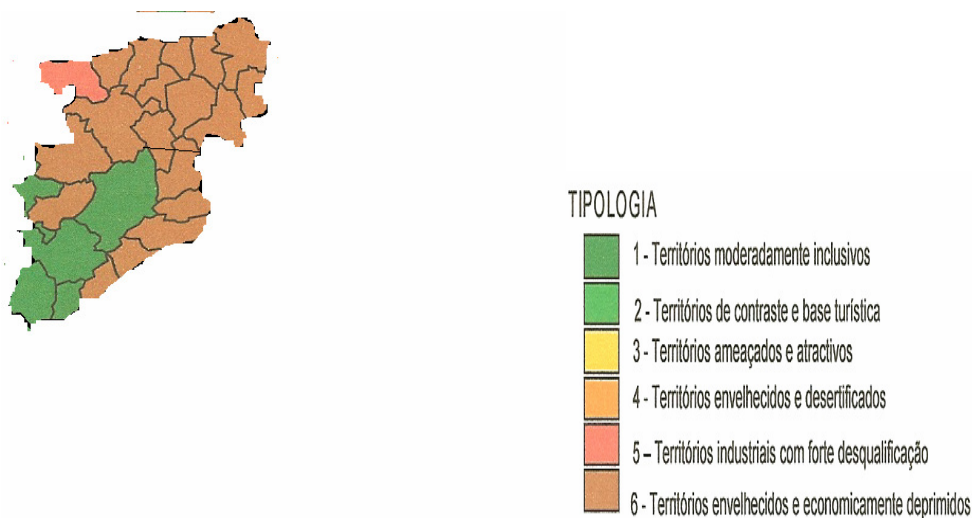
O estudo “Tipificação das Situações de Exclusão Social em Portugal Continental”⁴ classifica os territórios através de uma divisão entre 6 estados básicos numa tipologia de inclusão/exclusão: territórios moderadamente integradores (**Tipo 1**), territórios de contraste e base turística (**Tipo 2**), territórios ameaçadores e atractivos (**Tipo 3**), territórios envelhecidos e desertificados (**Tipo 4**), territórios industriais e com forte desqualificação (**Tipo 5**) e territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (**Tipo 6**). Paralelamente, existe uma tipologia que divide em 5 tipos os territórios consoante a sua maior urbanidade ou ruralidade, com o **tipo 1** (*grande dimensão dos lugares, níveis de qualificação do emprego elevados*) **tipo 2** (*idades médias com forte dinamismo demográfico, população qualificada e*

⁴ 4- Instituto da Segurança Social, Tipificação das Situações de Exclusão Social em Portugal, Janeiro de 2005. Este estudo abrange o território nacional e visa tipificar as situações de exclusão social através de um conjunto de indicadores que pretendem demarcar os territórios de forma a criar orientações justificativas de uma maior urbanidade ou ruralidade, numa análise feita ao nível de cada concelho

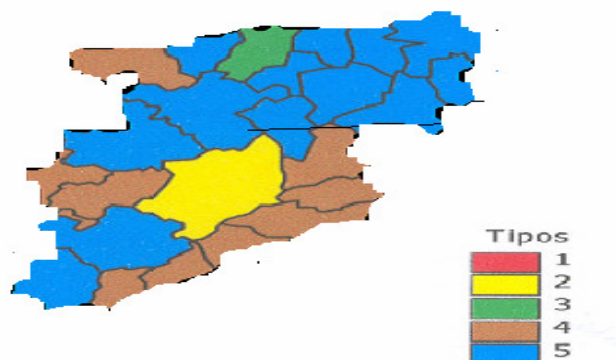
bons equipamentos), **tipo 3** (centros urbanos com 5000 a 10000 habitantes), **tipo 4** (*concelhos demograficamente dinâmicos, com forte peso do emprego industrial*) e **tipo 5** (*sem qualquer traço de urbanidade, envelhecidos e forte peso do trabalho agrícola*).

O Distrito de Viseu caracteriza-se essencialmente pelos indicadores de exclusão social do **Tipo 1** (*Territórios moderadamente integradores*), **Tipo 5** (*territórios industriais com forte desqualificação*) e **Tipo 6** (*territórios envelhecidos e economicamente deprimidos*) e pelos indicadores urbano/ rural **tipo 2** (*idades médias com forte dinamismo demográfico, população qualificada e bons equipamentos*), **tipo 3** (centros urbanos com 5000 a 10000 habitantes), **tipo 4** (*concelhos demograficamente dinâmicos, com forte peso do emprego industrial*) e **tipo 5** (*sem qualquer traço de urbanidade, envelhecidos e forte peso do trabalho agrícola*).

Mapa2: Distrito de Viseu segundo Tipologia Inclusão/ Exclusão



Mapa 3: Distrito de Viseu segundo Tipologia Urbano/ Rural



O primeiro caso são os 5 concelhos (Viseu, Mortágua, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão e Tondela) que se inserem no tipo 1 das situações exclusão/ inclusão (territórios moderadamente integradores) no caso de Viseu no tipo 2 da tipologia urbano/ rural, onde “predominam as cidades médias, com forte dinamismo demográfico e população qualificada”⁵, sendo esta a cidade com traços marcadamente mais urbanos, forte dinamismo demográfico, população qualificada e com bons equipamentos. Nos concelhos de Mortágua, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão e Tondela não existem grandes traços de urbanidade, embora se insiram também nesta tipologia relativamente à exclusão social, inserem-se no caso de Santa Comba Dão e Oliveira de Frades, no tipo 4 da tipologia urbano/rural, com algum peso do emprego industrial e nos casos de Tondela e Mortágua no tipo 5, onde não existem traços de urbanidade.

O concelho de Cinfães pertence ao tipo 5 da tipologia exclusão/ inclusão (territórios industriais com forte desqualificação), marcado com alguma “vitalidade demográfica (...), grande dinamismo económico de base industrial, (...) com níveis de infraestruturização deficiente, nomeadamente em termos de saneamento básico e de acesso à Internet”⁶, com baixas qualificações escolares e caracterizando-se também pelo facto dos “ (...) factores de risco sobreporem-se aos traços de inclusão, principalmente no que diz respeito ao acentuado défice de integração escolar e de qualificações (...), os rendimentos e a prestação de serviços de acção social (idosos e crianças) situarem-se abaixo dos valores médios nacionais”⁷. Paralelamente, está no tipo 4 na tipologia urbano/rural, com grande peso do emprego industrial, fracos equipamentos e saneamento básico deficitário.

A grande maioria dos concelhos do distrito de Viseu pertence, contudo, ao tipo 6 (territórios envelhecidos e economicamente deprimidos): aqui inclui-se Resende, pertencente à NUTS III do Tâmega, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, São Pedro do Sul, Sátão, Vila Nova de Paiva e Vouzela, da NUTS III de Dão Lafões e Armamar, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca, da NUTS III do Douro. Estes territórios são marcados “essencialmente por traços de ruralidade, em que a população vive em centros com menos de 5000 habitantes, é envelhecida, o peso da agricultura na estrutura de emprego é ainda relevante, as qualificações da população são deficitárias e a infraestruturização ao nível das telecomunicações deficiente”⁸. Neste caso, os concelhos de Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão e Vouzela constituem excepções no que à indústria diz respeito, uma vez que esta tem um papel significativo na estrutura do emprego, embora a ruralidade continue a imperar. O envelhecimento corresponde à gradual desertificação, naquilo a que João Ferrão designou “o país esquecido, perdedor, física e simbolicamente”⁹, apesar de a situação ainda não ser tão dramática como nos territórios de Tipo 4 (envelhecidos e desertificados), pelo facto de haver uma maior substituição das gerações.

⁵ 5- Instituto da Segurança Social, Tipificação das Situações de Exclusão Social em Portugal, Janeiro de 2005, página 50

⁶ 6- Idem, página 90

⁷ 7- Idem, página 46

⁸ 8- Idem, página 99

⁹ 9- Ferrão: 2002: 151-158

A desqualificação é também notória, com uma elevada taxa de analfabetismo, juntamente com uma elevada taxa de abandono escolar precoce, com poucas perspectivas de prosseguir uma carreira ligada aos estudos. Isto conduz-nos a uma taxa de desemprego elevada.

Relativamente à tipologia urbano/ rural, Viseu pertence ao tipo 2, Lamego é o único concelho pertencente ao tipo 3, com um centro urbano entre 5000 e 10000 habitantes, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão, Vouzela estão no tipo 4 e todos os restantes no tipo 5, sem qualquer traço de urbanidade.

Resumidamente:

Quadro 1: Concelhos do Distrito de Viseu segundo a Tipologia Inclusão/ Exclusão

Tipos	Concelhos
1	Mortágua, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão, Tondela, Viseu
2	
3	
4	
5	Cinfães
6	Armamar, Carregal do Sal, Castro Daire, Lamego, Mangualde, Moimenta da Beira, Nelas, Penalva do Castelo, Penedono, Resende, São João da Pesqueira, Sátão, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Vila Nova de Paiva e Vouzela

Fonte: Instituto da Segurança Social, Tipificação das Situações de Exclusão Social em Portugal, Janeiro de 2005.

Quadro 2: Concelhos do Distrito de Viseu segundo a Tipologia Urbano/ Rural

Tipos	Concelhos
1	
2	Viseu
3	Lamego
4	Cinfães, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, Sátão, Vouzela
5	Armamar, Carregal do Sal, Castro Daire, Moimenta da Beira, Mortágua, Penedono, Resende, São João da Pesqueira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Tondela, Vila Nova de Paiva

Fonte: Instituto da Segurança Social, Tipificação das Situações de Exclusão Social em Portugal, Janeiro de 2005.

Em seguida, ilustraremos o número de freguesias pertencentes a cada concelho, com a apresentação de quadros explicativos de quais as freguesias existentes, da extensão de cada uma delas e do número de habitantes existentes nas mesmas. Viseu é o concelho com maior número de freguesias (34), seguido de Tondela (26) e Lamego (24), correspondendo os dois primeiros àqueles que têm maior extensão: 507 km² e 373 km², juntamente com Castro Daire (376 km²); ao invés, Carregal do Sal (7), Vila Nova de Paiva (7), Penedono (9), Santa Comba Dão (9) e Nelas (9) são os concelhos com menor número de

freguesias, sendo que Santa Comba Dão e Carregal do Sal são também dois dos concelhos com menor extensão, com 112 e 113 km² respectivamente. No que se refere à população residente, Viseu (93502) , Tondela (31152), Lamego (28081) e Cinfães (22424) são os concelhos com maior número de habitantes, enquanto do outro lado encontram-se Penedono (3445) Vila Nova de Paiva (6141), Sernancelhe (6227). Estes itens vão ser desenvolvidos no próximo capítulo.

Quadro 3: Concelho de Armamar, Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Aldeias	376	534
Aricera	236	511
Armamar	1 222	788
Cimbres	374	587
Coura	65	517
Folgosa	503	477
Fontelo	816	768
Goujoim	102	651
Queimada	304	370
Queimadela	331	227
Santa Cruz	231	697
Santiago	180	376
Santo Adrião	145	387
São Cosmado	707	1 373
São Martinho das Chãs	726	721
São Romão	233	297
Tões	195	176
Vacalar	263	618
Vila Seca	483	1 149
TOTAL 19	7492	112 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 4: Concelho de Carregal do Sal: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Beijós	1 217	1 255
Cabanas de Viriato	1 698	2 194
Currelos	2 261	1 141
Oliveira do Conde	3 313	3 347
Papízios	758	1 409
Parada	872	1 523
Sobral	292	511
TOTAL 7	10411	113 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 5: Concelho de **Castro Daire**: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Almofala	280	1 875
Alva	546	987
Cabril	591	2 192
Castro Daire	4 578	3 243
Cujó	410	826
Ermida	297	893
Ester	320	1 157
Gafanhão	177	776
Gosende	557	2 057
Mamouros	675	895
Mezio	521	1 162
Mões	2 109	4 533
Moledo	1 314	4 383
Monteiras	586	2 167
Moura Morta	150	999
Parada de Ester	790	2 898
Pepim	436	1 268
Picão	267	674
Pinheiro	868	1 903
Reriz	799	1 692
Ribolhos	306	232
São Joaquinho	413	813
TOTAL 22	16990	376 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 6: Concelho de **Cinfães**: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Alhões	284	1 066
Bustelo	153	581
Cinfães	3 290	2 518
Espadanedo	1 406	547
Ferreiros de Tendais	802	1 637
Fornelos	835	946
Gralheira	205	1 058
Moimenta	468	639
Nespereira	2 217	3 848
Oliveira do Douro	1 785	1 240
Ramires	138	1 137
Santiago de Piães	2 027	1 740
São Cristovão de Nogueira	2 215	1 857
Souselo	3 407	866
Tarouquela	1 339	655
Tendais	894	3 169
Travanca	959	667
TOTAL 17	22424	241 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 7: Concelho de Lamego: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Avões	693	462
Bigorne	39	508
Britiande	1 015	539
Cambres	2 678	1 116
Cepões	919	540
Ferreirim	976	551
Ferreiros de Avões	572	277
Figueira	421	466
Lalim	912	764
Lamego (Almacave)	7 739	1 061
Lamego (Sé)	3 144	956
Lazarim	686	1 571
Magueija	742	1 035
Meijinhos	104	274
Melções	126	197
Parada do Bispo	200	200
Penajóia	1 250	1 033
Penude	1 807	1 293
Pretarouca	103	465
Samodães	280	307
Sande	1 134	311
Valdigem	1 195	1 089
Várzea de Abrunhais	478	716
Vila Nova de Souto D'El-Rei	868	940
TOTAL 24	28081	166 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 8: Concelho de Mangualde: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Abrunhosa-a-Velha	689	1 738
Alcáface	1 029	1 294
Chãs de Tavares	1 200	2 264
Cunha Alta	211	417
Cunha Baixa	1 133	1 562
Espinho	1 226	1 531
Fornos de Maceira Dão	1 360	1 620
Freixiosa	280	716
Lobelhe do Mato	317	136
Mangualde	8 904	3 479
Mesquitela	954	668
Moimenta de Maceira Dão	664	639
Póvoa de Cervães	225	776
Quintela de Azurara	580	985
Santiago de Cassurrães	1 412	2 234
São João da Fresta	281	752
Travanca de Tavares	155	417
Várzea de Tavares	370	844
TOTAL 18	20990	220 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 9 Concelho de Moimenta da Beira: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Aldeia de Nacomba	149	680
Alvite	1 228	2 031
Arcozelos	744	856
Ariz	164	771
Baldos	253	416
Cabaços	395	1 183
Caria	579	1 582
Castelo	315	642
Leomil	1 250	3 940
Moimenta da Beira	2 402	1 017
Nagosa	162	458
Paradinha	133	629
Passô	443	317
Pêra Velha	264	1 311
Peva	513	1 992
Rua	678	942
Sarzedo	200	852
Segões	114	220
Sever	603	1 252
Vilar	485	884
TOTAL 20	11074	220 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 10: Concelho de Mortágua: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Almaça	95	742
Cercosa	357	890
Cortegaça	468	1 160
Espinho	1 412	4 140
Marmeleira	533	1 652
Mortágua	2 797	2 738
Pala	1 042	4 910
Sobral	2 430	6 439
Trezói	495	1 607
Vale de Remígio	750	581
TOTAL 10	10379	249 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 11: Concelho de Nelas: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Agueira	620	549
Canas de Senhorim	3 555	2 566
Carvalho Redondo	1 066	791
Lapa do Lobo	772	1 059
Moreira	707	378
Nelas	4 073	2 147
Santar	1 156	1 247
Senhorim	1 453	3 108
Vilar Seco	881	937
TOTAL 9	14283	127 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 12: Concelho de Oliveira de Frades: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Arca	387	911
Arcozelo das Maias	1 617	2 107
Destriz	397	1 286
Oliveira de Frades	2 410	1 177
Pinheiro	1 369	2 225
Reigoso	375	1 272
Ribeiradio	1 208	1 517
São João da Serra	643	1 221
São Vicente de Lafões	793	778
Sejães	249	551
Souto de Lafões	703	576
Varzielas	434	1 124
TOTAL 12	10585	147 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 13: Concelho de Penalva do Castelo: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Antas	331	1 018
Castelo de Penalva	1 070	2 735
Esmolfe	485	1 070
Germil	445	541
Ínsua	2 045	968
Lusinde	247	204
Mareco	128	393
Matela	226	826
Pindo	2 245	1 682
Real	294	479
Sezures	854	2 274
Trancozelos	332	516
Vila Cova do Covelo	317	887
TOTAL 13	9019	135 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 14: Concelho de Penedono: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Antas	239	1 621
Beselga	354	1 519
Castainço	182	1 400
Granja	181	1 020
Ourozinho	186	834
Penedono	1 085	2 827
Penela da Beira	410	1 596
Póvoa de Penela	432	928
Souto	376	1 525
TOTAL 9	3445	133 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 15: Concelho de Resende: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Anreade	1 168	550
Barrô	1 035	1 023
Cárquere	941	786
Feirão	131	470
Felgueiras	315	827
Freigil	480	456
Miomães	391	277
Ovadas	337	1 019
Panchorra	178	1 325
Paus	643	1 316
Resende	2 873	1 199
São Cipriano	858	618
São João de Fontoura	857	521
São Martinho de Mouros	1 738	1 467
São Romão de Aregos	425	417
TOTAL 15	12370	123 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 16: Concelho de Santa Comba Dão: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Couto do Mosteiro	1 275	1 590
Nagozela	528	756
Ovoa	1 007	1 820
Pinheiro de Azere	1 003	1 114
Santa Comba Dão	3 241	1 121
São Joaninho	1 184	866
São João de Areias	2 283	2 144
Treixedo	1 104	1 320
Vimieiro	848	523
TOTAL 9	12473	112 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 17: Concelho de São João da Pesqueira: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Castanheiro do Sul	474	2 138
Ervedosa do Douro	1 424	3 971
Espinhosa	161	770
Nagozelo do Douro	517	661
Paredes da Beira	733	2 332
Pereiros	116	809
Riudades	567	1 920
São João da Pesqueira	1 989	5 074
Soutelo do Douro	522	1 824
Trevões	639	2 155
Vale de Figueira	585	1 039
Valongo dos Azeites	262	448
Várzea de Trevões	237	930
Vilarouco	427	2 685
TOTAL 14	8653	267 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 18: Concelho de São Pedro do Sul: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Baiões	300	244
Bordonhos	603	515
Candal	150	1 551
Carvalhais	1 762	3 189
Covas do Rio	179	2 651
Figueiredo de Alva	1 026	1 556
Manhouce	836	4 053
Pindelo dos Milagres	714	1 936
Pinho	983	1 552
Santa Cruz da Trapa	1 389	2 129
São Cristóvão de Lafões	231	711
São Félix	399	373
São Martinho das Moitas	354	2 721
São Pedro do Sul	4 011	1 232
Serrazes	1 104	1 619
Sul	1 409	4 748
Valadares	1 007	2 042
Várzea	1 499	637
Vila Maior	1 127	1 409
TOTAL 19	19083	349 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 19: Concelho de Sátão: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Águas Boas	225	795
Avelal	560	681
Decermilo	215	439
Ferreira de Aves	2 722	6 511
Forles	93	667
Mioma	1 174	1 605
Rio de Moinhos	1 066	1 047
Romãs	1 099	3 374
São Miguel de Vila Boa	1 479	1 449
Sátão	3 721	1 810
Silvã de Cima	549	663
Vila Longa	241	799
TOTAL 12	13144	198 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 20: Concelho de Sernancelhe: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Arnas	246	1 664
Carregal	510	1 973
Chosendo	250	1 072
Cunha	351	1 916
Escurquela	151	847
Faia	171	327
Ferreirim	562	1 030
Fonte Arcada	279	1 187
Freixinho	152	581
Granjal	305	1 684
Lamosa	195	1 901
Macieira	117	1 179
Penso	244	771
Quintela	332	1 277
Sarzeda	596	2 106
Sernancelhe	1 194	2 356
Vila da Ponte	572	1 271
TOTAL 17	6227	231 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 21: Concelho de Tabuaço: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Adorigo	420	1 055
Arcos	206	790
Barcos	658	981
Chavães	372	994
Desejosa	189	770
Granja do Tedo	227	467
Granjinha	52	248
Longa	357	726
Paradela	151	580
Pereiro	156	485
Pinheiros	199	821
Santa Leocádia	134	299
Sendim	867	2 175
Tabuaço	1 780	1 116
Távora	420	698
Vale de Figueira	146	471
Valença do Douro	451	896
TOTAL 17	6785	135 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 22: Concelho de Tarouca: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Dálvares	621	304
Gouviães	481	262
Granja Nova	410	686
Mondim da Beira	747	526
Salzedas	861	892
São João de Tarouca	735	2 246
Tarouca	3 416	1 968
Ucanha	423	528
Várzea da Serra	380	2 119
Vila Chã da Beira	234	619
TOTAL 10	8308	101 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 23: Concelho de Tondela: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Barreiro de Besteiros	1 061	3 400
Campo de Besteiros	1 395	790
Canas de Santa Maria	2 020	1 408
Caparrosa	910	1 802
Castelões	1 768	1 689
Dardavaz	962	1 633
Ferreirós do Dão	410	835
Guardão	1 834	1 877
Lajeosa	2 209	2 431
Lobão da Beira	1 207	1 411
Molelos	2 640	1 483
Mosteirinho	223	1 888
Mosteiro de Fráguas	621	1 031
Mouraz	998	922
Nandufe	645	428
Parada de Gonta	812	712
Sabugosa	623	839
Santiago de Besteiros	1 473	1 444
São João do Monte	1 096	4 841
São Miguel do Outeiro	969	1 038
Silvares	184	834
Tonda	1 115	869
Tondela	3 935	1 087
Tourigo	571	890
Vila Nova da Rainha	540	566
Vilar de Besteiros	931	1 177
TOTAL 26	31152	373 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 24: Concelho de Vila Nova de Paiva: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Alhais	527	1 285
Fráguas	279	1 663
Pendilhe	648	2 421
Queiriga	712	3 546
Touro	1 247	4 775
Vila Cova à Coelheira	1 317	3 217
Vila Nova de Paiva	1 411	830
TOTAL: 7	6141	177 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 25: Concelho de Viseu: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Abraveses	8 036	1 195
Barreiros	334	519
Boa Aldeia	589	822
Bodiosa	3 110	2 560
Calde	1 647	3 836
Campo	4 358	1 548
Cavernães	1 471	1 413
Cepões	1 368	2 750
Cota	1 281	4 050
Couto de Baixo	780	1 120
Couto de Cima	886	1 302
Fail	778	692
Farminhão	787	1 072
Fragosela	2 228	1 082
Lordosa	1 884	2 326
Mundão	1 703	1 579
Orgens	3 462	1 053
Povolide	1 959	2 022
Ranhados	3 996	658
Repeses	2 040	502
Ribafeita	1 461	1 859
Rio de Loba	8 407	1 574
Santos Evos	1 642	1 243
São Cipriano	1 337	1 257
São João de Lourosa	4 316	2 430
São Pedro de France	1 451	1 864
São Salvador	3 087	507
Silgueiros	3 590	3 686
Torredeita	1 451	1 572
Vil de Souto	710	811
Vila Chã de Sá	1 798	837
Viseu (Coração de Jesus)	8 716	227
Viseu (Santa Maria de Viseu)	7 130	357
Viseu (São José)	5 709	395
TOTAL: 34	93502	507 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

Quadro 26: Concelho de Vouzela: Freguesias, Habitantes e Áreas

Nome	Habitantes	Área(ha)
Alcofra	1 202	2 832
Cambra	1 366	2 539
Campia	1 656	3 706
Carvalhal de Vermilhas	229	810
Fataunços	804	852
Figueiredo das Donas	440	415
Fornelo do Monte	330	1 524
Paços de Vilharigues	653	837
Queirã	1 702	2 401
São Miguel do Mato	1 128	911
Ventosa	921	1 821
Vouzela	1 485	517
TOTAL 12	11916	192 km2

Fonte: www.anmp.pt, acedido em 9/5/2007

2- POPULAÇÃO

2.1- Área, População Residente, Freguesias e Densidade Populacional

Segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação - Censos 2001, o distrito de Viseu tinha uma população residente de 394 925 indivíduos. Comparativamente às estimativas existentes em 2006 (394844), houve um pequeno decréscimo populacional nos 5 anos que os separaram- de qualquer modo, os concelhos de Carregal do Sal, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Sátão, São Pedro do Sul, Tarouca, Vila Nova de Paiva e Viseu registaram subidas mais ou menos acentuadas. A densidade populacional de habitantes por km² é mais elevada nos concelhos de Viseu (193,6 habitantes/ km²) e Lamego (160,1) e mais baixa em Penedono (25,0) e Sernancelhe (26,7).

É uma distribuição irregular da população embora com algum ênfase no facto de as zonas mais rurais e viradas para o interior enfrentarem as dificuldades inerentes ao isolamento e conseqüente desertificação, ao passo que Viseu, como concelho com cariz mais urbano de todo o distrito, apresenta uma dinâmica territorial completamente distinta das anteriores.

Quadro 27: Densidade Populacional e População Residente em 2001 e 2006 no Distrito de Viseu

Unidade Territorial	Estimativas da População Residente – Total 2006	Densidade populacional 2006	População Residente- 2001	Densidade Populacional 2001	Saldo
	Nº	Hab/Km2	Nº	Hab/Km2	
Armamar	7217	61,6	7492	62,4	- 275
Carregal do Sal	10635	91,0	10411	90,3	+ 224
Castro Daire	16732	44,1	16990	44,4	- 258
Cinfães	20774	86,8	22424	89,1	- 1650
Lamego	26484	160,1	28081	163,6	- 1597
Mangualde	21248	96,9	20990	96,5	+ 258
Moimenta da Beira	11030	50,1	11074	50,2	- 44
Mortágua	10277	40,9	10379	41,3	- 102
Nelas	14647	116,5	14283	115,4	+ 364
Oliveira de Frades	10634	73,2	10584	72,9	+ 50
Penalva do Castelo	8650	64,4	9019	65,3	- 369
Penedono	3346	25,0	3445	25,3	- 99
Resende	11775	95,5	12370	97,1	- 595
Santa Comba Dão	12361	110,4	12473	110,7	- 112
São João da Pesqueira	8202	30,8	8653	31,4	- 451
São Pedro do Sul	19270	55,2	19083	55,1	+ 187
Sátão	13523	67,0	13144	66,5	+ 109
Sernancelhe	6104	26,7	6227	26,9	- 123
Tabuaço	6359	47,5	6785	48,6	- 426
Tarouca	8357	83,5	8308	83,0	+ 49
Tondela	30921	83,3	31152	83,6	- 231
Vila Nova de Paiva	6376	36,3	6141	36,0	+ 235
Viseu	98167	193,6	93501	190,9	+ 4666
Vouzela	11755	60,7	11916	61,0	- 161
Distrito de Viseu	394844	75,04%	394925	75,31	- 81

Fontes: INE, Censos 2001

INE, Anuário Estatístico Região Centro 2006

INE, Anuário Estatístico Região Norte 2006

2.2- População Residente segundo Sexo e Grupo Etário

O sexo feminino ultrapassa em números o sexo masculino em todos os concelhos do Distrito, assumindo aquele do 51,7% do total da população residente, como é possível verificar no Quadro 28.

É possível verificar que a maioria da população existente está no intervalo entre os 25 e os 64 anos, com 52,3% do total. Isto justifica-se por ser o maior intervalo de idades tendo em conta os escolhidos. Note-se também que a população com 65 ou mais anos tem em número uma percentagem quase sempre maior comparativamente à população considerada jovem, isto é, nos intervalos entre os 0 e os 14 anos e

entre os 15 e os 24 anos, com excepções apenas no concelho de Viseu, em que o número de habitantes com menos de 14 anos (16050) supera aqueles que têm mais de 65 anos (15934). A grande maioria da população está ainda em idade activa. De qualquer forma, o facto de, ao nível distrital, 20% da população ter já uma idade igual ou superior a 65 anos sugere-nos que o envelhecimento é um dos fenómenos que atinge a grande maioria dos concelhos do distrito.

Quadro 28: População residente, segundo grupos etários e Sexo, em 2006

Grupos Etários e Sexo									
Unidade Territorial	Até 14 anos		15 a 24 anos		25 a 64 anos		65 e mais anos		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Portugal	839999	797638	645506	620025	2880680	2986630	763752	1064865	10599095
Armamar	496	459	460	461	1941	1888	600	912	7217
Carregal Sal	732	766	740	666	2641	2734	974	1382	10635
Castro Daire	1192	1132	1148	1070	4122	4064	1711	2293	16732
Cinfães	1727	1549	1446	1411	5448	5468	1568	2157	20774
Lamego	2007	1880	1798	1812	7049	7352	1828	2758	26484
Mangualde	1574	1480	1441	1296	5446	5610	1856	2545	21248
Moimenta da Beira	851	793	793	797	2690	2873	936	1297	11030
Mortágua	585	523	630	529	2738	2831	1056	1385	10277
Nelas	1022	941	927	858	3785	3918	1376	1820	14647
Oliveira Frades	827	821	768	747	2669	2727	842	1233	10634
Penalva do Castelo	595	564	588	568	2134	2168	867	1166	8650
Penedono	241	197	241	216	819	815	324	493	3346
Resende	967	856	880	790	2939	2933	1033	1377	11775
Santa Comba Dão	840	810	754	765	3144	3375	1122	1551	12361
S. João Pesqueira	618	586	626	564	2130	2008	711	959	8202
São Pedro Sul	1323	1246	1317	1158	4791	5032	1795	2608	19270
Sátão	1032	964	992	949	3354	3512	1148	1572	13523
Sernancelhe	411	416	433	405	1558	1526	598	757	6104
Tabuaço	421	431	491	459	1591	1603	578	785	6359
Tarouca	688	629	620	591	2224	2173	601	831	8357
Tondela	1992	1837	1921	1809	7817	8118	3128	4299	30921
Vila Nova Paiva	444	434	489	456	1597	1567	576	813	6376
Viseu	8218	7832	6290	6171	25873	27849	6690	9244	98167
Vouzela	810	739	729	691	3028	3005	1206	1547	11755
TOTAL DISTRITO	29613	27885	26522	25239	101528	105149	33124	45784	394844

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro 2006
INE, Anuário Estatístico Região Norte 2006

Não há, face aos dados apresentados, sinais de rejuvenescimento, tendo o interior do país, sobretudo nos espaços rurais, vindo a ressentir-se cada vez mais deste aumento da população idosa acompanhado das migrações da população jovem ou em idade considerada activa para os centros urbanos, que naquelas zonas são praticamente inexistentes. Este cenário exige o encontrar de mecanismos de resposta para proporcionar a inversão destes cenários actualmente difíceis. Segundo

Maria José Carrilho e Cristina Gonçalves, “o envelhecimento estender-se-á a todo o país nas próximas décadas, em momentos e com ritmos de mudança diferenciados, tornando-se o ritmo mais lento à medida que a população idosa reforça a sua importância na população total.”¹⁰

2.3- Outros Indicadores Demográficos

Podemos observar no Quadro 29 que, comparativamente à taxa de natalidade em Portugal (10,0%), o distrito de Viseu apresenta valores inferiores (7,8%), sendo o concelho de Mortágua (5,7%) o que apresentava a taxa mais baixa. Apenas Tarouca (11,2%) consegue atingir um patamar superior à realidade nacional.

Ao invés, a taxa de mortalidade em 22 dos 24 concelhos é superior ao valor percentual que se verifica em Portugal (9,6%). Apenas os concelhos de Tarouca e Viseu têm um valor inferior, com 9%.cada. Ao invés, Penedono (15,8%) e Tabuaço (15,5%) são os concelhos que apresentam uma média mais elevada, sendo que existe nestes casos uma fraca renovação das gerações.

Na continuidade destes indicadores, o índice de envelhecimento no distrito é superior à média portuguesa (153% no distrito face a 111,7% em Portugal), sendo que Mortágua apresenta uma taxa de 220,3%. Tarouca (108,7%) e Viseu (99,3%) são os únicos casos que contrariam esta tendência.

O índice de dependência dos idosos é igualmente superior no distrito face ao caso de Portugal: 32,7% face a 25,6%.

Quanto aos casamentos, face ao número de divórcios a taxa é superior tanto no país como no distrito- em Portugal a taxa de nupcialidade é de 4,5% face a uma taxa de divórcios de 2,2%.No distrito a diferença é ainda maior- 4,9% de casamentos face a apenas 1,4% de divórcios. Isto mostra um peso significativo da Igreja Católica no distrito- 63,2% de casamentos católicos. Esta média é superior à nacional, com 52,1% de casamentos católicos.

¹⁰ INE, Revista de Estudos Demográficos, Cristina Gonçalves e Maria José Carrilho, “Envelhecimento Crescente mas espacialmente Desigual, 2º Semestre de 2006

Quadro 29: Indicadores Demográficos 2006

Unidade Territorial	Taxa Natalidade 2006 ‰	Taxa Mortalidade 2006 ‰	Índice Envelhecimento 2006 %	Índice Dependência dos Idosos 2006 %	Taxa Nupcialidade 2006 ‰	Taxa Divórcio 2006 ‰	Proporção Casamentos Católicos 2006 %
Portugal	10,00	9,6	111,7	25,6	4,5	2,2	52,1
Armamar	6,5	11,2	158,3	31,8	5,1	1,7	56,8
Carregal Sal	8,2	10,8	157,3	34,7	3,9	0,4	58,5
Castro Daire	6,9	10,6	172,3	38,5	6,0	1,3	70,0
Cinfães	8,2	10,8	113,7	27,0	5,9	1,3	75,0
Lamego	8,9	12,1	118,0	25,5	5,7	1,8	65,6
Mangualde	8,2	10,3	144,1	31,9	5,6	1,3	65,3
Moimenta Beira	7,7	10,4	135,8	31,2	5,6	1,4	64,5
Mortágua	5,7	12,5	220,3	36,3	3,4	1,1	62,9
Nelas	8,6	11,0	162,8	33,7	4,8	1,6	52,9
Oliveira Frades	9,0	10,6	125,9	30,0	4,3	1,5	67,4
Penalva Castelo	7,0	12,6	175,4	37,2	7,3	0,6	73,0
Penedono	7,4	15,8	186,5	39,1	3,0	2,1	50,0
Resende	7,8	12,8	132,2	32,0	4,7	1,6	78,6
Santa Comba Dão	8,8	12,1	162,0	33,3	4,5	1,8	44,6
S. João Pesqueira	8,7	11,2	138,7	31,3	4,2	1,2	60,0
S. Pedro Sul	6,4	13,6	171,4	35,8	4,3	1,5	65,1
Sátão	7,7	10,7	136,3	30,9	5,5	1,3	81,1
Sernancelhe	7,5	12,6	163,8	34,5	5,4	0,7	66,7
Tabuaço	7,0	15,5	160,0	32,9	4,1	1,3	57,7
Tarouca	11,2	9,0	108,7	25,5	4,3	2,4	58,3
Tondela	6,4	13,8	194,0	37,8	4,4	1,3	50,4
Vila Nova Paiva	6,6	10,5	158,2	33,8	5,5	0,3	62,9
Viseu	10,0	9,0	99,3	24,1	5,6	2,2	55,6
Vouzela	6,9	11,5	177,7	36,9	3,7	1,4	74,4
MÉDIA DISTRITO	7,8%	11,7%	153,0%	32,7%	4,9%	1,4%	63,2%

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro 2006
INE, Anuário Estatístico Região Norte 2006

2.4- População com Deficiência

Como se pode verificar no quadro 30, 24857 indivíduos no distrito de Viseu têm algum tipo de deficiência, que se distribui em auditiva, visual, motora, mental, paralisia cerebral ou outros tipos de deficiência, correspondendo a 6,3% da população, embora na sua maioria o grau de incapacitação não seja elevado. Os tipos de deficiência mais verificados são a deficiência motora, com 28,4% do total das pessoas com deficiência e a deficiência visual, com 22,7%.

Quadro 30: População residente com deficiência por Tipo de Deficiência Concelho em 2001

Unidade Territorial	TOTAL	Auditiva	Visual	Motora	Mental	Paralisia Cerebral	Outra Deficiência
Armamar	381	34	50	136	81	17	63
Carregal Sal	544	55	119	176	73	19	102
Castro Daire	1027	90	182	303	173	40	239
Cinfães	903	96	148	275	208	45	131
Lamego	1518	135	472	344	213	51	303
Mangualde	1226	112	259	418	158	31	248
Moimenta Beira	615	63	133	173	95	22	129
Mortágua	962	97	258	288	99	17	203
Nelas	878	91	184	246	116	20	221
Oliveira Frades	842	84	239	229	98	21	171
Penalva Castelo	602	86	88	171	86	14	157
Penedono	213	34	54	57	35	2	31
Resende	1394	91	277	441	184	31	370
Santa Comba Dão	798	75	235	225	93	18	152
S. João Pesqueira	642	54	288	85	81	8	126
S. Pedro Sul	1256	116	263	367	210	29	271
Sátão	1030	135	231	242	128	31	263
Sernancelhe	370	33	90	100	59	12	76
Tabuaço	357	44	62	79	54	17	101
Tarouca	343	31	52	132	58	11	59
Tondela	2396	257	449	754	330	39	567
Vila Nova Paiva	381	77	100	85	49	9	61
Viseu	5488	635	1258	1554	651	151	1239
Vouzela	691	77	143	168	112	24	167
TOTAL DISTRITO	24857	2602	5634	7048	3444	679	5450

Fonte: INE, Censos 2001

2.5- Emigração

A emigração é um fenómeno que marcou a população portuguesa essencialmente nas décadas de 60 e 70 do século XX. Actualmente ainda se detectam alguns focos mas a percentagem de emigrantes é neste momento menor. Os motivos principais para a opção de emigrar são a procura de uma melhor qualidade de vida, a fuga perante a falta de empregos qualificados ou bem remunerados e o pouco acesso à cultura e a produtos que proporcionam o bem estar social nomeadamente nos meios considerados mais rurais. Para o INE, nas Estatísticas Demográficas 2003, o fluxo migratório de saída de Portugal é de 27008 indivíduos, face a 27358 em 2002. Houve assim uma queda. Paralelamente, a

percentagem de homens que emigram face ao número de mulheres que o fazem é substancialmente superior, com 76,3% face a apenas 23,7%.

A França, a Suíça e o Reino Unido são os países para onde tendencialmente os portugueses mais emigram. Em 2003, emigraram para França 7399 indivíduos, para a Suíça 4785 e para o Reino Unido 3893. Assim, 59,5% do total de emigrantes em 2003 escolheram estes países para procurar melhores condições de vida, sendo de notar também que são os jovens que mais o fazem. É frequente escolher a França e a Suíça, pelo facto de muitos já terem conhecidos ou familiares a residir e trabalhar aí, criando assim redes migratórias e uma espécie de “cultura portuguesa” no estrangeiro. A Alemanha, a Espanha e o Luxemburgo são outros países para onde existem também fluxos migratórios consideráveis.

No que diz respeito à distribuição geográfica, “os emigrantes são provenientes sobretudo da NUTS II do Norte e, em menor escala, de Lisboa e Vale do Tejo e do Centro”¹¹. Face ao total da população, cerca de 41% dos emigrantes são da região Norte, 27% de Lisboa e Vale do Tejo, o Centro com 22%, o Alentejo e as Regiões Autónomas com 4% cada um e, por último, o Algarve com apenas 2% de emigração.

O perfil do emigrante é assim o de um jovem do sexo masculino com baixas qualificações e solteiro.

A emigração temporária (indivíduos que se ausentaram com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período igual ou inferior a um ano) prevalece ao longo dos anos. Em 2003, a emigração temporária representa 75,2% do total da emigração face a apenas 24,8% de emigração permanente. De 2002 para 2003 a emigração temporária subiu oito pontos percentuais face à emigração permanente. No Alentejo, não existiu emigração permanente em 2003, enquanto as regiões autónomas constituem o único caso em que a emigração permanente é significativamente superior à temporária. Nas restantes NUTS II, a emigração temporária é sempre superior.

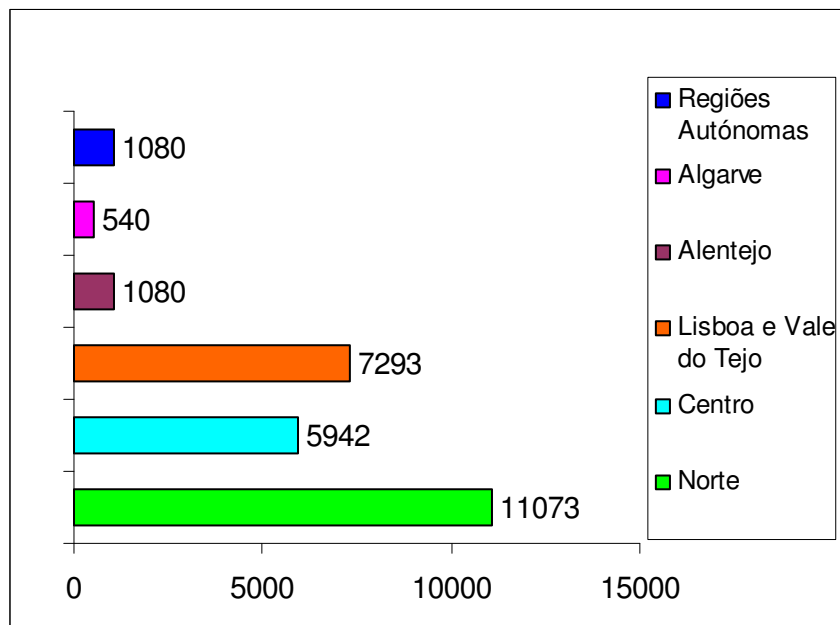
Quadro 31: Total de Emigrantes por Distribuição Geográfica de Residência

Norte	HM	11073
Centro	HM	5942
Lisboa e Vale do Tejo	HM	7293
Alentejo	HM	1080
Algarve	HM	540
Regiões Autónomas	HM	1080
TOTAL	HM	27008

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2003

¹¹ INE, Destaque, “Emigração em Portugal - 2003”, pág. 4

Gráfico 1: População Emigrante por Região em 2003



2.6- Imigração

No Distrito de Viseu existiam em 2005, segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2079 imigrantes. Neste sentido, a taxa de imigração ronda os 5,3% do total da população.

Face a um total de 275906 imigrantes em Portugal no ano de 2005, tendo em conta que o número de imigrantes no distrito de Viseu era de 2079, chegamos à conclusão que a taxa de imigração no distrito face ao total nacional é de 0,8%, o que faz com que o distrito de Viseu não seja um destino preferencial para os imigrantes. Os destinos escolhidos são os que estão mais perto do litoral, nomeadamente os distritos de Lisboa, com um total de 143210 imigrantes e cerca de 52% do total de imigrantes, Faro, com 38083 (13,8% do total), Setúbal, com 30403 (11%) e Porto, com 15514 (5,6%), segundo dados do SEF.

Os imigrantes produzem em Portugal cerca de 5% da riqueza nacional, concentrando-se esta percentagem nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve. A mão-de-obra é, no entanto, utilizada em funções que requerem baixas qualificações e resulta numa baixa remuneração para a população imigrante, segundo um estudo da Universidade Autónoma de Lisboa¹². Os sectores com mais expressão são a construção civil, com 14,8% da população imigrante e a hotelaria e restauração, com 11,7%.

No quadro 32, apresentamos o número total de imigrantes no distrito de Viseu, segundo a sua proveniência. A maioria da população estrangeira no distrito de Viseu provém da América Central e do

¹² Eduardo Ferreira, Helena Rato, Maria João Mortágua, *Viagens de Ulisses- Efeitos da Imigração na Economia Portuguesa*, Universidade Autónoma de Lisboa, 2004

Sul, com 813 indivíduos. A Europa tem um total de 773 indivíduos (37,2% do total de imigrantes no distrito), com especial ênfase para Espanha (123 indivíduos) e França (121). Dos países africanos, destacam-se os indivíduos que chegaram das ex-colónias, sendo que neste caso Angola é país com maior número de imigrantes, com 126 indivíduos. Seguem-se Cabo Verde com 65, São Tomé e Príncipe com 29, Guiné-Bissau com 21 e Moçambique com 12.

No continente americano, o Brasil assume a liderança, sendo também o país do mundo com maior número de imigrantes no distrito (761). Outro país com um número considerável de pessoas residentes na região são os Estados Unidos da América com 106 indivíduos.

Os restantes continentes não se assumem com grande expressão no distrito de Viseu: apenas a China, com 38 indivíduos pode ser mencionada como exemplo da presença asiática nesta zona, enquanto o número de pessoas da Oceânia é praticamente nulo.

Quadro 32: População Estrangeira Residente no Distrito de Viseu em 2005

NACIONALIDADE	POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE
Europa (União Europeia)	537
Outros da Europa	236
África (ex- colónias)	253
Outros de África	38
América do Norte	123
América Central e do Sul	813
Ásia	72
Oceânia	4
Apátrida	1
Desconhecida	2
TOTAL	2079

Fonte: Serviço Estrangeiros e Fronteiras, Estatísticas 2005

2.7- Conclusões

- Bom dinamismo demográfico em Viseu, superior à média nacional;
- Taxa de divórcio pouco acentuada devido ao grande peso da Igreja Católica;
- Crescimento da cidade de Viseu face ao panorama nacional;
- Distribuição pouco uniforme da população residente, com maior concentração na cidade de Viseu;
- Taxa de mortalidade elevada e taxa de natalidade baixa;
- Emigração elevada devido à falta de oportunidades, pouco compensada pela imigração
- Índice de envelhecimento muito acentuado
- Tendência para a desertificação face ao cada vez mais acentuado decréscimo populacional, essencialmente nas regiões mais viradas para o interior;
- Abandono das terras para os centros urbanos;
- Emigração com carácter mais temporário, essencialmente para a França, Suíça e Reino Unido.
- Imigração proveniente sobretudo do Brasil.

3- SAUDE

“A definição de saúde varia de acordo com algumas implicações legais, sociais e económicas dos estados de saúde e doença; mas, sem dúvida, a definição mais difundida é a encontrada no preâmbulo da Constituição da Organização Mundial de Saúde: Saúde é *um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença.*”¹³ A protecção da saúde dos cidadãos é um dos maiores desafios que se colocam às sociedades modernas, tendo em conta que, face à constante mutação destas, os cuidados a ter vão sendo cada vez mais diversificados face ao aparecimento de novas patologias.

“A saúde deve ser considerada não apenas no sentido estrito de ausência de doença, mas num sentido mais abrangente, i.e., de bem-estar físico, mental e social, sendo influenciada por factores hereditários, biológicos, de comportamentos e estilos de vida e pelo ambiente social e físico.”¹⁴. Desta forma, uma das preocupações das sociedades modernas deverá ser garantir o bem-estar dos cidadãos nas comunidades onde habitam, face aos novos desafios e exigências que a eles se colocam aos mais diversos níveis: família, trabalho, condições financeiras, etc.

Em Portugal existem hospitais privados e públicos, clínicas e centros de saúde. Apesar de alguns portugueses terem médico de família, as situações de emergência são muitas vezes resolvidas nas urgências dos hospitais. As listas de espera nos hospitais continuam a abundar, nomeadamente no que diz respeito a intervenções cirúrgicas consideradas não urgentes pelo pessoal médico.

3.1- Infraestruturas e Pessoal de Saúde

Existe ao nível de todo o território um Serviço Nacional de Saúde financiado através de impostos, sendo que na maior parte dos casos o acesso às consultas nos hospitais é gratuito. Apenas em alguns casos são cobradas taxas moderadoras, embora alguns cidadãos (indivíduos com doenças crónicas, grávidas, desempregados), estejam isentos do pagamento das mesmas.

O quadro 33 tenta demonstrar como o distrito de Viseu está distribuído em termos de infraestruturas de apoio à saúde, nomeadamente no que diz respeito a hospitais, centros de saúde e farmácias. É de realçar que todos os concelhos do distrito têm farmácia, embora apenas os concelhos de Tondela e Viseu tenham um hospital. As populações mais isoladas e distantes dos meios urbanos têm um menor acesso a instituições médicas, concluindo-se que as infraestruturas estão distribuídas desigualmente, com predominância nos meios urbanos e com maior número de habitantes.

¹³ www.wikipedia.org

¹⁴ Plano Nacional de Acção, Ambiente e Saúde (2007) página 5

Quadro 33: Infraestruturas de apoio à saúde no Distrito de Viseu em 2005

Unidade Territorial	Hospitais Oficiais	Hospitais Particulares	Centros Saúde com Internamento	Centros de Saúde sem Internamento	Extensões	Farmácias	Total
Portugal	111	93	60	319	1930	2775	5288
Armamar	-	-	-	1	1	2	4
Carregal do Sal	-	-	-	1	2	4	7
Castro Daire	-	-	-	1	2	4	7
Cinfães	-	-	-	1	6	6	13
Lamego	-	-	-	1	8	7	16
Mangualde	-	-	-	1	3	5	9
Moimenta da Beira	-	-	-	1	3	3	7
Mortágua	-	-	-	1	2	3	6
Nelas	-	-	-	1	3	5	9
Oliveira Frades	-	-	-	1	2	3	6
Penalva do Castelo	-	-	-	1	-	2	3
Penedono	-	-	-	1	-	1	2
Resende	-	-	-	1	2	4	7
Santa Comba Dão	-	-	-	1	5	4	10
São João Pesqueira	-	-	-	1	1	2	4
São Pedro Sul	-	-	-	1	5	6	12
Sátão	-	-	-	1	2	3	6
Sernancelhe	-	-	-	1	1	2	4
Tabuaço	-	-	-	1	-	1	2
Tarouca	-	-	-	1	-	2	3
Tondela	1	-	-	1	12	9	23
Vila Nova de Paiva	-	-	-	1	-	1	2
Viseu	1	1	-	3	5	23	33
Vouzela	-	-	-	1	4	3	8
TOTAL DISTRITO	2	1	-	26	69	105	203

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro, 2006

INE, Anuário Estatístico Região Norte, 2006

O quadro 34 mostra uma irregularidade na distribuição geográfica de médicos especialistas. Há várias áreas em que a capital do distrito é a única que tem profissionais a trabalhar, obrigando à deslocação por parte dos indivíduos que residem em localidades mais isoladas, ou, caso contrário, ao recurso à

medicina geral, existente em quase todos os concelhos, à excepção de Resende. Em todo o distrito existem apenas 6 oftalmologistas e 9 estomatologistas.

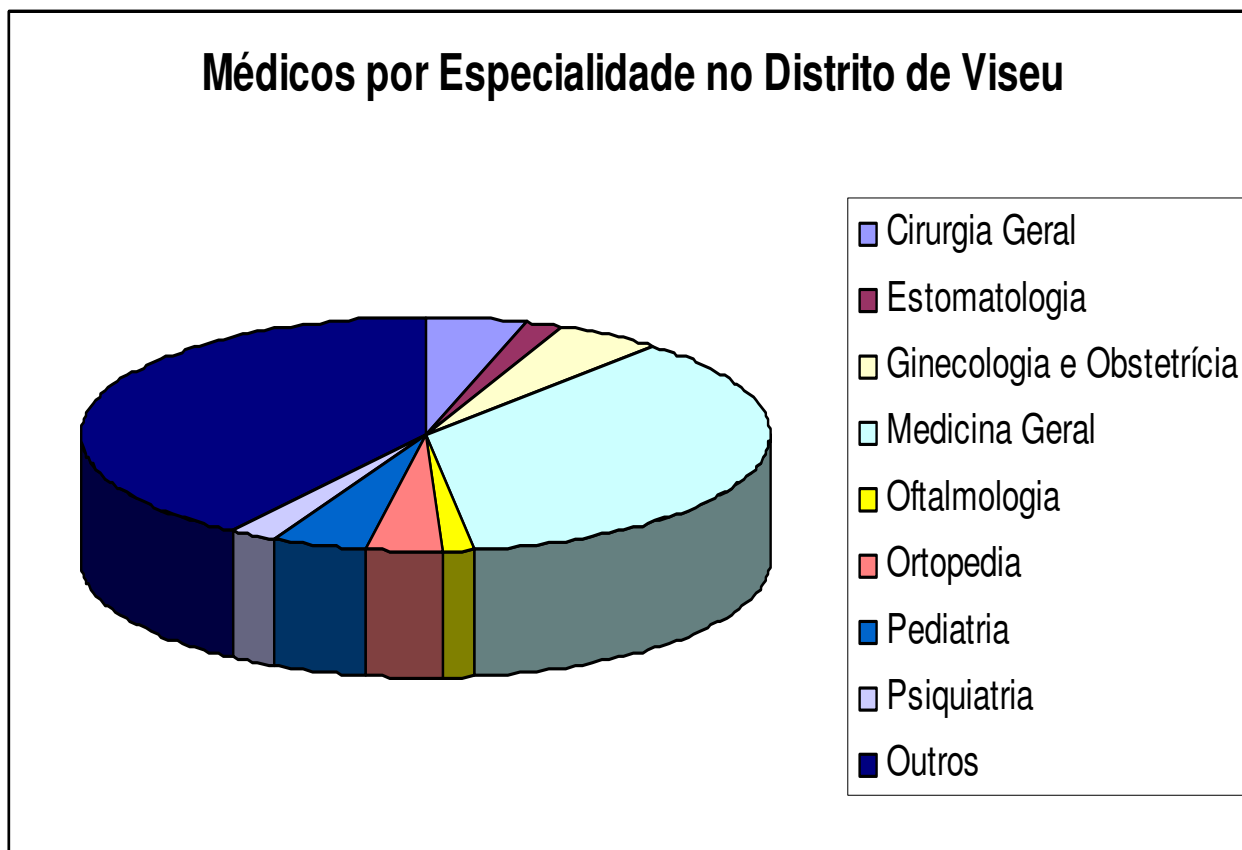
Quadro 34: Distribuição dos médicos por especialidade no distrito de Viseu em 2005

Unidade Territorial	Cirurgia Geral	Estomatologia	Ginecologia e Obstetria	Medicina Geral	Oftalmologia	Ortopedia	Pediatria	Psiquiatria	Ou- tros
Portugal	1379	709	1413	4882	804	902	1427	885	14002
Armamar	-	1	-	2	-	-	-	-	-
Carregal do Sal	-	-	-	5	-	-	-	-	6
Castro Daire	-	-	-	3	-	-	-	1	3
Cinfães	1	-	-	2	-	-	-	-	-
Lamego	3	-	1	16	-	-	3	-	12
Mangualde	-	1	-	8	-	-	1	-	4
Moimenta Beira	-	-	-	4	-	-	-	-	-
Mortágua	-	1	1	8	-	-	-	-	-
Nelas	-	-	-	6	-	-	-	-	8
Oliveira Frades	-	1	-	6	-	-	-	-	-
Penalva do Castelo	-	-	-	2	-	-	-	-	1
Penedono	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Resende	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Santa Comba Dão	-	1	-	7	-	1	-	-	4
São João Pesqueira	-	-	-	3	-	-	-	-	1
São Pedro do Sul	-	1	-	13	-	-	-	-	10
Sátão	-	-	-	3	-	-	-	-	-
Sernancelhe	-	-	-	3	-	-	-	-	-
Tabuaço	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Tarouca	-	-	-	2	-	-	-	1	-
Tondela	1	-	-	10	-	-	-	-	10
Vila Nova de Paiva	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Viseu	21	3	23	74	6	16	19	10	159
Vouzela	-	-	-	2	-	1	-	-	-
TOTAL DISTRITO	26	9	25	184	6	18	23	12	220

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro, 2006

INE, Anuário Estatístico Região Norte, 2006

Gráfico 2:



Apenas no número de farmácias o distrito de Viseu consegue equivaler-se às percentagens nacionais. Estes indicadores provam igualmente que a distância geográfica em relação ao litoral torna o distrito menos atractivo, como provam a diminuição do número de habitantes que se tem vindo a sentir e, neste caso, a falta de pessoal a trabalhar em instituições ligadas à saúde em comparação com os números de Portugal, onde mesmo aí os valores são considerados abaixo do desejável para uma resposta rápida e eficaz.

Quadro 35: Indicadores de saúde por concelho no distrito de Viseu em 2005

Unidade Territorial	Enfermeiros por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Farmácias por 1000 habitantes	Consultas por habitante
Portugal	4,6	3,4	0,3	3,9
Armamar	1,4	0,4	0,3	3,1
Carregal do Sal	1,3	1,0	0,5	3,5
Castro Daire	1,4	0,5	0,3	2,8
Cinfães	1,1	0,5	0,4	3,5
Lamego	5,8	1,8	0,4	4,1
Mangualde	1,6	1,0	0,3	2,9
Moimenta da Beira	1,6	0,8	0,3	3,1
Mortágua	2,3	1,5	0,4	3,9
Nelas	1,6	1,2	0,4	3,2
Oliveira Frades	1,7	0,8	0,3	2,8
Penalva do Castelo	1,4	0,8	0,3	2,7
Penedono	1,5	0,9	0,3	4,3
Resende	1,3	0,6	0,4	2,7
Santa Comba Dão	1,6	1,1	0,3	3,6
São João Pesqueira	1,5	0,8	0,4	4,2
São Pedro do Sul	1,4	1,3	0,5	3,0
Sátão	2,7	0,6	0,2	2,9
Sernancelhe	1,6	0,8	0,3	2,4
Tabuaço	1,4	0,3	0,3	3,6
Tarouca	1,6	0,7	0,2	3,4
Tondela	3,2	1,1	0,4	-
Vila Nova de Paiva	1,3	0,3	0,2	3,2
Viseu	8,9	4,3	0,2	-
Vouzela	1,6	0,6	0,3	3,8
MÉDIA DISTRITO	2,1%	0,9%	0,3%	3,3%

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro, 2006

INE, Anuário Estatístico Região Norte, 2006

3.2- Óbitos por doença

Em 2004, registaram-se em Portugal, segundo dados da Direcção Geral da Saúde, 102371 óbitos por doença, sendo que destes 52,2% pertenciam ao sexo masculino e 47,8% ao sexo feminino.

As principais causas de morte por doença assinaladas são, por ordem decrescente, as doenças do aparelho circulatório (36,3% do total), os tumores (22,3%), sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte (9,6%) e as doenças do aparelho respiratório (8,5%). Isto dever-se-á às alterações do estilo de vida e à falta de práticas consideradas saudáveis no mundo actual, como o exercício físico ou a alimentação com qualidade. Aqui é de notar que, no caso das doenças do aparelho circulatório, as mulheres morrem consideravelmente mais que os homens, com números respectivamente de 20136 casos para as mulheres e 16982 para os homens. No entanto, em ambas as situações, esta é a patologia dominante em termos de causas de morte em Portugal. Na maioria dos casos os homens morrem mais que as mulheres, existindo, no entanto, algumas excepções, como nos casos das doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, doenças do sistema nervoso, doenças da pele, do sistema osteomuscular e dos sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificadas em outra parte, além das já citadas doenças do aparelho circulatório.

Quadro 36: Total de Óbitos segundo o sexo e grupos etários por causas de morte (Capítulos da CID-10) em 2004

Causas de morte	HM	H	M	<1 ano	1-4	5-19	20-44	45-64	65-74	>=75
Doenças infecciosas e parasitárias	2045	1357	688	7	8	10	696	457	293	574
Tumores	22837	13503	9334	-	15	77	892	5537	6307	10009
Doenças do sangue	254	137	117	2	3	1	11	31	58	148
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	5065	2171	2894	5	5	11	74	459	1176	3335
Transtornos mentais e comportamentais	578	264	314	-	1	-	39	84	63	391
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	2349	1121	1228	10	4	42	111	256	474	1452
Doenças do aparelho circulatório	37118	16982	20136	6	13	22	600	3181	6153	27143
Doenças do aparelho respiratório	8675	4814	3861	15	12	16	135	551	1290	6656
Doenças do aparelho digestivo	4652	2813	1839	1	3	3	369	1171	1004	2101
Doenças da pele	354	138	216	1	-	-	6	20	58	269
Doenças sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	250	103	147	1	1	2	18	43	68	117
Doenças do aparelho geniturinário	2436	1280	1156	-	1	1	45	190	382	1817
Gravidez, parto e puerpério	9	-	9	-	-	-	8	1	-	-
Afecções originadas no período perinatal	240	149	91	239	1	-	-	-	-	-
Malformações congénitas, deformidades e anomalias cromossômicas	212	119	93	104	21	14	34	24	7	8
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	9827	4582	5245	18	7	29	279	782	1538	7174
Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas	5470	3937	1533	18	48	255	1755	1251	862	1281
TOTAL	102371	53470	48901	427	143	483	5072	14038	19733	62475

Fonte: Direcção Geral de Saúde, *Elementos Estatísticos da Saúde*, 2004

Relativamente aos grupos etários, as pessoas que se situam numa faixa superior aos 75 anos são em praticamente todos os casos as que morrem mais, sendo isto sinal de que actualmente se vive mais tempo, a esperança de vida à nascença vai-se tornando superior. Em termos de mortalidade infantil, é de notar que alguns bebés com menos de um ano morrem devido a causas relacionadas com afecções no

período perinatal, malformações, destacando-se também as doenças do aparelho respiratório e do sistema nervoso.

3.3- Óbitos por Acidentes de Viação e de Trabalho

Além dos óbitos por doença, existem óbitos ocorridos devido a causas consideradas externas- no ano de 2004, segundo dados da Direcção Geral de Saúde, 5,34% das mortes deveram-se a este tipo de situações. Neste subcapítulo, destacamos os óbitos por acidentes de viação e de trabalho.

O Quadro 37 mostra-nos que apesar de o número de acidentes no distrito ter sido maior em 2006 face a 2005, as vítimas mortais foram menos (50 e 48, respectivamente), tendo contudo aumentado o número de feridos graves. O número de feridos ligeiros foi inferior embora sem diferenças significativas. Contudo, no geral, os números não foram positivos, com um aumento dos acidentes em 2006 face a 2005, o que se traduz num aumento da sinistralidade nas estradas, ao contrário do que tem vindo a acontecer no território de Portugal em geral.

Quadro 37: Acidentes e Vítimas no Distrito de Viseu- comparação entre 2005 e 2006

Ano	Acidentes com Vítimas	Vítimas Mortais	Feridos Leves	Total de Vítimas
2005	1520	50	156	2109
2006	1570	48	170	2150

Fonte: Direcção Geral de Viação- Estatísticas da Sinistralidade, 2006

No Quadro 38 estão descritos os acidentes ocorridos durante o ano de 2006 em todos os concelhos do distrito de Viseu. Aqui destacam-se os concelhos de Viseu, com 29% do total de acidentes, sendo igualmente aquele que tem mais movimento e, conseqüentemente, com um tráfego mais acentuado, Tondela com 9,4% e Lamego com 6,7%. Dos 48 casos que resultaram na morte na estrada, 29,2% ocorreram em Viseu, 18,8% em Tondela e 8,3% em Moimenta da Beira. A cidade de Viseu atinge também o topo na lista de feridos graves e ligeiros originários de acidentes de viação, com 25,3% e 30,5% do total, respectivamente. Face ao global do país, que, segundo o Relatório Anual de 2006 da Direcção Geral de Viação, teve no total 35680 acidentes com vítimas dos quais resultaram 786 mortos, o distrito de Viseu teve 4,4% desses acidentes e 6,1% do total de mortos. Estes números são relativamente baixos, centrando-se a maioria dos acidentes nas grandes cidades.

Quadro 38: Acidentes e Vítimas segundo o Concelho no Distrito de Viseu em 2006

Unidade Territorial	Acidentes com Vítimas	Vítimas Mortais	Feridos Graves	Feridos Leves	Total Vítimas	Índice de Gravidade
Armamar	26	0	5	38	43	0,0
Carregal Sal	30	0	2	36	38	0,0
Castro Daire	47	2	5	59	66	4,3
Cinfães	47	0	7	64	71	0,0
Lamego	110	2	5	145	152	1,8
Mangualde	105	3	14	126	143	2,9
Moimenta da Beira	27	4	1	32	37	14,8
Mortágua	56	2	10	56	68	3,6
Nelas	86	3	7	113	123	3,5
Oliveira de Frades	52	1	1	66	68	1,9
Penalva do Castelo	21	0	0	27	27	0,0
Penedono	13	0	3	12	15	0,0
Resende	28	2	10	37	49	7,1
Santa Comba Dão	56	0	2	65	67	0,0
São João da Pesqueira	15	0	4	20	24	0,0
São Pedro do Sul	74	0	5	86	91	0,0
Sátão	46	0	3	59	62	0,0
Sernancelhe	19	0	1	27	28	0,0
Tabuaço	18	2	0	24	26	11,1
Tarouca	15	0	1	18	19	0,0
Tondela	148	9	35	155	199	6,1
Vila Nova de Paiva	16	0	2	17	19	0,0
Viseu	456	14	43	589	646	3,1
Vouzela	59	4	4	61	69	6,8
TOTAL DISTRITO	1570	48	170	1932	2150	2,8%

Fonte: Direcção Geral de Viação, Estatísticas da Sinistralidade, 2006

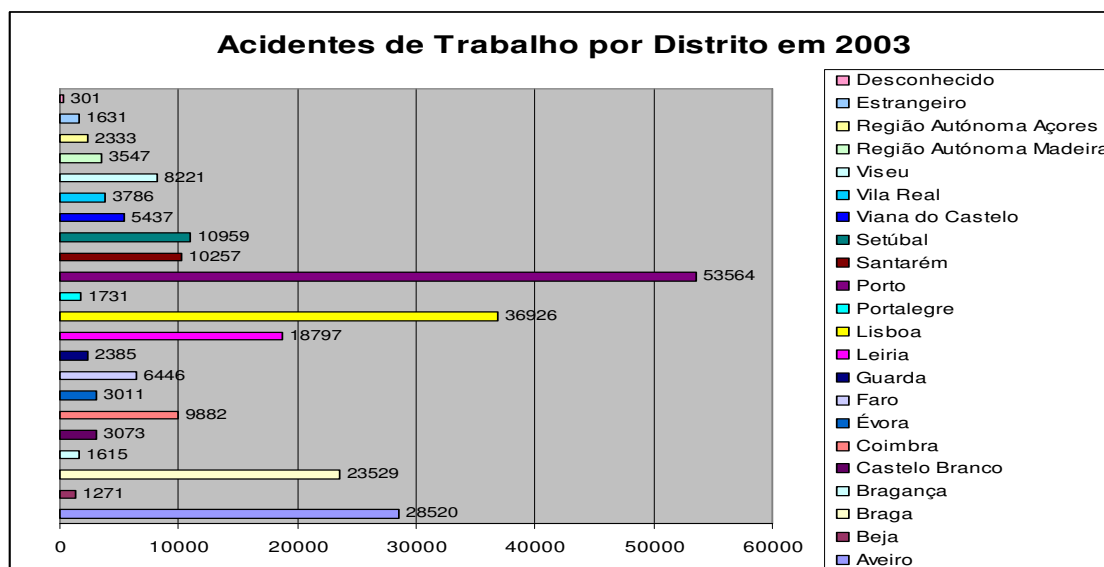
Relativamente aos óbitos por acidentes de trabalho, em termos distritais, Viseu teve apenas 3,4% do total de acidentes de trabalho nacionais, sendo que 6,1% foram mortais. Porto e Lisboa são os distritos com maiores índices a este nível, tendo o Porto maior número de acidentes (23%) e Lisboa maior número de mortos daí resultante (17%).

Quadro 39: Acidentes de Trabalho por Distrito, Região Autónoma e Estrangeiro em 2003

Distrito	Acidentes Trabalho	Acidentes Trabalho Mortais
Aveiro	28520	17
Beja	1271	3
Braga	23529	16
Bragança	1615	4
Castelo Branco	3073	11
Coimbra	9882	13
Évora	3011	6
Faro	6446	8
Guarda	2385	5
Leiria	18797	15
Lisboa	36926	52
Portalegre	1731	2
Porto	53564	36
Santarém	10257	21
Setúbal	10959	17
Viana do Castelo	5437	7
Vila Real	3786	6
Viseu	8221	19
Região Autónoma Madeira	3547	18
Região Autónoma Açores	2333	5
Estrangeiro	1631	22
Desconhecido	301	9
TOTAL	237222	312

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social- Acidentes de Trabalho, Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, 2003

Gráfico 3:



3.4- Taxa de suicídio

Maria Lucília Carvalho e Isabel Natário consideravam em finais da última década que “as taxas de mortalidade por suicídio em Portugal Continental entre os anos de 1980 e 1985, apontam para valores mais elevados na região sul do país”¹⁵. Poucos anos depois, a Sociedade Portuguesa de Suicidologia sublinhava que tem havido “um decréscimo das taxas de suicídio em Portugal nos últimos 20 anos”¹⁶. Contudo, estes valores mudaram a partir do ano seguinte: segundo Tânia Moita, “Portugal passou de cerca de 500 suicídios por ano no final da década de 90 para 1200 em 2002 e 1100 no ano seguinte”¹⁷, registando-se um aumento de mais de 100% neste período, o que poderá ser reflexo de um período de maior crise, significativa de menor esperança no futuro. O Quadro 40 apresenta em seguida o número de suicídios registados por região em 2005. Podemos verificar que o número é um pouco inferior ao que foi referido em 2002 e 2003. É notório que a zona sul continua a ser predominante, no caso Lisboa, seguida de perto pela região Centro. A região Norte conta com um número bem menor (126, face a 247 casos em Lisboa e 241 no Centro). O Alentejo, apesar de ser considerada uma área relativamente despovoada, assume-se no terceiro lugar da lista, com 157 casos registados. O distrito de Viseu apresenta números baixos. Segundo Maria Lucília Carvalho e Isabel C. Natário, “verifica-se uma grande discrepância de valores de distrito para distrito, apresentando os distritos de Beja, Faro, Portalegre, Évora e Santarém os maiores números, e os distritos do Porto, Braga, Aveiro, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu os menores”¹⁸, não tendo esta situação vindo a alterar-se entretanto. Isto dever-se-á ao maior peso da Igreja Católica, no caso dos distritos do interior e da região norte e ao maior volume de população existente no norte do país.

Quadro 40: Número de Suicídios segundo a Região em 2005

Unidade Territorial	Número
Portugal	910
Norte	126
Centro	241
Lisboa	247
Alentejo	157
Algarve	87
Região Autónoma dos Açores	14
Região Autónoma da Madeira	38
Estrangeiro	4
TOTAL	914

Fonte: INE, Base de Dados, Óbitos (Nº) por Local de Residência e causas de morte externa, 2005

¹⁵ O Suicídio em Portugal: uma Análise espaço- temporal- Maria Lucília Carvalho e Isabel C. Natário in INE, Revista de Estatística, 3º Quadrimestre de 1998, página 2

¹⁶ Sociedade Portuguesa de Suicidologia, *Comportamentos Suicidários- Dados da Consulta de Prevenção do Suicídio nos Hospitais da Universidade de Coimbra (1992-2002)*, Estudo e Investigação, 2003

¹⁷ Tânia Costa, *Taxa de Suicídio cresceu 100% em apenas dois anos* Jornal de Notícias, 29 de Setembro de 2006

¹⁸ O Suicídio em Portugal: uma Análise espaço- temporal- Maria Lucília Carvalho e Isabel C. Natário in INE, Revista de Estatística, 3º Quadrimestre de 1998, página 62

3.5- Taxa de Alcoolismo

“O alcoolismo é geralmente definido como o consumo consistente e excessivo e/ou preocupação com bebidas alcoólicas ao ponto que este comportamento interfira com a vida pessoal, familiar, social ou profissional da pessoa.”¹⁹

A sociedade portuguesa está cada vez mais envolvida em várias dependências. “Portugal é um país produtor e exportador de bebidas alcoólicas, principalmente vinho (8.º produtor mundial) e também um dos 3 países do mundo onde se consome mais álcool”²⁰ Apesar de o consumo de vinho ter vindo a diminuir com o passar dos anos, o consumo de cerveja tem vindo a aumentar significativamente na mesma medida em que se vão alterando os hábitos de consumo essencialmente no que diz respeito à população mais jovem. Segundo o Centro Regional de Alcoologia do Centro, estima-se que actualmente sejam mais de 60% os jovens que consomem regularmente bebidas alcoólicas, nomeadamente a cerveja e as bebidas destiladas. Este é um problema que começa por ser individual, mas, ao agudizar-se, atinge rapidamente a esfera familiar e social, condicionando as relações do indivíduo na comunidade. O Quadro 41 apresenta os números relativos aos bebedores excessivos e aos doentes alcoólicos no distrito de Viseu.

Quadro 41: Alcoolismo no Distrito de Viseu em 2003

Unidade Territorial	Número de Bebedores Excessivos	Doentes Alcoólicos	Total de Inscritos no CRAC em 2003
Armamar	1170	940	28
Carregal do Sal	1480	1190	107
Castro Daire	2450	1960	55
Cinfães	3110	2490	98
Lamego	4020	3220	154
Mangualde	2960	2370	133
Moimenta da Beira	1620	1300	76
Mortágua	1460	1170	165
Nelas	1980	1580	133
Oliveira de Frades	1410	1130	79
Penalva do Castelo	1230	980	65
Penedono	510	410	24
Resende	1820	1460	71
São Pedro do Sul	2730	2190	71
São João da Pesqueira	1250	1000	56
Santa Comba Dão	1660	1330	130
Sátão	1760	1410	98
Sernancelhe	930	750	43
Tabuaço	1040	830	82
Tarouca	1250	1000	36
Tondela	4440	3560	428
Vila Nova de Paiva	800	640	30
Viseu	11120	8910	641
Vouzela	1710	1370	94
TOTAL DISTRITO	53910	43190	2897

Fontes: Pré-Diagnóstico Social do Concelho de Oliveira de Frades, Rede Social de Oliveira de Frades, Setembro 2004- Março de 2005

Centro Regional de Alcoologia do Centro, Setembro de 2004

¹⁹ www.wikipédia.org

²⁰ www.crac.min-saude.pt

Como é possível verificar, Viseu tem em relação ao total da população identificada no primeiro capítulo deste estudo, uma quantidade considerável de indivíduos com problemas relacionados com o álcool. Neste caso, os concelhos que mais se destacam são Viseu, Tondela e Lamego, por terem também uma quantidade de população considerável face aos restantes. Pode-se verificar que, apesar de os números não serem os desejáveis, há uma quantidade razoável de indivíduos inscritos no Centro Regional de Alcoologia do Centro, prova de que o seu trabalho tem tido algum acolhimento por parte dos bebedores.

O consumo exagerado de bebidas alcoólicas no distrito de Viseu deve-se também ao facto de esta ser uma região produtora por excelência de vinho (Dão Lafões e Douro), incentivando à menor moderação por parte dos seus habitantes.

3.7- Despesas com cuidados de saúde

Ao longo do tempo, segundo o Inquérito aos Orçamentos Familiares efectuado pelo INE em 2000, em que se comparou a data da altura com 1989 e 1995, a despesa média anual dos portugueses com cuidados de saúde tem vindo a intensificar-se. Em 2000 cifrava-se em 719 euros, sendo que os indivíduos da região de Lisboa e Vale do Tejo eram os que mais gastavam (819 euros) e os da Madeira e do Alentejo o que menos gastavam anualmente (548 e 579 euros respectivamente). No que concerne ao Norte e ao Centro, verifica-se que a média é também inferior à nacional, com 642 euros anuais no norte e 664 euros no centro.

No Quadro 42, verifica-se que, relativamente ao ano de 2004, o número de receitas e embalagens daí resultantes relativamente ao distrito de Viseu não é muito alto face ao resto do país, com 1972,8 receitas para 1000 habitantes, correspondentes a 4806,3 embalagens, que equivalem a 6,7 receitas e 16,2 embalagens *per capita*. A média nacional é de 6,8 receitas e 16,5 embalagens *per capita*, sendo que Viseu possui números ligeiramente mais baixos. Os valores mais elevados de receitas e embalagens por pessoa registam-se nos distritos de Portalegre, Évora e Leiria, sendo o Alentejo a região cujos habitantes gastam mais em medicamentos, tendo em conta os valores *per capita* fornecidos. Relativamente ao distrito de Viseu, integrado na Região de Saúde do Centro, era, a par com a Guarda, o distrito onde se passam menos receitas e igualmente de onde advêm menos embalagens. A menor procura de médicos terá como justificação a menor preocupação com a saúde, embora a essa escassez não seja também alheia a falta de médicos em determinadas especialidades.

Quadro 42: Número de receitas, de embalagens, de receitas e embalagens *per capita*, por sub-regiões de saúde em 2004

Regiões e Sub-regiões de Saúde	Número de Receitas por 1000 Habitantes	Número de Embalagens por 1000 Habitantes	Receitas <i>per capita</i>	Embalagens <i>per capita</i>
RS Norte	16408,3	38767,6	6,7	15,8
Braga	4264,3	10067,7	6,7	15,8
Bragança	655,8	1579,3	6,0	14,5
Porto	9083,4	21331,8	6,7	15,8
Viana do Castelo	1305,0	3137,9	6,9	16,6
Vila Real	1099,8	2650,9	6,6	16,0
RS Centro	13214,7	31831,0	7,3	17,6
Aveiro	3997,7	9218,8	7,3	16,9
Castelo Branco	1124,2	2772,0	7,4	18,2
Coimbra	2409,3	5904,6	7,3	18,0
Guarda	887,8	2236,0	6,7	16,9
Leiria	2823,0	6893,3	8,0	19,4
Viseu	1972,8	4806,3	6,7	16,2
RS Lisboa e Vale do Tejo	17213,6	42901,0	6,6	16,4
Lisboa	10574,9	26642,7	6,4	16,1
Santarém	2724,5	6675,2	7,8	19,2
Setúbal	3914,2	9583,0	6,3	15,4
RS Alentejo	2700,3	6485,4	8,0	19,3
Beja	876,2	2022,4	7,5	17,3
Évora	1071,5	2607,2	8,3	20,3
Portalegre	752,6	1855,8	8,2	20,3
RS Algarve	1862,2	4423,5	6,0	14,3
Faro	1862,2	4423,5	6,0	14,3

Fontes: Direcção Geral de Saúde, Elementos Estatísticos, 2004

INFARMED, Estatística do Medicamento, 2004

O Quadro 43 mostra-nos o total do investimento do Ministério da Saúde por regiões e sub-regiões de saúde em 2004. Viseu, considerando o investimento *per capita*, encontra-se sensivelmente no meio da lista nacional, encontrando-se os distritos de Bragança, Coimbra e Beja no topo, estando Leiria e Vila Real na posição inversa. Em termos de regiões, o maior investimento foi feito no Alentejo e no Algarve. Viseu encontra-se em terceiro lugar na região centro, depois de Castelo Branco e Coimbra e à frente de Aveiro, Guarda e Leiria.

Quadro 43: Total do Investimento Executado pelo Ministério da Saúde e Montante *per capita* por Regiões e Sub-regiões de Saúde

Regiões e Sub-regiões de Saúde	Investimento Executado	Investimento <i>per capita</i>
RS Norte	34888623	10,7
Braga	5795309	6,8
Bragança	5044556	34,7
Porto	20609524	11,4
Viana do Castelo	2652683	10,5
Vila Real	786551	3,6
RS Centro	25671668	10,6
Aveiro	5146457	7,1
Castelo Branco	2569055	12,6
Coimbra	12419592	28,4
Guarda	870852	4,9
Leiria	1109082	2,3
Viseu	3556630	9,0
RS Lisboa e Vale do Tejo	40175206	11,5
Lisboa	21867491	9,9
Santarém	2826912	6,1
Setúbal	15480803	18,7
RS Alentejo	6815309	15,2
Beja	3483617	22,3
Évora	2381667	13,9
Portalegre	950025	7,8
RS Algarve	5748253	14,0
Faro	5748253	14,0

Fontes: Direcção Geral de Saúde, Elementos Estatísticos, 2004

DPC- Relatório de Execução Financeira do PIDDAC, 2004

3.7- Conclusões

- Aumento da esperança de vida;
- Número não muito elevado de acidentes de viação face aos grandes centros;
- Número reduzido de acidentes de trabalho;
- Insuficiente número de equipamentos ligados à saúde;
- Distribuição geográfica irregular dos médicos especialistas existentes;
- Pouca quantidade de médicos ao nível de todo o distrito;
- Falta de médicos em determinadas especialidades;
- Redução do número de mortos na estrada;
- Aumento do número de acidentes de viação;
- Taxa de suicídio baixa;
- Taxa de alcoolismo elevada;
- Investimento do Estado na saúde inferior à média nacional

4- EDUCAÇÃO

4.1- Escolaridade da População

A escola tem-se tornado, nas últimas décadas, um agente de socialização tão importante como a família na integração dos indivíduos nas sociedades modernas. Cada vez mais são exigidos níveis específicos de escolaridade para poder, por exemplo, integrar o mercado de trabalho, dependendo essa integração de uma certificação que ateste a capacidade para desempenhar as tarefas propostas. Níveis distintos de educação podem também levar a uma diferenciação em termos sociais, culturais ou económicos.

Um dos obstáculos ao crescimento do país em termos de escolaridade é a taxa de analfabetismo (relação entre a população com 10 ou mais anos que não sabe ler e escrever e a população de 10 ou mais anos que o sabe fazer).

O Quadro 44 indica o valor percentual de 9,03% como a taxa de analfabetismo em Portugal em 2001, segundo os Censos. Fazendo uma análise comparativa com o distrito de Viseu, verificamos que este está 4,75% acima daquela, assumindo o valor de 13,78%. Os concelhos mais rurais são aqueles que apresentam maior tendência para o analfabetismo, destacando-se Resende (21,18%), Castro Daire (17,99%), Penalva do Castelo (17,77%) e Penedono (17,74%). Neste tipo de meios, o saber proporcionado pela escola ainda não é muito valorizado, apostando-se mais nos trabalhos de cariz prático como forma de desenvolvimento pessoal, condicionando assim a possibilidade de mobilidade ascendente proporcionada por um diploma escolar, sendo que “os trabalhadores rurais em luta pela terra descobriram desde o início uma inadequação da escola à sua condição e aos seus projectos.”²¹ Nelas (8,23%) é o único concelho do distrito com uma média inferior à da realidade portuguesa. Estes valores indicam a persistência da ruralidade no distrito e uma aposta na escola que se revela relativamente fraca, essencialmente no que aos mais idosos diz respeito.

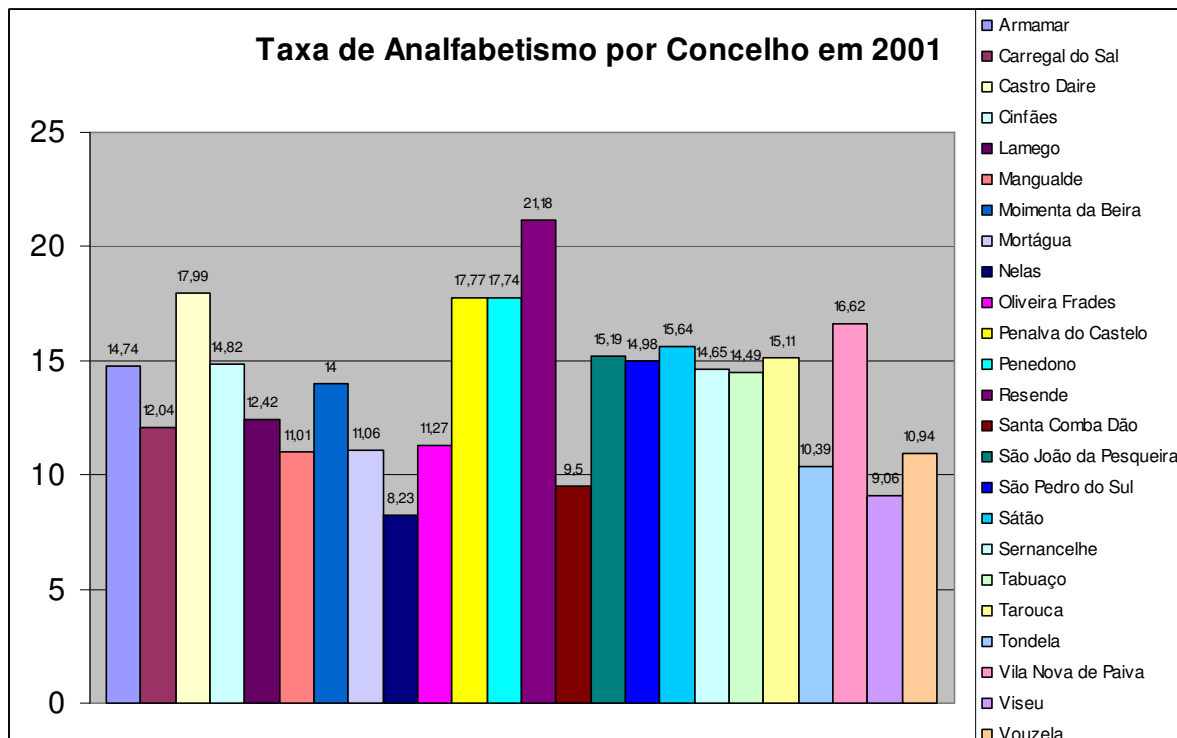
²¹ PESSOA, Jadir de M. Aprender e ensinar no cotidiano de assentados rurais em Goiás. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 10 (1999:82)

Quadro 44: Taxa de Analfabetismo no Distrito de Viseu em 2001

Unidade Territorial	Taxa de Analfabetismo
Portugal	9,03
Armamar	14,74
Carregal do Sal	12,04
Castro Daire	17,99
Cinfães	14,82
Lamego	12,42
Mangualde	11,01
Moimenta da Beira	14,00
Mortágua	11,06
Nelas	8,23
Oliveira Frades	11,27
Penalva do Castelo	17,77
Penedono	17,74
Resende	21,18
Santa Comba Dão	9,50
São João da Pesqueira	15,19
São Pedro do Sul	14,98
Sátão	15,64
Sernancelhe	14,65
Tabuaço	14,49
Tarouca	15,11
Tondela	10,39
Vila Nova de Paiva	16,62
Viseu	9,06
Vouzela	10,94
MÉDIA DISTRITO	13,78

Fonte: INE, Censos 2001

Gráfico 4:



No Quadro 45, é-nos dada, segundo valores dos Censos 2001, a distribuição da população residente por sexo e nível de ensino atingido. Aqui nota-se a prevalência de um número superior de mulheres sem

qualquer grau de ensino e com o 1º ciclo (4ª classe) completo, assumindo depois os homens um maior número de indivíduos que completaram o 2º Ciclo (6º ano) e o 3º Ciclo (9º ano), voltando as mulheres a assumir-se em termos de conclusão do ensino secundário (12º ano), curso médio e superior. Estes dados ao nível distrital reflectem a realidade nacional de tendência para um maior número de mulheres que nunca frequentaram a escola ou não completaram a 4ª classe, e, paralelamente, para uma crescente feminização do ensino nos meios universitários como forma de luta por um lugar de maior relevo em termos profissionais e pela expansão a todos os níveis que, por vários motivos, não aconteceu nos séculos anteriores.

Segundo o INE, “a feminização do ensino superior acentuou-se na década de 90, sendo que em 2001 as mulheres representavam mais de metade da população (56%) que tinha atingido este nível de ensino, quando em 1991 e 1981 eram, respectivamente, 49% e 38%”.²² Os homens assumem-se em maior número nos casos dos indivíduos que completaram o 9º ano e o 12º ano, com vista a facilitar a entrada no mercado de trabalho nos diversos sectores de actividade existentes em cada concelho. Face às décadas anteriores tem havido uma maior aposta no ensino, sendo cada vez maior o número de pessoas que optam por seguir o caminho da universidade, adiando a entrada no mercado de trabalho. A prova disso é” o aumento da população que atingiu o ensino superior (de 4,9% da população em 1991 para 10,6% em 2001)”²³ De qualquer forma, o número de pessoas com curso superior no distrito ainda é consideravelmente baixo.

²² INE, Destaques, Principais Tendência evidenciadas pelos resultados provisórios dos Censos 2001

²³idem

Quadro 45: População Residente segundo o Nível de Ensino Atingido e Sexo em 2001

Unidade Territorial	Nenhum		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Armamar	555	750	1750	1851	542	459	382	332
Carregal do Sal	649	1026	2172	2393	712	645	603	425
Castro Daire	1427	2255	3907	3548	1276	1089	777	625
Cinfães	1852	2431	4930	5018	2214	2043	986	826
Lamego	1931	2788	5106	5433	2295	1983	1630	1439
Mangualde	1287	1913	4325	4691	1523	1415	1192	901
Moimenta da Beira	856	1108	2245	2511	802	690	605	495
Mortágua	509	1006	2407	2456	699	510	497	369
Nelas	762	1087	2848	3247	999	820	873	682
Oliveira Frades	604	1144	2170	2199	870	736	621	490
Penalva do Castelo	756	1128	1981	2060	664	545	397	361
Penedono	279	346	749	838	281	225	137	129
Resende	1321	1798	2764	2638	855	790	528	433
Santa Comba Dão	601	1038	2735	2845	868	833	612	563
São João da Pesqueira	697	849	1947	1995	768	621	444	343
São Pedro do Sul	1307	2304	3981	3973	1443	1282	893	739
Sátão	1005	1650	2660	2597	991	861	608	553
Sernancelhe	537	624	1351	1519	482	410	311	217
Tabuaço	523	716	1530	1622	481	445	352	292
Tarouca	659	885	1802	1834	718	581	443	325
Tondela	1649	2745	6849	7288	2274	1976	1551	1219
Vila Nova de Paiva	508	759	1229	1203	489	426	299	268
Viseu	5330	8275	14997	16125	6406	5609	5442	4493
Vouzela	700	1130	2708	2740	899	760	593	478
TOTAL DISTRITO	26304	39755	79143	82624	29551	25754	20776	16997

Quadro 45 (cont): População Residente segundo o Nível de Ensino Atingido e Sexo em 2001

Unidade Territorial	Secundário		Médio		Superior		TOTAL	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Armamar	284	293	2	10	122	160	3637	3855
Carregal do Sal	618	587	10	20	236	315	5000	5411
Castro Daire	667	766	7	40	248	358	8309	8681
Cinfães	690	709	10	23	272	420	10954	11470
Lamego	1510	1526	29	77	999	1335	13500	14581
Mangualde	1120	1096	34	39	618	836	10099	10891
Moimenta da Beira	499	525	7	25	275	431	5289	5785
Mortágua	626	526	11	21	324	418	5073	5306
Nelas	984	865	22	26	442	626	6930	7353
Oliveira Frades	569	543	8	18	244	368	5086	5498
Penalva do Castelo	396	327	4	15	153	232	4351	4668
Penedono	130	158	2	12	64	95	1642	1803
Resende	383	405	3	7	200	245	6054	6316
Santa Comba Dão	745	767	27	28	338	473	5926	6547
São João da Pesqueira	296	362	6	12	133	180	4291	4362
São Pedro do Sul	1024	963	24	26	482	642	9154	9929
Sátão	698	661	16	28	303	513	6281	6863
Sernancelhe	260	273	4	7	95	137	3040	3187
Tabuaço	275	279	5	29	90	146	3256	3529
Tarouca	306	367	2	17	144	225	4074	4234
Tondela	1831	1673	41	70	768	1218	14963	16189
Vila Nova de Paiva	308	312	6	14	130	190	2969	3172
Viseu	7262	6777	255	338	5059	7134	44750	48751
Vouzela	599	617	13	27	282	370	5794	6122
TOTAL DISTRITO	22080	21377	548	929	12021	17067	190422	204503

Fonte: INE, Censos 2001

4.2- Equipamentos Escolares segundo Nível de Ensino

No distrito de Viseu existiam em 2005, 1364 estabelecimentos de ensino separados pelos diversos níveis ministrados. A primeira evidência a realçar é o domínio quase absoluto dos estabelecimentos de ensino público (1252) sobre o privado (112), com exceções apenas nas escolas profissionais e nos estabelecimentos de ensino superior. Os espaços em maior número referem-se ao 1º Ciclo no ensino público, com 704 ao todo. No entanto, 255 dos mesmos têm neste momento menos de 10 alunos, sendo este um problema que não tem exceção em nenhum dos concelhos do distrito. A desertificação nas escolas revela poucas condições de subsistência das mesmas, tendo em conta a máxima de que o ensino não existe se não houver estudantes.

Em relação ao ensino secundário, Armamar e Penedono não tinham, à data assinalada, qualquer estabelecimento a ministrar o ensino secundário, ao passo que Sernancelhe tinha apenas uma escola profissional privada para quem quisesse seguir uma especialidade após a conclusão do 9º ano, não existindo, contudo, nenhuma escola pública para este nível de ensino. A inexistência de equipamentos pode levar, por um lado, à deslocação da população residente, ou, por outro, a um maior abandono escolar dos seus habitantes.

Existem 12 concelhos com uma escola profissional, enquanto que Viseu tem 3. Todas elas são privadas. Estas são vistas como uma forma mais fácil de conseguir a profissionalização pela via da especialização prática numa determinada área voltada na medida do possível para o mercado de trabalho.

Lamego, Mangualde e Viseu são os únicos concelhos com ensino superior, sendo que Lamego possui dois estabelecimentos públicos, Mangualde um privado e Viseu 4 públicos e 7 privados. À excepção deste último a oferta não é muita, obrigando quem queira continuar os estudos a deslocar-se para outras cidades, levando as famílias a maiores gastos (despesas com transportes, casa, etc.) ou, face à falta de condições económicas, à resignação perante a situação.

Quadro 46: Estabelecimentos de ensino por concelho segundo o ensino ministrado, 2005/2006

Unidade Territorial	Educação pré-escolar		Ensino Básico							Ensino secundário		Ensino em escolas profissionais		Ensino superior	
	Público	Privado	1º Ciclo			2º Ciclo		3º Ciclo		Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
			Público	Privado	Dos quais com menos de 10 alunos	Público	Privado	Público	Privado						
2005/2006															
Armamar	9	1	23	-	12	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Carregal do Sal	14	1	17	-	4	2	-	3	-	1	-	-	-	-	-
Castro Daire	20	1	55	-	33	2	-	3	-	1	1	-	1	-	-
Cinfães	21	1	51	-	22	5	-	3	-	1	1	-	1	-	-
Lamego	35	7	36	2	9	2	2	3	2	2	3	-	1	2	-
Mangualde	19	4	31	-	5	2	-	3	-	1	-	-	-	-	1
Moimenta da Beira	14	1	27	-	12	1	-	1	1	1	1	-	1	-	-
Mortágua	10	1	20	-	7	1	-	2	1	1	1	-	1	-	-
Nelas	13	4	16	1	4	2	-	3	-	2	-	-	-	-	-
Oliveira Frades	15	1	24	-	8	2	-	2	-	1	-	-	-	-	-
Penalva do Castelo	10	-	20	-	10	2	-	2	-	1	-	-	-	-	-
Penedono	4	1	11	-	7	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Resende	14	1	27	-	7	1	-	1	1	1	1	-	-	-	-
Santa Comba Dão	13	2	20	-	4	1	-	2	1	1	1	-	1	-	-
São João da Pesqueira	12	-	19	-	7	1	-	1	1	1	1	-	1	-	-
São Pedro do Sul	25	2	36	-	17	2	-	3	-	1	1	-	1	-	-
Sátão	18	1	26	-	10	2	-	3	-	1	-	-	-	-	-
Sernancelhe	11	1	19	-	14	1	-	1	-	-	1	-	1	-	-
Tabuaço	10	-	20	-	13	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-
Tarouca	16	-	23	-	11	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-
Tondela	29	2	52	-	16	4	-	5	-	1	1	-	1	-	-
Vila Nova de Paiva	8	-	12	-	6	1	-	2	-	1	-	-	-	-	-
Viseu	56	18	98	3	14	8	3	10	3	3	3	-	3	4	7
Vouzela	14	1	21	-	3	2	-	2	1	1	1	-	1	-	-
TOTAL	410	51	704	6	255	48	5	59	11	25	17	-	14	6	8
DISTRITO															

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro, 2006
INE, Anuário Estatístico Região Norte, 2006

4.3- Alunos matriculados e pessoal docente segundo nível de ensino

No ano lectivo de 2005-2006, matricularam-se no ensino básico e secundário 56488 alunos, 51611 no público e 4877 no privado. No ensino pré-escolar registou-se um número de 8043 alunos no ensino público e 2690 no privado, enquanto que no ensino superior, neste caso referente ao ano lectivo de 2005-2006, houve um número total de 5967 estudantes no público e 2244 no privado matriculados. Tal como no número de estabelecimentos de ensino, o público prevalece sempre sobre o privado no número de matrículas.

Quadro 47: Alunos matriculados por concelho segundo o nível de ensino ministrado e a natureza do estabelecimento, 2005/2006

Unidade Territorial	Educação pré-escolar		Ensino básico						Secundário		Ensino superior	
			1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Público	Privado	Público	Privado
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado				
2005/2006												
Armamar	148	47	313	-	161	-	241	-	-	-	-	-
Carregal do Sal	251	42	430	-	274	-	439	-	249	-	-	-
Castro Daire	372	60	702	-	414	-	729	-	430	128	-	-
Cinfães	405	33	1079	-	569	-	956	-	384	74	-	-
Lamego	564	320	1167	154	653	72	1045	130	963	331	855	-
Mangualde	424	196	908	-	475	-	870	-	653	-	-	78
Moimenta da Beira	286	55	532	-	284	-	556	39	473	142	-	-
Mortágua	157	50	318	-	165	-	300	9	294	105	-	-
Nelas	274	178	499	56	330	-	505	-	394	-	-	-
Oliveira Frades	309	27	516	-	279	-	454	-	386	-	-	-
Penalva do Castelo	197	-	339	-	208	-	285	-	244	-	-	-
Penedono	33	46	145	-	96	-	139	-	-	-	-	-
Resende	256	56	625	-	367	-	388	166	277	133	-	-
Santa Comba Dão	209	103	497	-	265	-	395	31	251	113	-	-
São João da Pesqueira	243	-	435	-	217	-	293	24	141	154	-	-
São Pedro do Sul	427	120	804	-	510	-	660	-	453	220	-	-
Sátão	345	20	622	-	294	-	511	-	177	-	-	-
Sernancelhe	109	32	232	-	114	-	216	-	-	146	-	-
Tabuaço	162	-	291	-	160	-	223	-	105	-	-	-
Tarouca	187	-	416	-	241	-	322	-	172	-	-	-
Tondela	586	78	1185	-	618	-	1112	-	745	250	-	-
Vila Nova de Paiva	183	-	241	-	161	-	284	-	151	-	-	-
Viseu	1662	1194	4553	255	1946	478	2929	727	3906	806	5112	2166
Vouzela	254	33	458	-	261	-	363	34	179	100	-	-
TOTAL DISTRITO	8043	2690	17307	465	9062	550	14215	1160	11027	2702	5967	2244

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro, 2006
INE, Anuário Estatístico Região Norte, 2006

Em termos de pessoal docente, existe uma relação directa entre o número de professores existente e a quantidade de alunos. No ensino básico e secundário há ao todo 6780 docentes, divididos em 6489 no

ensino público e 291 no privado. Há, nestes níveis de escolaridade, 1 professor para cada 8,3 alunos, sensivelmente. Nos níveis de ensino onde há mais matrículas de alunos é também onde existem mais professores. Em relação ao ensino pré-escolar, registaram-se 817 professores, 659 no público e 158 no privado e no ensino superior, relativamente ao ano lectivo de 2005-2006, 909 docentes, 491 no público e 418 no privado, registando-se aqui um maior equilíbrio entre estes dois sectores.

Quadro 48: Pessoal Docente por concelho segundo o nível de ensino ministrado e a natureza do estabelecimento, 2005-2006

Unidade Territorial	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico				Ensino Básico e Secundário		Ensino Superior	
			1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo e Secundário			
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Armamar	11	2	38	-	32	-	29	-	-	-
Carregal do Sal	28	3	48	-	45	-	89	-	-	-
Castro Daire	35	3	100	-	60	-	148	-	-	-
Cinfães	30	2	125	-	66	-	161	-	-	-
Lamego	54	26	143	6	86	8	230	71	57	-
Mangualde	33	12	91	-	76	-	204	-	-	41
Moimenta da Beira	26	3	61	-	42	-	114	-	-	-
Mortágua	14	5	33	-	29	-	81	-	-	-
Nelas	24	13	53	5	54	-	130	-	-	-
Oliveira Frades	18	3	60	-	55	-	104	-	-	-
Penalva do Castelo	16	-	41	-	38	-	77	-	-	-
Penedono	5	2	16	-	16	-	23	-	-	-
Resende	19	2	65	-	46	-	76	30	-	-
Santa Comba Dão	19	5	47	-	43	-	89	-	-	-
São João da Pesqueira	21	-	41	-	25	-	49	-	-	-
São Pedro do Sul	31	7	76	-	66	-	144	-	-	-
Sátão	26	1	56	-	55	-	111	-	-	-
Sernancelhe	15	2	31	-	17	-	22	-	-	-
Tabuaço	15	-	40	-	28	-	38	-	-	-
Tarouca	19	-	47	-	40	-	61	-	-	-
Tondela	47	4	122	-	115	-	238	-	-	-
Vila Nova de Paiva	14	-	30	-	27	-	71	-	-	-
Viseu	120	61	398	15	288	48	909	108	434	377
Vouzela	19	2	50	-	47	-	83	-	-	-
TOTAL DISTRITO	659	158	1812	26	1396	56	3281	209	491	418

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro, 2006

INE, Anuário Estatístico Região Norte, 2006

4.4- Taxas de Sucesso Escolar por Níveis de Ensino

Analisando comparativamente os dados relativos ao sucesso escolar no ensino básico e no ensino secundário, verifica-se em todas as regiões referidas no Quadro 49, a taxa de sucesso vai diminuindo à

medida que o nível de ensino vai aumentando. O centro do País regista os melhores índices relativamente ao ensino básico regular, seguido de perto pela região de Lisboa, ao passo que os alunos da Região Autónoma dos Açores e de Lisboa são os que apresentam melhores números no ensino secundário. Não existe uma discrepância muito considerável entre as diversas regiões, à excepção da Região Autónoma da Madeira com uma média que não passa os 70,1% no ensino básico e 41,6% no ensino secundário

Quadro 49: Taxa de Sucesso Escolar no Ensino Básico Regular e Secundário Regular por regiões em 2004/2005

Unidade Territorial	Ensino Básico Regular	Ensino Secundário Regular
Norte	79,1%	53,0%
Centro	81,3%	50,5%
Lisboa	81,0%	54,1%
Alentejo	78,5%	50,2%
Algarve	80,5%	50,6%
Região Autónoma dos Açores	78,7%	55,3%
Região Autónoma da Madeira	70,1%	41,6%

Fonte: Ministério da Educação, Estatísticas da Educação, 2004/2005

4.5- Taxa de Abandono Escolar

Por abandono escolar entende-se o número de indivíduos entre 10 e 15 anos que, não tendo concluído o 3º Ciclo, não se encontra neste momento a frequentar a escola. Ao nível europeu uma das preocupações fundamentais é fazer com que os índices de educação da população dos diversos Estados Membros consigam subir num curto espaço de tempo. O Parlamento Europeu e o Conselho estabeleceram, em 15 de Novembro de 2006, um “*programa de acção no domínio da aprendizagem ao longo da vida para o período de 2007-2013*”²⁴ Em Portugal tenta-se apostar em programas de formação ao longo da vida e em centros de novas oportunidades como forma de combater o abandono escolar e reactivar o interesse pela aprendizagem por parte dos cidadãos, uma vez que Portugal é dos países com maiores índices de abandono escolar em toda a União Europeia, no caso concreto com 2,79%. No distrito de Viseu a situação é ainda mais alarmante, com uma média de 4,49%. A tendência acentua-se mais nos concelhos do norte do distrito, sendo que os valores mais altos são os de Resende (9,30%), Cinfães (8,48%) e São João da Pesqueira (7,45%).

Muitos abandonam muito cedo a escola por quererem chegar mais rapidamente ao mercado de trabalho, uma vez que as dificuldades financeiras não permitem alcançar a estabilidade económica. Aqui o problema reside no facto de actualmente a escolaridade mínima obrigatória ser o 9º ano, o que torna cada vez mais escassas as propostas de emprego que requeiram um nível inferior, e, quando existem, as condições são quase sempre pouco agradáveis. Pelo contrário, Tondela (1,73%), Viseu (1,93%) e Santa Comba Dão (1,96%) são os concelhos com índices mais baixos de abandono escolar e,

²⁴Comissão Europeia, Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia, 2006

juntamente com Oliveira de Frades (2%), Sátão (2,22%), Carregal do Sal (2,53%) e São Pedro do Sul (2,58%) estão abaixo da média nacional.

Quadro 50: Taxa de Abandono Escolar por Concelho no Distrito de Viseu em 2001

Unidade Territorial	Taxa de Abandono Escolar
Portugal	2,79
Armamar	4,55
Carregal do Sal	2,53
Castro Daire	4,49
Cinfães	8,48
Lamego	4,36
Mangualde	3,63
Moimenta da Beira	5,47
Mortágua	2,99
Nelas	3,36
Oliveira Frades	2,00
Penalva do Castelo	5,34
Penedono	4,33
Resende	9,30
Santa Comba Dão	1,96
São João da Pesqueira	7,45
São Pedro do Sul	2,58
Sátão	2,22
Sernancelhe	4,77
Tabuaço	6,81
Tarouca	6,65
Tondela	1,73
Vila Nova de Paiva	6,01
Viseu	1,93
Vouzela	4,79
MÉDIA DISTRITO	4,49%

Fonte: INE, Censos 2001

4.6- Despesa Pública com a Educação

Apresentamos os dados relativamente ao total do investimento no distrito de Viseu segundo o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) 2005, com o objectivo de melhorar os equipamentos existentes e construir novas infraestruturas, destacando-se os concelhos de Viseu, Lamego, Castro Daire e Tondela.

Quadro 51: Investimento no Distrito de Viseu por Concelhos em 2005

Unidade Territorial	Investimento
Armamar	587019
Carregal do Sal	300999
Castro Daire	4979124
Cinfães	442532
Lamego	5044366
Mangualde	215283
Moimenta da Beira	74472
Mortágua	95204
Nelas	186000
Oliveira de Frades	176376
Penalva do Castelo	745478
Penedono	25000
Resende	178244
Santa Comba Dão	308191
São João da Pesqueira	664831
São Pedro do Sul	1078782
Sátão	554010
Sernancelhe	1026196
Tabuaço	42500
Tarouca	50763
Tondela	4413497
Vila Nova de Paiva	71557
Viseu	5619119
Vouzela	778282
TOTAL DISTRITO	27657825

Fonte: Ministério da Economia, Gabinete de Gestão Financeira, Regionalização: Óptica Administrativa- Totais por Distritos e Ilhas, 2005

4.7- Conclusões

- Baixos índices de escolaridade;
- Reduzido acesso ao ensino por parte dos indivíduos com poucos recursos financeiros;
- Razoável número de estabelecimentos do ensino superior;
- Existência de universidades públicas em Lamego e Viseu;
- Taxa de analfabetismo do distrito superior à média portuguesa;
- Taxa de abandono escolar superior à média nacional;
- Inexistência de escolas públicas de ensino secundário em Armamar, Penedono e Sernancelhe;
- Pouco investimento da população em educação;
- Aumento do número de mulheres no ensino superior;
- Existência de apoios sociais por parte do Estado;
- Bom investimento do PIDDAC em Viseu, Lamego, Castro Daire e Tondela

5- EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

5.1- População activa e empregada

O número de pessoas numa determinada comunidade que estejam em condições de exercer nela uma actividade laboral são importantes para o desenvolvimento da mesma, na medida em que, através da sua actividade, podem contribuir para um maior reconhecimento da comunidade perante ela própria e quem vem de fora. Para Maria José Carrilho, analisando a definição fornecida pelos Censos de 1991, população activa define-se como “População com actividade económica: população empregada (com profissão, militar de carreira e a cumprir serviço militar obrigatório), população desempregada à procura do 1º emprego, à procura de novo emprego”²⁵. Significa isto que todos os indivíduos que, estando empregados ou não, mas se encontrem em condições de trabalhar, são considerados população activa. Ao invés, população economicamente activa e empregada significa o número de indivíduos em condições de exercer uma actividade económica que estão empregados no momento de análise.

O quadro 52 faz uma análise ao nível dos concelhos do distrito, baseada nos Censos 2001, relativamente ao número de pessoas economicamente activas e, destas, quantas estão empregadas. A taxa de actividade apresentada permite “definir o peso da população activa sobre o total da população”²⁶ residente em cada um dos concelhos. Desta forma, verifica-se a existência de 162300 indivíduos considerados activos, sendo que destes 150191 estão empregados, o que corresponde, segundo o INE, a uma taxa de actividade no distrito de 39,14%. Este é um número baixo, que significa que menos de metade da população do distrito é considerada activa. Viseu, Oliveira de Frades e Tondela são os concelhos com uma taxa de actividade superior, com 45,8%, 44,5% e 42,8%, respectivamente. Ao invés, Resende (34%), Sernancelhe (34,5%) e Tabuaço (34,6%) são os que têm uma média mais baixa, estando este fenómeno relacionado com o crescente envelhecimento da população que assola as regiões do interior, no caso do distrito de Viseu com maior incidência nos concelhos situados na parte norte do mesmo.

²⁵ INE, Maria José Carrilho, População activa: conceito e extensão através dos censos - 1996

²⁶ INE, Anuário Estatístico da Região Norte, página 251

Quadro 52: População Activa e Empregada no Distrito de Viseu em 2001

Unidade Territorial	População Economicamente Activa	População Economicamente Activa e Empregada	Taxa de Actividade
Armamar	2745	2547	36,6
Carregal do Sal	4163	3863	40
Castro Daire	5946	5391	35
Cinfães	8724	7844	38,9
Lamego	11850	10809	42,2
Mangualde	8611	8231	41
Moimenta da Beira	3889	3437	35,1
Mortágua	4362	4103	42
Nelas	5972	5582	41,8
Oliveira de Frades	4711	4469	44,5
Penalva do Castelo	3240	3026	35,9
Penedono	1256	1137	36,5
Resende	4210	3861	34
Santa Comba Dão	5112	4758	41
São João da Pesqueira	3396	3250	39,2
São Pedro do Sul	7991	7330	41,9
Sátão	4898	4221	37,3
Sernancelhe	2147	1955	34,5
Tabuaço	2351	2195	34,6
Tarouca	3252	2997	39,1
Tondela	13342	12494	42,8
Vila Nova de Paiva	2320	2081	37,8
Viseu	42839	39910	45,8
Vouzela	4973	4700	41,7
TOTAL DISTRITO	162300	150191	39,14%

Fonte: INE, Censos 2001.

5.2- Taxa de Emprego por Sector de Actividade e Sexo

A maioria da população empregada por conta de outrem no Distrito de Viseu está a trabalhar no sector terciário, representativo dos serviços, tendo este uma média de cerca de 53% do total, seguido da indústria (sector secundário) com 44% e da agricultura e pescas, que simboliza o sector primário, com 3%, indo de encontro às médias nacionais. No entanto, esta tendência não é uniforme em todos os concelhos do distrito, sendo que nos concelhos de Carregal do Sal, Cinfães, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Sátão e Vouzela, a maioria das pessoas trabalham no sector secundário.

Verifica-se igualmente a existência de um maior número de homens na soma de todos os sectores de actividade (35266 homens contra 22030 mulheres), embora estes trabalhem na sua maioria no sector secundário, enquanto as mulheres estão mais ligadas ao sector terciário.

Quadro 53: Trabalhadores por conta de outrem por concelho, sexo e sector de actividade em 2005

Unidade Territorial	Total		Primário (CAE: A-B)		Secundário (CAE: C-F)		Terciário (CAE: G-Q)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Armamar	386	227	50	27	191	55	145	145
Carregal Sal	820	613	35	20	580	292	205	301
Castro Daire	919	---	10	---	526	109	383	452
Cinfães	1160	386	20	12	868	65	272	309
Lamego	2094	1451	109	59	1010	180	975	1212
Mangualde	3880	1654	22	10	2073	842	1785	802
Moimenta da Beira	672	410	25	23	307	42	340	345
Mortágua	812	615	96	36	440	303	276	276
Nelas	1644	1351	35	12	1257	803	352	536
Oliveira Frades	1643	818	49	45	1249	434	345	339
Penalva Castelo	421	196	14	3	224	46	183	147
Penedono	---	---	---	---	36	---	65	88
Resende	516	284	22	16	280	18	214	250
Santa Comba Dão	805	648	24	20	474	208	307	420
São João Pesqueira	550	293	177	80	201	30	172	183
São Pedro Sul	974	1174	32	24	422	229	520	921
Sátão	667	390	14	7	443	143	210	240
Sernancelhe	355	197	8	0	222	26	125	171
Tabuaço	280	159	55	24	147	31	78	104
Tarouca	834	271	40	7	318	67	476	197
Tondela	2923	1894	156	213	1684	693	1083	988
Vila Nova Paiva	194	146	15	5	91	19	88	122
Viseu	11567	8045	115	50	5117	1335	6335	6660
Vouzela	1150	808	28	27	843	501	279	280
TOTAL DISTRITO	35266	22030	1151	720	19003	6471	15213	15488

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro, 2006

INE, Anuário Estatístico Região Norte, 2006

Nota: --- dados não disponíveis

5.3- População desempregada

Uma comunidade tem menor desemprego quanto maior é a capacidade de gerar emprego por parte da mesma. Isto depende da maior ou menor existência de empresas na região e da maior ou menor qualificação dos indivíduos nela residentes e em condições de trabalhar para exercer funções. Os concelhos que têm uma menor taxa de desemprego serão aqueles em que existe uma maior articulação entre as necessidades do mercado do trabalho e o perfil dos indivíduos que a ele concorrem, paralelamente com a existência em maior ou menor escala de entidades empregadoras.

Os quadros seguintes apresentam uma comparação, conseguida através de dados do IEFP, entre as estatísticas da população desempregada em Março de 2007 e Março de 2008. Aí, podemos verificar que enquanto em 2007 havia um total de 16811 desempregados inscritos nos centros de emprego do distrito, em 2008 o número foi reduzido para 15646 pessoas, o que corresponde na prática a menos 1165 indivíduos. Apesar disso, as tendências gerais, mantêm-se, uma vez que em ambos os casos há mais mulheres que homens em situação de desemprego (a tendência é para o acentuar desse número, verificando-se os dados existentes), a maioria das pessoas está inscrita há menos de um ano e, simultaneamente, à procura de novo emprego.

Quadro 54: Desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Distrito de Viseu em Março 2007

Unidade Territorial	Género		Tempo inscrição		Situação face ao emprego		TOTAL
	Homens	Mulheres	Menos 1 ano	1 ano ou mais	1º emprego	Novo Emprego	
Norte	78585	117031	103877	91739	16303	179313	195616
Centro	24752	39014	42380	21386	6971	56795	63766
Armamar	113	224	214	123	59	278	337
Carregal Sal	112	136	184	64	24	224	248
Castro Daire	180	327	333	174	59	448	507
Cinfães	438	609	493	554	117	930	1047
Lamego	626	1115	1030	711	301	1440	1741
Mangualde	344	573	624	293	107	810	917
Moimenta da Beira	146	281	262	165	82	345	427
Mortágua	93	149	167	75	26	216	242
Nelas	258	389	441	206	76	571	647
Oliveira Frades	101	151	145	107	21	231	252
Penalva Castelo	129	261	237	153	57	333	390
Penedono	40	99	52	87	26	113	139
Resende	206	461	375	292	164	503	667
Santa Comba Dão	163	193	258	98	30	326	356
São João Pesqueira	88	204	163	129	56	236	292
São Pedro Sul	256	527	533	250	60	723	783
Sátão	193	407	378	222	82	518	600
Sernancelhe	77	116	124	69	32	161	193
Tabuaço	131	211	170	172	35	307	342
Tarouca	144	238	238	144	48	334	382
Tondela	345	452	555	242	77	720	797
Vila Nova Paiva	140	223	219	144	31	332	363
Viseu	1929	2858	3221	1566	829	3958	4787
Vouzela	137	218	199	156	21	334	355
TOTAL DISTRITO	6389 (38%)	10422 (62%)	10615 (63,1%)	6196 (36,9%)	2420 (14,4%)	14391 (85,6%)	16811

Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais, Março 2007

Quadro 55: Desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Distrito de Viseu em Março 2008

Unidade Territorial	Género		Tempo inscrição		Situação face ao emprego		TOTAL
	Homens	Mulheres	Menos 1 ano	1 ano ou mais	1º emprego	Novo Emprego	
Norte	66712	105318	88972	83058	16860	155170	172030
Centro	21870	36015	37101	20784	7471	50414	57885
Armamar	87	171	149	109	49	209	258
Carregal Sal	114	139	181	72	22	231	253
Castro Daire	173	311	337	147	58	426	484
Cinfães	358	654	494	518	159	853	1012
Lamego	527	953	897	583	236	1244	1480
Mangualde	278	618	597	299	151	745	896
Moimenta da Beira	153	292	275	170	78	367	445
Mortágua	73	133	142	64	27	179	206
Nelas	216	507	505	218	75	648	723
Oliveira Frades	75	122	122	75	27	170	197
Penalva Castelo	108	246	239	115	51	303	354
Penedono	24	91	55	60	26	89	115
Resende	184	505	373	316	153	536	689
Santa Comba Dão	137	195	227	105	34	298	332
São João Pesqueira	76	189	156	109	46	219	265
São Pedro Sul	204	488	498	194	64	628	692
Sátão	169	381	389	161	99	451	550
Sernancelhe	80	122	126	76	33	169	202
Tabuaço	118	212	195	135	48	282	330
Tarouca	100	201	204	97	45	256	301
Tondela	264	352	431	185	64	552	616
Vila Nova Paiva	146	224	252	118	33	337	370
Viseu	1821	2735	3042	1514	920	3636	4556
Vouzela	127	193	183	137	29	291	320
TOTAL DISTRITO	5612 (35,9%)	10034 (64,1%)	10069 (64,4%)	5577 (35,6%)	2527 (16,2%)	13119 (83,8%)	15646

Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais, Março 2008

Relativamente ao grupo etário, verifica-se que, em Março de 2008, as pessoas em situação de desemprego que apresentavam maiores números eram as que estavam na escala entre os 35 e os 54 anos, com um total de 40,8%. Note-se que as pessoas com 55 ou mais anos constituíam 17,5% do total, estando com um valor superior aos mais jovens, no caso com 17,4%. É necessário ter em conta que quanto maior a idade mais dificuldades se tem na procura de novo emprego, levando esse facto a situações complicadas para quem não atingiu ainda a idade da reforma- em 11 dos 24 concelhos há mais desempregados com 55 anos ou mais do que pessoas até aos 24 anos.

Quadro 56: Desemprego por grupo etário em Março de 2008

Unidade Territorial	- 25 anos	25-34 anos	35-54 anos	55 ou + anos	TOTAL
Norte	22855	35675	76714	36786	172030
Centro	8906	14614	23100	11265	57885
Armamar	55	60	107	36	258
Carregal Sal	32	47	103	71	253
Castro Daire	64	107	215	98	484
Cinfães	154	213	413	232	1012
Lamego	249	377	645	209	1480
Mangualde	174	195	378	149	896
Moimenta da Beira	57	99	214	75	445
Mortágua	28	43	87	48	206
Nelas	106	177	318	122	723
Oliveira Frades	28	40	81	48	197
Penalva Castelo	71	83	151	49	354
Penedono	24	37	47	7	115
Resende	146	181	293	69	689
Santa Comba Dão	50	68	129	85	332
São João Pesqueira	52	76	108	29	265
São Pedro Sul	73	154	314	151	692
Sátão	105	141	224	80	550
Sernancelhe	42	43	97	20	202
Tabuaço	58	50	164	58	330
Tarouca	54	64	134	49	301
Tondela	108	135	213	160	616
Vila Nova Paiva	71	96	137	66	370
Viseu	893	1262	1666	735	4556
Vouzela	36	51	139	94	320
TOTAL DISTRITO	2730 (17,4%)	3799 (24,3%)	6377 (40,8%)	2740 (17,5%)	15646

Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais, Março 2008

No que diz respeito ao nível de ensino, a maioria dos desempregados tem menos que o 9º ano de escolaridade- 1014 não completaram o 1º ciclo, 4922 têm a 4ª classe e 3279 o 6º ano. Numa época em que a escolaridade mínima obrigatória é o 9º ano, avizinham-se dificuldades para a obtenção de emprego por parte das pessoas que não o possuem. O RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) tem vindo a atenuar um pouco essa tendência. Ao invés, existiam 1567 pessoas com o ensino superior, estando a maioria situada nos locais onde existem universidades (Lamego, Mangualde e Viseu).

Quadro 57: Desemprego segundo níveis de ensino em Março de 2008

Unidade Territorial	- 1º ciclo	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Superior	TOTAL
Norte	9268	63924	31987	27420	24802	14629	172030
Centro	3364	16703	9929	11086	9388	7415	57885
Armamar	25	90	53	41	40	9	258
Carregal Sal	21	117	37	50	23	5	253
Castro Daire	37	188	93	74	63	29	484
Cinfães	98	407	257	102	118	30	1012
Lamego	121	477	349	212	204	117	1480
Mangualde	58	264	192	148	156	78	896
Moimenta da Beira	49	149	109	53	43	42	445
Mortágua	12	90	27	28	23	26	206
Nelas	17	239	164	164	88	51	723
Oliveira Frades	10	70	37	22	25	33	197
Penalva Castelo	33	103	76	55	52	35	354
Penedono	10	25	24	24	22	10	115
Resende	53	256	173	104	78	25	689
Santa Comba Dão	20	97	75	64	37	39	332
São João Pesqueira	25	74	75	31	41	19	265
São Pedro Sul	39	232	166	116	86	53	692
Sátão	21	114	174	100	87	54	550
Sernancelhe	12	79	46	23	32	10	202
Tabuaço	30	145	68	41	29	17	330
Tarouca	24	109	69	34	44	21	301
Tondela	34	207	99	132	70	74	616
Vila Nova Paiva	25	127	112	54	31	21	370
Viseu	220	1114	751	883	843	745	4556
Vouzela	20	149	53	47	27	24	320
TOTAL DISTRITO	1014	4922	3279	2602	2262	1567	15646

Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais, Março 2008

5.4- Taxa de Desemprego de Longa Duração

São, para o IEFP, considerados desempregados de longa duração, todos os indivíduos com capacidade para o trabalho e que, procurando activamente emprego, se encontram em situação de desemprego há mais de 12 meses. Esta contagem é feita apenas a partir da data de inscrição no centro de emprego. Em média, o peso dos desempregados de longa duração face ao número total de desempregados era no distrito de Viseu de 36,3% em 2008. Neste caso, os números mais altos registam-se em Penedono (52,2%) e Cinfães (51,2%). São Pedro do Sul é o concelho que apresenta uma menor taxa, com 28,0%. A estes números não serão alheias as Termas de São Pedro do Sul, que empregam um elevado número de pessoas de forma temporária, através de empregos sazonais.

Quadro 58: Taxa Desempregados Longa Duração em Março de 2008

Unidade Territorial	Taxa DLD
Armamar	42,2%
Carregal Sal	28,4%
Castro Daire	30,4%
Cinfães	51,2%
Lamego	39,4%
Mangualde	33,4%
Moimenta da Beira	38,2%
Mortágua	31,0%
Nelas	30,1%
Oliveira Frades	38,1%
Penalva Castelo	32,5%
Penedono	52,2%
Resende	45,9%
Santa Comba Dão	31,6%
São João Pesqueira	41,1%
São Pedro Sul	28,0%
Sátão	29,3%
Sernancelhe	37,6%
Tabuaço	40,9%
Tarouca	32,2%
Tondela	30,0%
Vila Nova Paiva	31,8%
Viseu	33,2%
Vouzela	42,8%
MÉDIA DISTRITO	36,3%

Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais, Março 2008

Nota: valores arredondados

5.5- Número Médio de Horas de Trabalho por Sector de Actividade

Em média, o sector da indústria é aquele onde os portugueses despendem um maior número de horas de trabalho semanais (37), embora o número seja relativamente semelhante nos 3 sectores apresentados. O Norte é a região do país onde se trabalha mais, com uma média de 37 horas semanais considerando todos os sectores de actividade, apresentando, de resto, todas as regiões números próximos.

Quadro 59: Duração semanal média do trabalho da população empregada por local de residência (NUTS II) e sector de actividade económica em 2006

Sector de Actividade Económica	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma da Madeira
Agricultura, Produção Animal, Caça, Silvicultura e Pesca	36	37	34	36	37	39	37	37
Indústria, Construção, Energia e Água	37	37	37	37	37	40	37	38
Serviços	36	37	36	35	36	38	35	36

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 2006

5.6- Remunerações Médias

O quadro 60 mostra que o sector terciário é a área onde as remunerações são mais altas, com 670,76 euros em média, seguido do sector secundário com 608,90 euros e do primário com 541,37. O sector secundário apresenta valores dominantes em 6 concelhos (Cinfães, Nelas, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão, Tondela e Vouzela), o sector primário em 1 (Carregal do Sal) e o sector terciário em todos os outros 17. Note-se que os 6 concelhos em que as remunerações são mais altas no sector secundário têm alguma indústria. É de realçar também que os homens ganham em média 708,19€, enquanto as mulheres auferem valores na ordem dos 578,52€, registando-se uma diferença salarial de cerca de 129,67€.

Quadro 60: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem por concelho segundo o sector de actividade e sexo em 2005

Unidade Territorial	Total		Primário (CAE: A-B)		Secundário (CAE: C-F)		Terciário (CAE: G-Q)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Armamar	618,37	536,73	516,61	489,88	569,71	461,80	717,57	573,87
Carregal Sal	745,39	583,06	1002,68	644,50	696,93	518,23	838,57	641,87
Castro Daire	637,02	541,95	463,66	---	562,16	515,10	744,35	548,93
Cinfães	699,82	542,96	574,64	399,44	714,77	522,76	661,30	552,79
Lamego	696,76	586,59	496,35	444,44	682,29	660,74	734,17	582,50
Mangualde	908,67	585,57	730,08	721,76	911,81	554,47	907,22	616,52
Moimenta da Beira	657,61	540,14	465,56	394,91	691,92	491,96	640,75	555,69
Mortágua	766,07	632,48	711,13	635,65	786,57	610,92	752,50	655,74
Nelas	884,07	652,26	696,44	531,86	919,53	673,89	776,08	622,55
Oliveira Frades	811,35	600,25	626,66	494,92	832,25	599,71	761,88	614,93
Penalva Castelo	677,17	632,22	595,20	398,83	604,87	490,40	771,94	681,36
Penedono	623,29	626,71	---	---	503,14	---	693,65	628,67
Resende	576,51	556,85	501,79	387,90	491,10	434,10	695,96	576,50
Santa Comba Dão	785,00	581,77	658,40	459,26	824,04	554,05	734,62	601,33
São João Pesqueira	716,98	608,57	744,34	598,79	647,79	482,61	769,68	633,50
São Pedro Sul	662,73	574,19	498,87	475,10	639,02	508,11	692,05	593,20
Sátão	612,09	530,02	516,23	448,64	549,47	501,61	750,56	549,31
Sernancelhe	631,69	557,88	406,48	0	567,59	557,67	759,96	557,92
Tabuaço	638,28	526,78	684,70	523,75	569,58	525,13	735,03	527,97
Tarouca	618,03	528,13	624,37	479,03	576,33	521,56	645,36	532,11
Tondela	850,73	637,69	670,29	475,30	886,51	707,39	821,09	623,82
Vila Nova Paiva	609,19	521,90	571,84	402,16	485,99	452,04	742,96	537,69
Viseu	808,17	661,31	671,99	506,38	707,87	606,66	891,66	673,42
Vouzela	761,58	538,47	613,09	477,02	780,05	532,58	720,70	554,94
MÉDIA DISTRITO	708,19	578,52	610,49	472,25	675,05	542,76	748,31	593,21

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro, 2006

INE, Anuário Estatístico Região Norte, 2006

Nota: --- dados não disponíveis

5.7- Caracterização do vínculo laboral

Com o passar dos anos, a precariedade no mercado de trabalho tem vindo a aumentar, sendo hoje cada vez menos visíveis os apelidados empregos para a vida proporcionados por contratos sem termo em empresas estáveis economicamente, embora esse continue a ser o objectivo. Nomeadamente para as camadas mais jovens e para aqueles que se vêem numa situação de desemprego já com alguma idade, a instabilidade tem assumido contornos cada vez mais alarmantes. Numa análise feita com base no site do IEFP, verifica-se, porém que, comparando os anos de 2004 e 2005, houve um aumento do número de contratos sem termo e também com termo, verificando-se, de 2004 para 2005, apenas uma diminuição nos trabalhos relativos a prestações de serviços e ocasionais.

Quadro 61: Número de contratos dos trabalhadores por conta de outrem nos anos de 2004 e 2005

Continente - milhares

	2004	2005	Varição homóloga 2005/2004
Trabalho por Conta de Outrem (total)	3782,3	3813,8	31
Contrato sem termo (individual/ colectivo)	3031,8	3070,5	39
Contrato com termo (a prazo)	570,4	580,3	10
Outros (contrato com termo – prestação de serviços /sazonal /pontual/ ocasional)	750,5	743,3	- 7

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

5.8- Emprego/ Trabalho Infantil e Juvenil

“Portugal é um dos países da Europa onde os fenómenos da inserção precoce de jovens no mercado de trabalho, assim como o abandono escolar precoce, embora tenham vindo a diminuir ao longo das últimas décadas, continuam a constituir um problema social, nomeadamente nas consequências de que se revestem, quer no percurso pessoal e profissional do indivíduo, quer no próprio mercado de trabalho.”²⁷ O trabalho infantil tem uma relação directa com o abandono precoce da escola, muitas vezes devido às deficiências no sistema escolar (falta de escolas, ausência de uma cultura de igualdade e respeito simultâneo pela diversidade) com a falta de informação, com a procura de mão-de-obra barata ou razões culturais. Em muitas situações, as dificuldades financeiras das famílias e a conseqüente falta de oportunidade para prosseguir os estudos por parte dos jovens levam a que estes se transformem num apoio monetário para as famílias em vez de um custo suplementar, mesmo que para isso seja necessário o abandono do sonho de conseguir uma vida estável profissionalmente através da concretização dos objectivos de vida em termos laborais. Isto tem um preço futuro, cuja repercussão é a continuação da situação insegura na vida face à ausência de qualificações e aos conseqüentes trabalhos mal remunerados que daí advêm. Em Portugal existem algumas organizações que procuram denunciar e combater situações de aproveitamento de mão-de-obra infantil aos mais diversos níveis, como são o caso da CNASTI (Confederação Nacional de Acção sobre o Trabalho Infantil), PEETI (Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil) ou da própria IGT (Inspeção Geral do Trabalho). O objectivo é alertar a sociedade civil para estas situações e para as consequências nefastas, não só para as crianças exploradas, como também para as próprias sociedades futuras. O PEETI no seu site oficial apresenta como objectivos “identificar, caracterizar e acompanhar a situação de menores em situação de exploração de trabalho infantil ou em risco, decorrente de abandono escolar, assegurar uma resposta às

²⁷ Ministério da Segurança Social e do Trabalho, *Inserção Precoce no Mercado de Trabalho- Um Estudo de Casos*, SIETI- Sistema de Informação Estatística sobre o trabalho Infantil, 2004, página 13

situações sinalizadas através do Plano Integrado de Educação Formação (PIEF), com recurso a estratégias flexíveis e diferenciadas e, ainda, prosseguindo o Programa de Férias Escolares, combater as piores formas de exploração de trabalho infantil (Convenção 182 e Recomendação 190 da OIT, ratificadas por Portugal); promover a inserção social e educacional de crianças vítimas de exploração pelo trabalho.”²⁸ Já o CNASTI refere “combater as causas que permitem a proliferação do trabalho infantil, nomeadamente as sociais, culturais e económicas, combater todas as formas de trabalho infantil, protegendo a criança nas diversas dimensões, organizar e desenvolver acções, isolada ou conjuntamente com outras organizações, no combate ao trabalho infantil”²⁹. A IGT, através de visitas periódicas às empresas consideradas de risco, consegue detectar também situações anormais perante o trabalho.

O Quadro 62 analisa o número de situações detectadas por distrito, segundo o número de estabelecimentos, o número de trabalhadores em cada um deles, os menores aí detectados e a percentagem de menores em relação ao Continente. O Porto e Braga são os distritos com maior percentagem de menores detectados, com 27,5% e 26,4% respectivamente, sendo este fenómeno, neste caso, um verdadeiro problema social que reflecte alguma precariedade aos mais diversos níveis (económico, cultural, empresarial). Beja, Castelo Branco, Coimbra e Faro são os únicos concelhos em que não foi detectada qualquer situação de exploração de menores em termos laborais. Quanto ao distrito de Viseu, tem 7,7% do total das situações, encontrando-se no terceiro lugar em relação aos 18 distritos analisados, logo a seguir ao Porto e Braga.

~

²⁸ www.weeti.idict.gov.pt

²⁹ www.cnasti.pt

Quadro 62: Incidência de Menores em Situação de Trabalho Ilícito detectados por distrito, em 2001

Distritos	Nº de estabelecimentos com situações ilícitas	Nº de trabalhadores	Nº de menores detectados	%
Aveiro	5	119	5	5,5
Beja	0	0	0	0
Braga	20	382	24	26,4
Bragança	1	11	1	1,0
Castelo Branco	0	0	0	0
Coimbra	0	0	0	0
Évora	1	24	3	3,3
Faro	0	0	0	0
Guarda	2	43	3	3,3
Leiria	4	20	4	4,4
Lisboa	2	6	2	2,3
Porto	23	270	25	27,5
Portalegre	3	13	3	3,3
Santarém	2	16	2	2,3
Setúbal	4	96	4	4,4
Viana do Castelo	5	53	5	5,5
Vila Real	3	40	3	3,3
Viseu	6	64	7	7,7
TOTAL	81	1157	91	100

Fonte: IGT, Relatório do Trabalho de Menores em Situação Ilegal, 2001

5.9- Mercado Social de Emprego

O mercado social de emprego tem como objectivos centrais o encontrar soluções temporárias ou permanentes para os indivíduos que se encontram em situação de precariedade económica, como os desempregados, os beneficiários do Rendimento Social de Inserção ou de subsídio de desemprego. O IEFP tem como programas do mercado social de emprego os programas ocupacionais para carenciados e subsidiados (“ocupações temporárias, socialmente úteis, de desempregados subsidiados ou em situação de carência económica, enquanto não lhes surgirem alternativas de trabalho ou de formação profissional, permitindo entretanto aumentar as possibilidades de reinserção no mercado de trabalho³⁰”), os despachos conjuntos e protocolos de cooperação (promover, em simultâneo, a inserção sócio-profissional de pessoas desempregadas e a satisfação de necessidades sociais, através de acções integradas em projectos específicos de formação/actividade ocupacional³¹), o programa escola-oficinas (“proporciona aos jovens desempregados e aos adultos desempregados de longa duração, uma qualificação profissional no domínio dos ofícios tradicionais e de profissões relacionadas com a valorização do património natural e urbanístico³²”), as empresas de inserção (“têm por objectivo combater a pobreza e a exclusão social através da inserção ou reinserção profissional, dos desempregados em desfavorecimento face ao mercado de trabalho. Proporcionam-lhes a aquisição e desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma actividade, favorecendo a criação de postos de trabalho, a satisfação de necessidades sociais e a

³⁰ www.iefp.pt

³¹ idem

³² idem

promoção do desenvolvimento sócio-local³³). e os programas inserção-emprego (“tem por objectivo promover a inserção social e profissional dos beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido com acordos de inserção nas áreas do emprego e/ou formação³⁴”).

Os programas ocupacionais para carenciados e os programas ocupacionais para subsidiados destacam-se por abrangerem maior número de indivíduos, segundo o quadro 63, que faz uma análise comparativa entre os anos de 2001, 2002 e 2003. Com alguma representatividade, aparecem também os programas de inserção emprego, embora com uma pequena descida de 2001 para 2003, as escolas- oficinas e os despachos conjuntos, também com uma descida e as empresas de inserção por via da profissionalização.

Quadro 63: Número de participantes abrangidos pelas medidas e programas do Mercado Social de Emprego: Análise comparada (2001-2003), no Continente

Medidas / Programas do MSE	2001	2002	2003
Escolas – Oficinas	4887	3735	2256
Empresas de Inserção – profissionalização	4236	4693	4603
Empresas de Inserção – Prémios de integração	0	0	115
Programa de Inserção-Emprego – actividade de interesse social	5791	6262	5393
Prog de Inserção de Emprego – prémio de integração	0	0	16
Programas Ocupacionais – carenciados	9504	9043	9354
Programas Ocupacionais – subsidiados	29191	32093	34977
Despachos Conjuntos e protocolos	3902	2154	2074
Programa de Apoio à iniciativa privada Social (PAIPS)	24	102	57
Programa – Piloto Rede Ajuda – PREA	1	0	0
Alentejo Digital - PREA	26	0	0
Centros de Tele – Serviços – PREAMP	0	0	6
Total	57562	58082	58851

Fonte: MSST, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Mercado Social de Emprego: Análise Comparativa no Continente 2001-2003

³³ idem

³⁴ idem

5.10- Conclusões

- Taxas de actividade baixas em todos os concelhos do distrito;
- Elevados índices de desemprego no sexo feminino;
- Desemprego aumenta quanto mais baixa for a escolaridade;
- Número elevado de pessoas com mais de 35 anos em situação de desemprego;
- Remunerações baixas no sexo feminino;
- Falta de oportunidades de emprego;
- Baixos níveis de qualificação da população e falta de empregos bem remunerados levam à fuga para outros centros;
- O Norte do país e o sector da indústria são geograficamente e profissionalmente as áreas onde se trabalha mais horas;
- Razoável número de desempregados de longa duração;
- Diminuição do trabalho infantil, mas terceira taxa mais elevada do país relativamente à exploração do trabalho infantil;
- Existência de um número elevado de pessoas a usufruir dos programas ligados ao Mercado Social de Emprego

6- PRODUTO E RENDIMENTO

“Hoje, cada vez mais, a gestão financeira empresarial deve também ser perspectivada com outros horizontes e dimensões”³⁵

Cada vez mais é objectivo do Estado aferir o modo como os capitais vão sendo colocados à sua disposição, como são utilizados e geridos, avaliando as decisões correctamente e prevendo o impacto de cada uma.

6.1- PIB por Habitante

O PIB por habitante ou PIB *per capita* é um indicador que ajuda a desvendar o grau de desenvolvimento de um país através da divisão do PIB pela população. Paralelamente, o VAB (Valor Acrescentado Bruto) simboliza o resultado da actividade produtiva no decurso de um determinado período, resultante da diferença entre o valor da produção e o valor do consumo intermédio.

Como podemos ver nos quadros seguintes, o PIB em Portugal em 2003 era de 138582 milhões de euros, tendo-se registado um aumento de 3148 milhões de euros comparativamente ao ano 2002, com 135434 milhões, segundo dados das contas regionais do INE. Quer isto dizer que neste período se conseguiu avolumar uma maior quantidade de riqueza. O PIB foi superior na região Norte comparativamente ao Centro. Contudo, face ao total nacional, em 2003, era Lisboa que detinha a maior percentagem relativamente ao total nacional, com cerca de 38%. O Norte e o Centro aparecem em seguida, com 28,2% e 19,2% respectivamente. Fazendo uma análise por NUTS III, das 3 áreas que compõem o distrito de Viseu, o Tâmega tem os valores dominantes em 2003, com 2,9% do total nacional, enquanto a região de Dão Lafões tem 1,9% e o Douro 1,4%.

Quanto ao VAB, num total de 120465 milhões de euros em Portugal, em 2003, o Norte denota valores superiores face ao Centro, tendo o primeiro 33955 milhões e o segundo 23153.

Face a estes valores, o PIB *per capita* cifra-se em 12,5 milhares de euros em média em Portugal. A melhor média é, à semelhança do PIB a preços de mercado (PIB pm), a de Lisboa e Vale do Tejo, com 18,2%, tendo o Centro uma percentagem superior à do norte, com 10,2% face a 9,9%. Contudo, por NUTS III é o Douro que possui uma melhor média face ao Tâmega e Dão Lafões, com 8,4 milhares de euros face a 7,9 milhares de euros em Dão Lafões e 6,2 milhares no Tâmega. Face a estes valores, conclui-se que a distribuição do PIB pelo número de pessoas em cada região é desigual na comparação entre o Norte e o Centro, uma vez que o PIB é superior no Norte mas o PIB *per capita* é superior no centro, sendo que no Centro as pessoas usufruem de uma maior percentagem e, conseqüentemente, de

³⁵ Mota, António e Custódio, Clara, Finanças da Empresa: Manual de Informação, Análise e Decisão Financeira para Executivos, Booknomics, 2006, pág. 16

uma maior quantidade de riqueza. Por NUTS III, o Douro é a região onde, apesar de o PIB ser inferior, cada pessoa detém uma maior percentagem do mesmo, havendo maior acumulação de riqueza por pessoa, enquanto no Tâmega se verifica exactamente o contrário, isto é, apesar de no seu todo o PIB ser superior, as pessoas aí residentes possuem uma menor quantidade de riqueza.

Podemos notar ainda que de 2002 para 2003 há uma pequena diminuição do PIB *per capita* na região norte de 2002 para 2003 (28,4 e 28%, respectivamente), embora não seja significativa. Na região centro os valores são idênticos nos dois anos.

Quadro 64: Principais Agregados de Contas Regionais por NUTS III em 2002

Unidade Territorial	PIB	VAB	Emprego
	Milhões de euros		Milhares de pessoas
Portugal	135434	117 751	5151,2
Continente	128 603	111 812	4923,6
Norte	38 836	33 766	1781,3
Tâmega	4029	3 503	238,6
Douro	1800	1 565	101,6
Centro	25 674	22 322	1242,1
Dão-Lafões	2 529	2 199	153,4

Fonte: INE, Contas Regionais

Quadro 65: Principais Agregados de Contas Regionais por NUTS III em 2003

Unidade Territorial	PIB	VAB	Emprego
	Milhões de euros		Milhares de pessoas
Portugal	138582	120 465	5120,7
Continente	131 643	114 433	4892,7
Norte	39 061	33 955	1762,5
Tâmega	4 055	3525	238,2
Douro	1 857	1615	104,4
Centro	26 635	23 153	1245,1
Dão-Lafões	2 653	2 306	156,9

Fonte: INE, Contas Regionais

Quadro 66: PIB *per capita* por NUTS II em 2002 e 2003

PIB <i>per capita</i>				
Unidade Territorial	2002		2003	
	Milhões em euros	Valor Percentual (%)	Milhões em euros	Valor Percentual (%)
Portugal	12,4	100	12,5	100
Continente	12,4	95,2	12,5	95,1
Norte	9,9	28,4	9,9	28,0
Tâmega	6,2	2,6	6,2	2,6
Douro	8,0	1,4	8,4	1,4
Centro	10,2	18,5	10,2	18,5
Dão Lafões	8,0	1,8	7,9	1,7

Fonte: INE, Contas Regionais

Quadro 67: PIB *per capita* e Percentagem do PIB por Região face ao total de Portugal em 2003

Unidade Territorial	PIB em % face ao Total em Portugal	PIB <i>per capita</i> (milhares de euros)
Portugal	100	12,5
Norte	28,0	9,9
Tâmega	2,6	6,2
Douro	1,4	8,4
Centro	18,5	10,2
Dão Lafões	1,7	7,9
Lisboa	38,0	18,2
Alentejo	6,5	11,1
Algarve	4,1	13,3
RA Açores	1,9	10,3
RA Madeira	2,8	15,1
Outras Regiões	0,2	-

Fonte: INE, Contas Regionais

6.2- PIB Crescimento Anual

O tema da globalização económica tem sido amplamente trabalhado e aprofundado pela OCDE, nomeadamente, através da “construção de indicadores que reflectem a crescente internacionalização dos mercados de bens e serviços, do sistema financeiro, das empresas e sectores económicos e da tecnologia e da concorrência.”³⁶

A taxa de cobertura de um bem ou produto é o rácio entre o valor das exportações de um bem e as importações do mesmo. Traduz o dinamismo entre as importações e as exportações.

³⁶ Gabinete Estratégia e Estudos do Ministério de Economia, Indicadores de Globalização Económica, Competitividade, BMAE de Abril de 2006

Portugal teve uma cobertura de entradas em relação à saída de bens superior em 2003 face a 2004, o que se traduz em 67% em 2003 e 64% em 2004. Estes valores não são positivos para Portugal, uma vez que, a taxa de cobertura deverá ser superior a 100% para que as exportações suplantem as importações. Segundo o Diário de Notícias, “a redução da competitividade portuguesa nos principais sectores exportadores tem levado, durante os últimos anos, a uma perda de quota de mercado internacional, o que, combinado com o crescimento das importações, resulta no agravamento do défice externo nacional.”³⁷ No entanto, para o Ministério da Economia, as coisas têm vindo a mudar em 2007. Em ambos os anos são o Norte e o Centro que contrariam esta tendência e conseguem atingir uma maior taxa de cobertura, verificando-se igualmente uma descida de 2003 para 2004, no Norte de 107% para 102% e no Centro de 111 para 107%. Ao mesmo tempo, verifica-se que Portugal em relação à Europa exporta mais bens do que importa, tendo a diferença registado um aumento de 1 para 3% de 2003 para 2004, sendo que em 2004 havia 80% de proporção de saídas intracomunitárias face a 77% de entradas. Existe, contudo, algum equilíbrio, dado que as diferenças não são muito significativas. O mesmo já não se verifica em relação a Espanha, em que as importações aparecem em número superior face às exportações.

Quadro 68: Indicadores do comércio internacional por NUTS II, 2003

Unidade Territorial	Taxa de cobertura das entradas pelas saídas	Proporção das saídas intracomunitárias (UE-15) no total das saídas	Proporção das saídas para Espanha no total das saídas	Proporção das entradas intracomunitárias (UE-15) no total das entradas	Proporção das entradas provenientes de Espanha no total das entradas
Portugal	67	79	24	78	30
Continente	67	80	24	78	30
Norte	107	80	23	80	28
Centro	111	85	28	84	40
Lisboa	34	77	23	81	29
Alentejo	44	71	21	52	27
Algarve	41	87	61	92	57
R. A. Açores	45	55	6	69	16
R. A. Madeira	17	48	17	68	21

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional

³⁷ Diário de Notícias 9/2/2006

Quadro 69: Indicadores do comércio internacional por NUTS II, 2004

Unidade Territorial	Taxa de cobertura das entradas pelas saídas	Proporção das saídas intracomunitárias (UE-25) no total das saídas	Proporção das saídas para Espanha no total das saídas	Proporção das entradas intracomunitárias (UE-25) no total das entradas	Proporção das entradas provenientes de Espanha no total das entradas
Portugal	64	80	25	77	30
Continente	65	80	26	78	30
Norte	102	81	24	79	28
Centro	107	85	27	84	41
Lisboa	33	76	27	82	30
Alentejo	47	75	25	52	23
Algarve	53	91	44	92	60
R. A. Açores	39	60	2	62	15
R. A. Madeira	12	48	12	71	26

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional

Quanto à taxa de crescimento anual do PIB por local de residência, apesar de haver uma subida da mesma comparando a variação entre 2000 e 2005, o valor do crescimento vai sendo inferior à medida que os anos vão avançando, uma vez que aos 0,6% em 2000, contrapõem-se 0,38% em 2005.

Quadro 70: Taxa de Crescimento Efectivo por Local de residência (NUTS II)

Unidade Territorial	2005	2004	2003	2002	2001	2000
Portugal	0,38	0,52	0,64	0,75	0,71	0,60
Continente	0,38	0,52	0,64	0,77	0,73	0,64
Norte	0,29	0,42	0,54	0,66	0,65	0,62
Centro	0,26	0,42	0,51	0,64	0,62	0,55

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional

6.3- PIB por Pessoa Activa

Por pessoas activas entende-se um conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, num período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico.

Segundo o INE, o PIB por pessoa activa em Portugal em 2001 era de 24608,39 euros face a um PIB do país de 122801 milhões de euros. O Quadro 71 analisa os valores relativos a 2002, verificando-se assim um aumento tanto do PIB nacional como do PIB por pessoa activa, sendo que este apresenta valores na ordem dos 25690,531 euros em 2002, registando-se um aumento de 1082,141 de 2001 para 2002, não deixando isto de ser positivo, uma vez que permite concluir que houve um aumento da percentagem de riqueza de um ano para o outro. Simultaneamente, o Norte apresenta em média um PIB por pessoa activa superior ao do centro.

Quadro 71: PIB e PIB por Pessoa Activa por NUTS II em 2002

Unidade Territorial	PIB 2002 - milhões de euros	Total de activos	PIB por pessoa activa
Portugal	128 458	5000208	25690,531
Continente	122 279		
Norte	36 445	1774215	20604,605
Tâmega	3 390		
Douro	1 756		
Centro	23 827	1472612	16389,246
Dão-Lafões	2 284		

Fonte: INE, Contas regionais

6.4- Taxas de Consumo

Um maior ou menor consumo dos indivíduos depende directamente da percentagem de poder de compra dos mesmos.

Como podemos ver no quadro seguinte, existe uma maior percentagem de poder de compra nos concelhos de Viseu (0,82%) e Lamego (0,19%), sendo que os indicadores per capita são também mais favoráveis nos ditos concelhos: em Viseu 89,77% e em Lamego 71,19%

Quadro 72: Poder de compra por concelho no distrito de Viseu em 2004

Unidade Territorial	Indicador per capita	Percentagem de poder de compra	Factor de dinamismo relativo
	%	%	Nº
Armamar	44,55	0,03	-0,19
Carregal do Sal	58,73	0,06	-0,29
Castro Daire	48,84	0,08	-0,04
Cinfães	42,71	0,09	-0,19
Lamego	71,19	0,19	-0,38
Mangualde	68,25	0,14	-0,19
Moimenta da Beira	56,48	0,06	-0,33
Mortágua	60,96	0,06	-0,35
Nelas	67,84	0,09	0,12
Oliveira de Frades	59,38	0,06	-0,04
Penalva do Castelo	44,02	0,04	-0,38
Penedono	50,78	0,02	-0,40
Resende	44,78	0,05	-0,26
Santa Comba Dão	62,49	0,07	-0,25
São João da Pesqueira	50,13	0,04	-0,01
São Pedro do Sul	55,24	0,10	0,10
Sátão	53,00	0,07	-0,37
Sernancelhe	42,07	0,02	-0,08
Tabuaço	49,10	0,03	-0,18
Tarouca	53,25	0,04	-0,20
Tondela	60,04	0,18	-0,16
Vila Nova de Paiva	48,34	0,03	-0,21
Viseu	89,77	0,82	-0,31
Vouzela	50,85	0,06	-0,34

Fonte: Governo Civil de Viseu: Viseu: o distrito num click, 2007

6.5- Conclusões

- Crescimento do PIB em Portugal nos anos de referência;
- Fraco PIB *per capita* no norte face ao centro;
- Redução da taxa de crescimento do PIB de 2002 para 2003;
- Baixa taxa de cobertura das saídas face às entradas em Portugal aumenta o défice;
- Fraco poder de compra da população do distrito de Viseu

7- HABITAÇÃO, CONSUMO E BEM ESTAR

7.1- Licenciamentos pelas Câmaras Municipais

Existiam em 2006 no distrito um total de 3348 edifícios licenciados pelas Câmaras Municipais, dos quais 2268 eram para habitação familiar. Viseu é o concelho que apresentava mais edifícios, com um total de 863, sendo 604 para habitação familiar. Ao invés, Penedono, com 21 edifícios (14 para habitação familiar) era o concelho com menor número.

Simultaneamente, houve um total de 2301 construções de novos edifícios, 1738 para habitação familiar. Viseu apresenta uma vez mais um maior dinamismo por ser a capital de distrito e ter uma superfície mais abrangente. Houve, no mesmo período, 2448 novos fogos para habitação familiar.

Quanto a ampliações, alterações e reconstruções de edifícios, não se verificaram em tão grande escala, tendo havido um total de 684 edifícios nestas circunstâncias, 530 para habitação familiar. Viseu lidera uma vez mais a lista.

Quadro 73: Edifícios licenciados pelas Câmaras Municipais para construção por município segundo o tipo de obra, 2006

UNIDADE TERRITORIAL	TOTAL		CONSTRUÇÕES NOVAS			AMPLIAÇÕES, ALTERAÇÕES E RECONSTRUÇÕES	
	EDIFÍCIOS		EDIFÍCIOS		FOGOS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR	EDIFÍCIOS	
	TOTAL	PARA HABITAÇÃO FAMILIAR	TOTAL	PARA HABITAÇÃO FAMILIAR		TOTAL	PARA HABITAÇÃO FAMILIAR
Portugal	48352	37385	36306	30423	68615	9236	6962
Armamar	83	51	42	30	30	25	21
Carregal do Sal	87	56	59	38	60	21	18
Castro Daire	149	107	142	103	115	7	4
Cinfães	133	114	85	85	90	31	29
Lamego	125	112	108	100	143	17	12
Mangualde	182	133	113	95	159	46	38
Moimenta da Beira	155	97	78	58	76	54	39
Mortágua	85	47	69	42	44	13	5
Nelas	155	84	136	77	86	15	7
Oliveira Frades	133	61	62	39	66	50	22
Penalva do Castelo	92	49	33	22	33	33	27
Penedono	21	14	11	8	8	8	6
Resende	87	62	32	29	29	36	33
Santa Comba Dão	85	71	62	50	66	23	21
São João da Pesqueira	90	54	54	38	51	18	16
São Pedro do Sul	46	44	45	43	51	1	1
Sátão	80	74	72	69	80	5	5
Sernancelhe	135	68	60	39	60	47	29
Tabuaço	69	41	33	26	36	18	15
Tarouca	103	60	64	42	74	19	18
Tondela	193	147	189	143	171	4	4
Vila Nova de Paiva	69	46	46	34	44	16	12
Viseu	863	604	667	505	853	120	99
Vouzela	128	72	39	23	23	57	49
TOTAL DISTRITO	3348	2268	2301	1738	2448	684	530

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro 2006
INE, Anuário Estatístico Região Norte 2006

No distrito de Viseu foram, em 2006, licenciados pelas Câmaras Municipais, um total de 2448 fogos. Houve três tipos de entidades promotoras dos mesmos: pessoas singulares, empresas privadas e outras entidades, distribuindo-se por 1679 fogos em que a entidade promotora foi uma pessoa singular, 701 em que foram empresas privadas e 68 em que foram outras entidades. Em todos os concelhos houve fogos licenciados em que a entidade promotora foi uma pessoa singular, contudo, no caso das empresas privadas, a situação apenas se verificou em 16 concelhos e de outras entidades em Tarouca, Tondela e Viseu (3 concelhos).

No que diz respeito à tipologia dos fogos, a maioria são T3 (1185 fogos licenciados), aparecendo em seguida os fogos de tipologia T4 ou superior (709 fogos), os T2 (400) e os T0 e T1 (154). Destacamos ainda que Armamar, Carregal do Sal, Moimenta da Beira, Penedono, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão e Sernancelhe não tinham em 2006 qualquer fogo licenciado com a tipologia T0 ou T1.

Quadro 74: Fogos licenciados pelas câmaras municipais em construções novas para habitação familiar por município segundo a entidade promotora e a tipologia em 2006

UNIDADE TERRITORIAL	TOTAL	ENTIDADE PROMOTORA			TIPOLOGIA			
		PESSOA SINGULAR	EMPRESA PRIVADA	OUTRAS ENTIDADES	T0 OU T1	T2	T3	T4 OU MAIS
Portugal	68615	29348	37316	1951	7356	18943	30925	11391
Armamar	30	28	2	0	0	3	16	11
Carregal do Sal	60	41	19	0	0	8	41	11
Castro Daire	115	115	0	0	5	20	59	31
Cinfães	90	90	0	0	3	13	61	13
Lamego	143	143	0	0	5	12	108	18
Mangualde	159	108	51	0	4	32	79	44
Moimenta da Beira	76	37	39	0	0	4	40	32
Mortágua	44	44	0	0	1	3	27	13
Nelas	86	67	19	0	7	13	35	31
Oliveira Frades	66	41	25	0	10	9	43	4
Penalva do Castelo	33	16	17	0	3	7	13	10
Penedono	8	8	0	0	0	2	2	4
Resende	29	29	0	0	2	4	15	8
Santa Comba Dão	66	47	19	0	0	15	37	14
São João da Pesqueira	51	39	12	0	7	10	21	13
São Pedro do Sul	51	43	8	0	0	3	31	17
Sátão	80	52	28	0	0	3	33	44
Sernancelhe	60	35	25	0	0	4	38	18
Tabuaço	36	32	4	0	2	8	16	10
Tarouca	74	35	0	39	9	12	40	13
Tondela	171	131	24	16	26	48	58	39
Vila Nova de Paiva	44	31	13	0	3	8	19	14
Viseu	853	444	396	13	66	156	339	292
Vouzela	23	23	0	0	1	3	14	5
TOTAL DISTRITO	2448	1679	701	68	154	400	1185	709

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro 2006
INE, Anuário Estatístico Região Norte 2006

7.2- Edifícios

Em 2006 existiam no distrito 2322 edifícios concluídos (6,3% do total nacional), sendo 1813 dos mesmos para habitação familiar (5,9% do total nacional). Quanto ao número de construções novas, houve 1736 edifícios concluídos (5,8% do total nacional), 1346 dos quais para habitação familiar (5,3%). Destaca-se ainda a existência de 2047 fogos concluídos. Em relação às ampliações, alterações e reconstruções, os totais correspondiam a 586 edifícios (8,4% do total nacional), 467 para habitação familiar (8,8%). O concelho de Viseu era o que tinha uma maior abrangência a todos os níveis. Em termos concelhios, Viseu, Tondela, Nelas e Mangualde são os concelhos que apresentam maiores números em todos os aspectos antes referidos.

Quadro 75: Edifícios concluídos por município segundo o tipo de obra, 2006

UNIDADE TERRITORIAL	TOTAL		CONSTRUÇÕES NOVAS			AMPLIAÇÕES, ALTERAÇÕES E RECONSTRUÇÕES	
	EDIFÍCIOS		EDIFÍCIOS		FOGOS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR	EDIFÍCIOS	
	TOTAL	PARA HABITAÇÃO FAMILIAR	TOTAL	PARA HABITAÇÃO FAMILIAR		TOTAL	PARA HABITAÇÃO FAMILIAR
Portugal	36737	30760	29777	25448	58376	6960	5312
Armamar	47	39	31	24	24	16	15
Carregal do Sal	62	48	41	31	31	21	17
Castro Daire	117	88	105	77	89	12	11
Cinfães	81	75	52	48	60	29	27
Lamego	60	55	52	49	112	8	6
Mangualde	148	122	107	89	114	41	33
Moimenta da Beira	83	69	48	42	41	35	27
Mortágua	82	48	67	38	44	15	10
Nelas	143	90	112	72	114	31	18
Oliveira Frades	73	51	38	31	35	35	20
Penalva do Castelo	87	71	49	42	53	38	29
Penedono	15	14	10	9	7	5	5
Resende	67	61	35	32	60	32	29
Santa Comba Dão	65	56	49	42	97	16	14
São João da Pesqueira	51	38	39	29	61	12	9
São Pedro do Sul	62	47	45	33	36	17	14
Sátão	78	77	70	69	81	8	8
Sernancelhe	58	44	32	23	22	26	21
Tabuaço	49	42	40	33	40	9	9
Tarouca	62	48	49	36	67	13	12
Tondela	147	112	112	87	109	35	25
Vila Nova de Paiva	40	28	30	21	25	10	7
Viseu	581	442	484	364	700	97	78
Vouzela	64	48	39	25	25	25	23
TOTAL DISTRITO	2322	1813	1736	1346	2047	586	467

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro 2006
INE, Anuário Estatístico Região Norte 2006

Existiam em 2006 um total de 2047 fogos concluídos no distrito de Viseu, destacando-se os concelhos de Viseu (700 fogos concluídos), Mangualde e Nelas (114 cada), Lamego (112) e Tondela (109). Todos os concelhos possuem fogos em que a entidade promotora é uma pessoa singular, mas nem sempre isso se verifica quando se trata de empresas privadas (em 15 concelhos) ou outras entidades (apenas em Tarouca e Viseu).

Quanto às tipologias, havia uma maior quantidade de T3 concluídos (1003), seguidos dos T4 ou mais (631), dos T2 (294) e dos T0/T1 (104). No caso destes últimos, os concelhos de Armamar, Moimenta da Beira, Mortágua, Oliveira de Frades, Penedono, São Pedro do Sul e Sernancelhe não possuíam qualquer fogo com esta tipologia.

Quadro 76: Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar por município segundo a entidade promotora e a tipologia, 2006

UNIDADE TERRITORIAL	TOTAL	ENTIDADE PROMOTORA			TIPOLOGIA			
		PESSOA SINGULAR	EMPRESA PRIVADA	OUTRAS ENTIDADES	T0 OU T1	T2	T3	T4 OU MAIS
Portugal	58376	24649	31787	1940	5561	16571	26877	9365
Armamar	24	24	0	0	0	2	7	15
Carregal do Sal	31	30	1	0	1	1	22	7
Castro Daire	89	89	0	0	6	11	46	26
Cinfães	60	60	0	0	2	12	41	5
Lamego	112	112	0	0	1	4	75	32
Mangualde	114	93	21	0	4	7	59	44
Moimenta da Beira	41	25	16	0	0	1	22	18
Mortágua	44	44	0	0	0	6	23	15
Nelas	114	72	42	0	8	19	57	30
Oliveira Frades	35	35	0	0	0	4	17	14
Penalva do Castelo	53	36	17	0	2	4	32	15
Penedono	7	7	0	0	0	3	3	1
Resende	60	59	1	0	2	15	29	14
Santa Comba Dão	97	46	51	0	4	31	42	20
São João da Pesqueira	61	27	34	0	6	12	36	7
São Pedro do Sul	36	35	1	0	0	5	23	8
Sátão	81	65	16	0	1	5	26	49
Sernancelhe	22	21	1	0	0	4	9	9
Tabuaço	40	40	0	0	3	9	12	16
Tarouca	67	26	3	38	2	4	46	15
Tondela	109	83	26	0	5	26	46	32
Vila Nova de Paiva	25	23	2	0	1	8	10	6
Viseu	700	305	391	4	55	109	308	228
Vouzela	25	25	0	0	1	7	12	5
TOTAL DISTRITO	2047	1382	623	42	104	309	1003	631

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro 2006
INE, Anuário Estatístico Região Norte 2006

Numa análise comparativa entre 2001 e 2006 verifica-se que no primeiro caso havia um total de 184445 edifícios de habitação familiar clássica e no segundo 193715 edifícios. Houve então um aumento de 9270 edifícios entre os referidos anos. Viseu (44860), Tondela (16355) e Lamego (14020) eram em 2006 os concelhos com um maior número de edifícios de habitação familiar clássica.

Quanto a alojamentos familiares clássicos, houve também um aumento do seu número entre 2001 e 2006 em todos os concelhos, perfazendo um total de 212000 alojamentos em 2001 e 226782 em 2006. Houve assim um aumento de 14782 alojamentos entre os dois anos.

Quadro 77: Estimativas do parque habitacional por município

Unidade Territorial	Edifícios habitação familiar clássica						Alojamentos familiares clássicos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Armamar	4209	4236	4268	4320	4358	4382	4310	4352	4393	4463	4524	4548
Carregal do Sal	5510	5574	5636	5687	5738	5769	5984	6049	6124	6193	6286	6317
Castro Daire	9827	9939	10033	10128	10226	10302	10557	10706	10838	10951	11068	11157
Cinfães	9959	10071	10193	10268	10325	10376	10699	10848	11010	11103	11161	11236
Lamego	10745	10887	11095	11234	11337	11386	14020	14410	14921	15221	15434	15546
Mangualde	10007	10177	10323	10433	10528	10617	11389	11661	11867	12048	12153	12267
Moimenta da Beira	6668	6758	6820	6860	6920	6960	7240	7376	7483	7578	7660	7701
Mortágua	4758	4832	4893	4931	4976	5010	5074	5173	5241	5281	5327	5368
Nelas	6757	6861	6970	7054	7121	7193	7775	7935	8106	8211	8335	8449
Oliveira Frades	4617	4672	4724	4775	4830	4864	5115	5227	5303	5393	5478	5517
Penalva do Castelo	5072	5147	5216	5258	5300	5341	5284	5374	5453	5503	5545	5597
Penedono	2632	2657	2670	2692	2699	2705	2685	2710	2723	2745	2752	2759
Resende	6566	6638	6681	6733	6775	6807	6931	7051	7124	7187	7258	7318
Santa Comba Dão	6006	6060	6126	6172	6209	6251	6441	6548	6658	6726	6806	6904
São João da Pesqueira	4804	4867	4910	4947	4979	5000	5038	5107	5150	5187	5218	5271
São Pedro do Sul	9315	9464	9559	9628	9682	9713	10112	10283	10390	10462	10524	10560
Sátão	7243	7326	7410	7475	7555	7624	7997	8099	8195	8286	8392	8474
Sernancelhe	3982	4028	4055	4087	4103	4125	4092	4138	4173	4206	4222	4244
Tabuaço	3944	3980	4012	4040	4075	4107	4152	4219	4252	4291	4351	4390
Tarouca	4697	4749	4815	4871	4915	4945	5202	5329	5500	5602	5711	5774
Tondela	15432	15621	15744	15867	16009	16094	16355	16724	16856	17039	17229	17338
Vila Nova de Paiva	4039	4065	4096	4123	4157	4174	4237	4270	4307	4346	4392	4413
Viseu	31409	31961	32407	32770	33158	33522	44860	46013	46781	47544	48264	48964
Vouzela	6247	6291	6334	6377	6423	6448	6451	6498	6556	6599	6645	6670
TOTAL DISTRITO	184445	186861	188990	190730	192398	193715	212000	216100	219404	222165	224735	226782

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro 2006
INE, Anuário Estatístico Região Norte 2006

7.3- Despesa Pública com Cultura e Lazer

Como podemos ver no Quadro 78, a média da despesa com actividades culturais era em 2005 superior em Viseu comparativamente com Portugal, sendo que aquele apresentava números na ordem dos 89,3 € por habitante enquanto a média portuguesa era de 86,6€.. O concelho de Tarouca foi o que mais gastou em actividades culturais- 342,7€ por habitante.

Tendo em conta o total das despesas das Câmaras Municipais, a percentagem destinada por estas à cultura no Distrito de Viseu (10,3%) era inferior à nacional (12,5%)

Quadro 78: Despesas das Câmaras Municipais em Actividades Culturais por Concelho em 2005

Unidade Territorial	Despesa Total em Actividades Culturais por Habitante	Despesa em Cultura no Total de Despesas (%)
Portugal	86,6	12,5
Armamar	107,7	16,6
Carregal do Sal	64,6	9,1
Castro Daire	44,6	5,3
Cinfães	46,5	7,5
Lamego	68,8	10,9
Mangualde	97,1	13,6
Moimenta da Beira	71,5	9,0
Mortágua	59,4	8,1
Nelas	60,5	9,2
Oliveira Frades	50,2	7,1
Penalva do Castelo	103,4	11,2
Penedono	70,2	4,8
Resende	89,8	9,7
Santa Comba Dão	51,8	7,5
São João da Pesqueira	179,8	15,7
São Pedro do Sul	40,4	6,2
Sátão	27,0	4,0
Sernancelhe	171,7	14,7
Tabuaço	74,0	5,3
Tarouca	342,7	30,2
Tondela	44,5	6,5
Vila Nova de Paiva	71,2	7,0
Viseu	42,7	7,8
Vouzela	164,1	19,1
MÉDIA DISTRITO	89,3	10,3%

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro, 2006

INE, Anuário Estatístico Região Norte, 2006

7.4- Consumo de Bens Culturais

No que concerne ao consumo de bens culturais, o Distrito de Viseu tinha, em 2005, 15 recintos destinados à exibição de cinema, 4 em Viseu e um em Lamego, Moimenta da Beira, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penedono, São João da Pesqueira, Sátão, Sernancelhe, Tondela, e Vouzela. Quanto aos números de sessões e espectadores a assistir, só foi possível apurar os dados relativos à cidade de Viseu, com 5665 sessões para 199368 espectadores, o que corresponde a uma assistência média

(arredondada) de 35 espectadores por sessão, superior à nacional, com cerca de 29 espectadores. Quanto aos espectáculos ao vivo, apesar de terem acontecido em diversos locais, só existiam dados disponíveis em relação a Mortágua (cerca de 270 espectadores em média), Tondela (150) e Viseu (230).

Existiam em 2004 sete museus no distrito, 2,7% do número total de museus em Portugal, espalhados por Viseu (2), Lamego, Oliveira de Frades, São João da Pesqueira, Tondela e Vouzela. Este número é relativamente baixo, tendo em conta que estes podem ser focos de interesse turístico por parte dos visitantes que rumam à região. Ao invés, a esmagadora maioria dos concelhos tinham à data espaços consagrados à cultura, num total de 28, correspondentes a 3,8% do total nacional.

Quadro 80: Cultura e Espectadores por Concelho em 2005

Unidade Territorial	Cinema		Espectáculos ao Vivo		Museus	Galeria de Arte e Outros Espaços
	Sessões	Espectadores	Número	Espectadores	Número	Número
Portugal	718537	17165141	24471	9037760	285	773
Armamar	-	-	-	-	-	1
Carregal do Sal	-	-	---	---	-	1
Castro Daire	-	-	---	---	-	1
Cinfães	-	-	-	-	-	2
Lamego	---	---	-	-	1	3
Mangualde	-	-	---	---	-	2
Moimenta da Beira	---	---	---	---	-	-
Mortágua	---	---	33	8920	-	1
Nelas	---	---	---	---	-	1
Oliveira Frades	---	---	-	-	1	2
Penalva do Castelo	-	-	---	---	-	1
Penedono	---	---	-	-	-	1
Resende	-	-	---	---	-	2
Santa Comba Dão	-	-	-	-	-	1
São João da Pesqueira	---	---	---	---	1	1
São Pedro do Sul	-	-	---	---	-	1
Sátão	---	---	---	---	-	1
Sernancelhe	---	---	-	-	-	1
Tabuaço	-	-	-	-	-	1
Tarouca	-	-	-	-	-	-
Tondela	---	---	---	---	1	1
Vila Nova de Paiva	-	-	-	-	-	1
Viseu	7817	164012	174	26140	2	4
Vouzela	---	---	---	---	1	1

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro, 2006

INE, Anuário Estatístico Região Norte, 2006

Nota: “---” = Dados indisponíveis

7.5- Conclusões

- Predomínio de fogos da tipologia T3;
- Inexistência de T0 e T1 em alguns concelhos do distrito;
- Grande número de pessoas singulares como entidades promotoras de fogos;
- Aumento do número de edifícios de habitação familiar clássica e alojamentos familiares clássicos entre 2001 e 2006;
- Assistência média aos espectáculos de cinema superior na cidade de Viseu face a Portugal;
- Existência de espaços consagrados à cultura em grande parte dos concelhos do distrito;
- Poucos cinemas no distrito;
- Escassez de museus como referência turística da região
- Razoável investimento das Câmaras Municipais na cultura

8- PROTECÇÃO SOCIAL

A protecção é vista como uma forma de auxiliar os indivíduos considerados desfavorecidos e excluídos que estejam numa situação instável perante a sociedade através da concessão de incentivos financeiros e da tentativa de integração daqueles. São considerados desfavorecidos grupos como as crianças, os jovens, os idosos, os deficientes, as famílias com poucos recursos, os indivíduos que vivem em situação de dependência e outros agentes sociais considerados ostracizados pela comunidade onde se inserem. Para a Segurança Social, a acção social “tem como objectivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade sócio-económica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respectivas capacidades e assegurar a especial protecção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, bem como a outras pessoas em situação de carência económica ou social, disfunção ou marginalização social.”³⁸. São consideradas condições de acesso a “apreciação da situação socio-económica, a disponibilidade financeira das instituições do sector da segurança social e a extensão da rede de equipamentos e serviços nos locais de residência ou áreas geográficas próximas.”³⁹

Além da Segurança Social, existem igualmente outras instituições que prestam apoio aos mais diversos níveis, como o IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), que actua no campo do trabalho e da formação, procurando encontrar as melhores soluções para integrar ou reintegrar os indivíduos profissionalmente, quer seja pela via do emprego, quer pela via da formação ou pela criação de um negócio próprio, o SNS (Serviço Nacional de Saúde), com a competência de assegurar o acesso de todos os cidadãos aos seus serviços e equipamentos, O INH (Instituto Nacional da Habitação), com o objectivo de criar habitação social e rendas sociais e o controlo da habitação através dos empréstimos a juros bonificados a cooperativas, empresas privadas ou câmaras municipais, a reparação de prédios degradados e o realojamento de populações residentes em barracas, A ASE (Acção Social Escolar), que promove a fixação dos indivíduos ao sistema de ensino e o sucesso escolar, bem como o apoio sócio-económico aos alunos mais carenciados.

³⁸ www.seg-social.pt

³⁹ idem

8.1- Distribuição do Número de Equipamentos e Valências pelo Público-Alvo

“A Carta Social consubstancia-se numa Base de Dados que comporta diversos ficheiros temáticos com a informação mais relevante da rede de serviços e equipamentos, relacionáveis entre si e com referência geográfica ao nível da freguesia/concelho.”⁴⁰.

Os dados que aqui são apresentados referem-se à Carta Social de 2005. Como forma de demonstração do número total de equipamentos, o quadro 80 mostra, em termos gerais, o número total de equipamentos existentes no distrito. Existem ao todo 526 equipamentos sociais divididos por públicos alvo distintos. A primazia vai para os idosos, com 315 equipamentos (59,9% do total), seguidos pelas crianças e jovens, com 169 (32,1% do total). Dentro destes dois grupos alvo, no caso dos idosos existem, acima de tudo, serviços de apoio domiciliário (46,3% do total de equipamentos para idosos), lares de idosos (26,4%) e centros de dia (25,7%), aparecendo em menor número os centros de convívio e os centros de noite. Tendo em conta o crescente envelhecimento do distrito o número de respostas face a esta população é razoável quando comparado com as que existem relativamente aos restantes públicos. No entanto, tendo em conta o envelhecimento gradual da população activa, urge encontrar respostas para prevenir a fraca renovação de gerações e, por outro lado, melhorar a capacidade de resposta das instituições no que diz respeito à oferta de qualidade de vida e à possibilidade de acolhimento face ao aumento previsto do número de idosos nos próximos anos.

No caso das crianças e jovens, as valências dominantes são os Centros de ATL (Actividades de Tempos Livres), que constituem 88 (52,1%) das 169 instituições existentes e as creches, que são 72 (42,6%).

Nota-se aqui a ausência de respostas face aos problemas da toxicod dependência e da sida, consideradas novas formas de pobreza, sendo que em 2005, segundo a Carta Social, não havia qualquer equipamento a esses níveis em todo o distrito.

⁴⁰ MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 80: Valências segundo público-alvo no Distrito de Viseu em 2005

Valências	Crianças e Jovens	Deficientes	Idosos	Família e Comunidade	Saúde Mental	Respostas Sociais Integradas
Creches	72					
ATL	88					
Lares Crianças e Jovens	7					
Centros Acolhimento Temporário	2					
Centros de Atendimento, Acompanhamento e Animação		1				
Apoio em Regime Ambulatório		1				
Intervenção Precoce		1				
Lares Apoio		2				
CAO		9				
Lares Residenciais		7				
Apoio Domiciliário		1				
Centros Convívio			4			
Centros Dia			81			
Lares Idosos			83			
Apoio Domiciliário			146			
Centros Noite			1			
Atendimento e Acompanhamento Social				5		
Centros Alojamento Temporário				1		
Centros Férias				2		
Cantinas Sociais				1		
Fóruns Sócio- Ocupacionais					2	
Unidades de Apoio Integrado						4
Apoio Domiciliário Integrado						5
TOTAL	169	22	315	9	2	9

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Os quadros seguintes fazem a referência à distribuição de equipamentos e valências segundo o público-alvo por concelho. Podemos concluir que o número existente em cada concelho acaba por reflectir o tipo de população existente. Viseu, por ser capital de distrito, é o concelho com um maior número de valências por público-alvo (ao todo são 145 valências, 27,6% do total), seguido de Tondela (48, o que corresponde a 9,1%) e Lamego (32 - 6,1% - das valências do distrito).

Praticamente todos os concelhos apresentam os equipamentos para idosos como os existentes em maior número, havendo apenas as excepções de Viseu e Mortágua, em que são os equipamentos para crianças e jovens que predominam: No caso de Viseu há 67 equipamentos para crianças e jovens face a 61 para idosos, enquanto em Mortágua os números são bem mais escassos, com 5 face a 4. Se em Viseu o resultado não surpreende, por ser este o concelho que mais foge à tendência geral para o envelhecimento (é, como foi indicado no quadro 30, o concelho com menor índice de envelhecimento no distrito, com 95,2%), em Mortágua a situação é diferente, uma vez que é precisamente o concelho com maior índice de envelhecimento, com uma percentagem que perfaz os 206,4%, muito superior à média

nacional. Esta falta de equipamentos para idosos em Mortágua poderá ser justificada pelo apoio prestado pelos familiares dos mesmos, não deixando de ter, contudo, números alarmantes.

No caso da população com deficiência, há 9 concelhos com equipamentos de apoio a este público, no caso, Carregal do Sal, Lamego, Moimenta da Beira, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Tarouca, Tondela, Viseu e Vouzela, o que constitui menos de metade do número total de concelhos (24). Aqui a tendência é para os concelhos descritos prestarem apoio aos indivíduos que provêm dos concelhos vizinhos para colmatar a falta de instituições lá existentes.

No que diz respeito às instituições de apoio à família e comunidade, existem em São Pedro do Sul, Tondela e Viseu, nomeadamente acompanhamento/ atendimento social, centros de acolhimento temporário, centros de férias e cantinas sociais.

Quanto à saúde mental, destacam-se os fóruns sócio- ocupacionais em Oliveira de Frades e São Pedro do Sul, enquanto nas respostas sociais integradas existem unidades de apoio integrada e apoio domiciliário integrado nos concelhos de Carregal do Sal, Lamego e Santa Comba Dão. Quanto a Resende, apenas dispõe de uma unidade de apoio integrado.

Quadro 81: Concelho de Armamar: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Idosos
Creches	1	
Centros de ATL	1	
Centros dia		1
Lares para Idosos		5
Apoio Domiciliário		3
TOTAL	2	9

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 82: Concelho de Carregal do Sal: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Deficientes	Idosos	Respostas Sociais Integradas
Creches	1			
CAO		1		
Lares Residenciais		1		
Centros Dia			1	
Lares para Idosos			4	
Apoio Domiciliário			4	
Unidades de Apoio Integrado				1
Apoio Domiciliário Integrado				1
TOTAL	1	2	9	2

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 83: Concelho de Castro Daire: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Idosos
Creches	1	
Centros de ATL	2	
Centros Dia		3
Lares Idosos		3
Apoio Domiciliário		7
TOTAL	3	13

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 84: Concelho de Cinfães: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Idosos
Creches	1	
Centros de ATL	2	
Centros Dia		2
Lares Idosos		2
Apoio Domiciliário		6
TOTAL	3	10

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 85: Concelho de Lamego: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Deficientes	Idosos	Respostas Sociais
Creches	6			
Centros de ATL	6			
Lares Crianças e Jovens	1			
Centros Acolhimento Temporário	1			
CAO		1		
Centros Convívio			1	
Centros Dia			5	
Lares Idosos			4	
Serviços Apoio Domiciliário			5	
Unidades Apoio Integrado				1
Apoio Domiciliário Integrado				1
TOTAL	14	1	15	2

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 86: Concelho de Mangualde: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Idosos
Creches	3	
Centros de ATL	4	
Centros Convívio		1
Centros Dia		4
Lares Idosos		4
Apoio Domiciliário		7
TOTAL	7	16

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 87: Concelho de Moimenta da Beira: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Deficientes	Idosos
Creches	2		
Centros de ATL	5		
CAO		1	
Lar Residencial		1	
Centros Dia			2
Lares Idosos			1
Apoio Domiciliário			8
TOTAL	7	2	11

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 88: Concelho de Mortágua: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Idosos
Creches	1	
Centros de ATL	4	
Centros Dia		1
Lares Idosos		2
Apoio Domiciliário		1
TOTAL	5	4

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 89: Concelho de Nelas: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Idosos
Creches	4	
Centros de ATL	1	
Centros Dia		4
Lar Idosos		4
Apoio Domiciliário		5
TOTAL	5	13

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 90: Concelho de Oliveira de Frades: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Deficientes	Idosos	Saúde Mental
Creches	1			
Centros de ATL	2			
CAO		1		
Serviços Apoio Domiciliário		1		
Centros Dia			2	
Lares Idosos			1	
Apoio Domiciliário			2	
Fóruns Sócio- Ocupacionais				1
TOTAL	3	2	5	1

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 91: Concelho de Penalva do Castelo: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Deficientes	Idosos
Creches	1		
Centros de ATL	2		
Intervenção Precoce		1	
Centros Dia			5
Lares Idosos			3
Apoio Domiciliário			7
TOTAL	3	1	15

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 92: Concelho de Penedono: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Idosos
Creches	1	
Centros de ATL	1	
Centros Dia		1
Lares Idosos		2
Apoio Domiciliário		3
TOTAL	2	6

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 93: Concelho de Resende: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Idosos	Respostas Sociais
Creches	1		
Centros de ATL	1		
Lar Crianças e Jovens	1		
Lares Idosos		2	
Apoio Domiciliário		2	
Unidades Apoio Integrado			1
TOTAL	3	4	1

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 94: Concelho de Santa Comba Dão: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Idosos	Respostas Sociais
Creches	3		
Centros de ATL	2		
Centros Dia		5	
Lares Idosos		3	
Apoio Domiciliário		5	
Unidades Apoio Integrado			1
Apoio Domiciliário Integrado			3
TOTAL	5	13	4

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 95: Concelho de São João da Pesqueira: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Idosos
Creches	1	
Centros de ATL	1	
Centros Dia		3
Lares Idosos		2
Apoio Domiciliário		3
TOTAL	2	8

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 96: Concelho de São Pedro do Sul: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Idosos	Família e Comunidade	Saúde Mental
Creches	3			
Centros de ATL	1			
Lares Idosos		2		
Apoio Domiciliário		6		
Centros Noite		1		
Centros Férias			1	
Fóruns Sócio-Ocupacionais				1
TOTAL	4	9	1	1

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 97: Concelho de Sátão: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Idosos
Creches	2	
Centros de ATL	3	
Centros Convívio		1
Centros Dia		2
Lares Idosos		5
Apoio Domiciliário		7
TOTAL	5	15

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 98: Concelho de Sernancelhe: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Idosos
Creches	1	
Centros Dia		4
Lares Idosos		4
Apoio Domiciliário		4
TOTAL	1	12

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 99: Concelho de Tabuaço: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Idosos
Creches	1	
Centros de ATL	1	
Centros Dia		3
Lares Idosos		3
Apoio Domiciliário		3
TOTAL	2	9

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 100: Concelho de Tarouca Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Deficientes	Idosos
Creches	1		
Centros de ATL	1		
Lar Residencial		1	
Centros Dia			2
Lar Idosos			2
Apoio Domiciliário			3
TOTAL	2	1	7

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 101: Concelho de Tondela: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Deficientes	Idosos	Família e Comunidade
Creches	5			
Centros de ATL	7			
Lares Crianças e Jovens	2			
CAO		1		
Lar Residencial		1		
Centros Dia			7	
Lares Idosos			8	
Apoio Domiciliário			16	
Centros de Férias				1
TOTAL	14	2	31	1

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 102: Concelho de Vila Nova de Paiva: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Idosos
Creches	1	
Centros de ATL	4	
Centros de Dia		2
Lares Idosos		3
Apoio Domiciliário		5
TOTAL	5	10

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 103: Concelho de Viseu: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Deficientes	Idosos	Família e Comunidade
Creches	28			
Centros de ATL	35			
Lares Crianças e Jovens	3			
Centros Acolhimento Temporário	1			
Centros Atendimento, Acompanhamento e Animação		1		
Apoio em Regime Ambulatório		1		
Lares Apoio		1		
CAO		4		
Lares Residenciais		3		
Centros Dia			21	
Lares Idosos			13	
Apoio Domiciliário			27	
Atendimento/Acompanhamento Social				5
Centros Alojamento Temporário				1
Cantinas Sociais				1
TOTAL	67	10	61	7

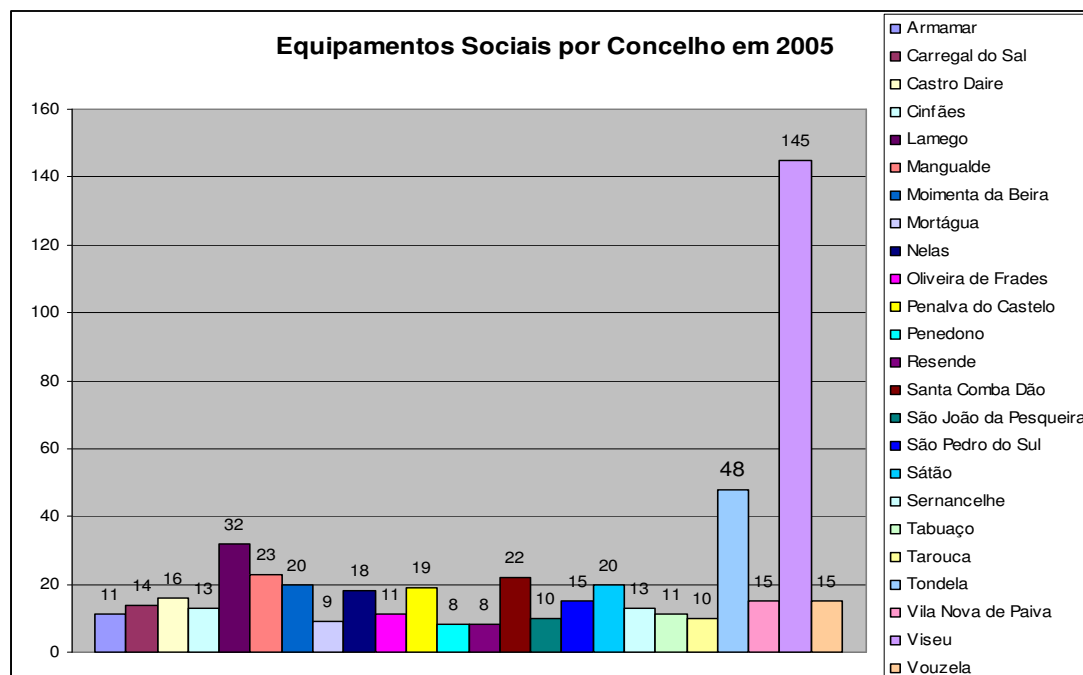
Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Quadro 104: Concelho de Vouzela: Valências segundo público-alvo

Valências	Crianças e Jovens	Deficientes	Idosos
Creches	2		
Centros de ATL	2		
Lar Apoio		1	
Centros Convívio			1
Centros Dia			1
Lares Idosos			1
Apoio Domiciliário			7
TOTAL	4	1	10

Fonte: MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

Gráfico 5:



8.2- Total da Despesa de Protecção Social com Invalidez, Velhice e Sobrevivência

Segundo os dados apresentados em seguida, no Distrito de Viseu há, em média, um menor investimento por parte do Estado nas situações de invalidez, velhice e sobrevivência face a Portugal. No caso da invalidez, a despesa média nacional é de 4044 face a 3328 no distrito de Viseu; quanto à velhice, tendo em conta a média nacional de 4664 euros, Viseu apresenta valores na ordem dos 3474 euros; no caso da sobrevivência, os valores são de 2314 euros em média em Portugal e 1965 em Viseu. Não há nestes casos qualquer concelho com valores superiores à média nacional, sendo que Nelas é no distrito o concelho com melhores índices de despesa com a invalidez (3602 euros *per capita*) e Mangualde com a velhice (3881 euros *per capita*) e com a sobrevivência (2103 euros).

Quadro 105: Valor Médio Anual *per capita* da Despesa da Protecção Social com a Velhice, Invalidez e Sobrevivência por concelho em 2006

Unidade Territorial	Valor médio anual das pensões		
	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Portugal	4044	4664	2314
Armamar	3360	3559	1912
Carregal do Sal	3476	3502	2038
Castro Daire	3272	3362	2009
Cinfães	3355	3569	1987
Lamego	3217	3657	2026
Mangualde	3392	3881	2103
Moimenta da Beira	3238	3430	1890
Mortágua	3198	3432	2026
Nelas	3602	3711	2102
Oliveira Frades	3413	3551	1999
Penalva Castelo	3284	3329	1837
Penedono	3133	3061	1803
Resende	3323	3329	1891
Santa Comba Dão	3537	3740	2071
São João Pesqueira	3282	3322	1931
São Pedro Sul	3258	3477	1996
Sátão	3350	3280	1907
Sernancelhe	3232	3198	1836
Tabuaço	3122	3413	1946
Tarouca	3343	3446	1888
Tondela	3454	3605	2053
Vila Nova Paiva	3157	3168	1918
Viseu	3350	3877	2067
Vouzela	3524	3495	1943
MÉDIA DISTRITO	3328	3474,75	1965,8

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro, 2006
INE, Anuário Estatístico Região Norte, 2006

Verificamos em seguida que em Dezembro de 2006 havia um total de 107860 pensionistas no distrito, cerca de 4% do total nacional. A maioria dos pensionistas existentes são pensionistas por velhice (cerca de 66,8% do total), seguidos pelas pensões de sobrevivência (24,8%) e pelas pensões por invalidez (8,4%).

Quadro 106: Pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência por município, 2006

Unidade Territorial	Total		Invalidez		Velhice		Sobrevivência	
	Total	Pensionistas em 31/12/2006	Total	Pensionistas em 31/12/2006	Total	Pensionistas em 31/12/2006	Total	Pensionistas em 31/12/2006
Portugal	2793297	2673075	315367	306857	1784707	1711050	693223	655108
Armamar	2451	2329	197	194	1570	1491	684	644
Carregal do Sal	3302	3159	232	227	2258	2160	812	772
Castro Daire	6424	6157	549	539	4402	4226	1473	1392
Cinfães	6262	5969	575	552	4133	3947	1554	1470
Lamego	6987	6617	622	608	4379	4145	1986	1864
Mangualde	6097	5820	383	377	4239	4056	1475	1387
Moimenta da Beira	2996	2860	235	228	1974	1892	787	740
Mortágua	3480	3302	277	267	2344	2240	859	795
Nelas	4598	4386	371	362	3034	2888	1193	1136
Oliveira Frades	3273	3098	230	224	2236	2120	807	754
Penalva Castelo	3019	2875	209	204	2031	1946	779	725
Penedono	994	937	81	81	655	620	258	236
Resende	3923	3757	408	401	2569	2454	946	902
Santa Comba Dão	3947	3759	275	265	2636	2515	1036	979
São João Pesqueira	2620	2511	206	201	1716	1646	698	664
São Pedro Sul	5865	5541	417	407	4012	3793	1436	1341
Sátão	4048	3831	337	330	2762	2622	949	879
Sernancelhe	2132	2037	150	150	1392	1327	590	560
Tabuaço	1957	1840	173	169	1228	1151	556	520
Tarouca	2239	2136	232	224	1400	1334	607	578
Tondela	9752	9312	700	683	6765	6472	2287	2157
Vila Nova Paiva	1630	1556	106	106	1117	1064	407	386
Viseu	21418	20461	2086	2037	14072	13466	5260	4958
Vouzela	3772	3610	262	255	2602	2489	908	866
TOTAL DISTRITO	113186	107860	9313	9091	75526	72064	28347	26705

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro, 2006
 INE, Anuário Estatístico Região Norte, 2006

8.3- Total da Despesa da Protecção Social com Maternidade, Paternidade e Doença

“Os pais e as mães têm direito à protecção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível acção em relação ao filho, nomeadamente quanto à sua educação.”⁴¹ Segundo a Segurança Social, o **subsídio de maternidade** é “atribuído em situação de impedimento para o trabalho da beneficiária, por motivo de licença de maternidade, durante 120 dias seguidos, 90 dos quais a seguir ao parto. Este período é acrescido de 30 dias, por cada gémeo, além do primeiro, em caso de nascimentos múltiplos. A trabalhadora pode optar por 150 dias seguidos, de licença por maternidade, sendo o acréscimo (30 dias) gozado depois do parto.”⁴² Quanto ao subsídio de paternidade, é “atribuído durante o período de licença de paternidade de 5 dias úteis, seguidos ou interpolados, a gozar no primeiro mês a seguir ao nascimento de filho.”⁴³ O **subsídio por licença parental**, é “atribuído ao pai, nos primeiros 15 dias de licença parental, ou período equivalente, quando gozados imediatamente a seguir à licença de maternidade, paternidade ou licença de 5 dias úteis.”⁴⁴ Em todos estes casos a remuneração é, regra geral, semelhante à remuneração de referência, exceptuando as situações em que é feita a opção por 150 dias seguidos de licença de maternidade, sendo aqui os montantes a receber equivalentes a 80% da remuneração de referência.

Em Viseu (distrito), considerando-se um número total de 1945 beneficiárias foi processado um total de 4652 milhares de euros relativos ao subsídio de maternidade e 600 milhares de euros relativos ao subsídio de paternidade e de licença parental para 2469 beneficiários, sendo Viseu e Tondela os concelhos com mais beneficiários e onde se despendeu igualmente um maior valor. Em termos gerais, a despesa no distrito de Viseu em 2006 correspondeu, no caso do subsídio de maternidade, a 2,1% do total nacional e, no caso dos subsídios de paternidade e licença parental, 2,4% da percentagem em Portugal, tendo em conta que em Viseu estavam 2,7% do total de mães em Portugal com direito ao subsídio de maternidade e 3,2% do total dos pais a usufruir dos subsídios de paternidade e licença parental.

⁴¹ www.apf.pt

⁴² www.seg-social.pt

⁴³ *idem*

⁴⁴ *idem*

Quadro 107: Subsídios de Maternidade, Paternidade e Licença Parental por Concelho em 2006

Unidade Territorial	Subsídio de Maternidade		Subsídio de Paternidade e Licença Parental	
	Beneficiários (Nº)	Valor Processado (milhares de euros)	Beneficiários	Valor Processado (milhares de euros)
Portugal	73123	223190	77285	25398
Armamar	19	40	24	4
Carregal do Sal	66	130	84	20
Castro Daire	67	123	86	17
Cinfães	85	123	129	27
Lamego	122	273	165	37
Mangualde	100	218	158	41
Moimenta da Beira	34	66	28	9
Mortágua	46	109	49	13
Nelas	96	244	138	37
Oliveira Frades	62	138	110	22
Penalva Castelo	40	87	59	13
Penedono	9	13	-	-
Resende	35	68	67	11
Santa Comba Dão	76	184	97	24
São João Pesqueira	37	67	44	8
São Pedro Sul	86	181	95	19
Sátão	63	130	70	16
Sernancelhe	24	43	32	5
Tabuaço	21	38	17	3
Tarouca	42	79	32	5
Tondela	153	394	177	49
Vila Nova Paiva	19	35	-	-
Viseu	604	1789	741	204
Vouzela	39	80	67	16
TOTAL DISTRITO	1945	4652	2469	600

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro, 2006
INE, Anuário Estatístico Região Norte, 2006

O **subsídio de doença** "é uma prestação pecuniária, atribuída para compensar a perda de remuneração, resultante do impedimento temporário para o trabalho, por motivo de doença."⁴⁵ Considerando o distrito de Viseu, em 2006 houve um total de 15607 beneficiários, equivalentes a 44,8% de homens e 55,2% de mulheres, o que correspondeu a um montante total de 9871 milhares de euros dispendidos pelo Estado, que, concretamente, significaram uma divisão entre 53% para a totalidade de homens com direito ao subsídio e 47% de mulheres. Assim, apesar da existência de um maior número de mulheres de baixa por motivo de doença, os homens acabam por receber montantes superiores comparativamente àquelas, o que prova, tal como já foi demonstrado no capítulo relativo ao emprego, que a remuneração laboral masculina é superior à feminina.

Considerando a média nacional, verifica-se que valor dispendido no distrito correspondeu a 2,2% do total desembolsado pelo Estado.

⁴⁵ www.seg-social.pt

Quadro 108: Subsídios de Doença por Género e Concelho em 2006

Unidade Territorial	Beneficiários (Nº)			Valor Processado (milhares de euros) Valores arredondados		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Portugal	210434	303381	513815	224765	233736	458501
Armamar	83	113	196	61	72	133
Carregal do Sal	200	224	424	120	89	209
Castro Daire	262	407	669	178	188	366
Cinfães	717	842	1559	792	661	1454
Lamego	398	478	876	264	268	532
Mangualde	437	467	904	323	255	578
Moimenta da Beira	142	178	320	85	76	160
Mortágua	244	240	484	165	99	264
Nelas	258	349	607	257	162	419
Oliveira Frades	223	296	519	148	160	307
Penalva Castelo	177	196	373	80	101	181
Penedono	26	36	62	15	20	36
Resende	293	319	612	253	221	474
Santa Comba Dão	248	320	568	187	184	371
São João Pesqueira	169	198	367	136	130	266
São Pedro Sul	260	411	671	185	185	370
Sátão	183	212	395	90	88	178
Sernancelhe	83	79	162	43	43	87
Tabuaço	94	110	204	75	78	153
Tarouca	105	163	268	70	101	170
Tondela	581	715	1296	358	349	707
Vila Nova Paiva	39	61	100	106	26	132
Viseu	1564	1951	3515	1101	961	2061
Vouzela	205	251	456	144	119	263
TOTAL DISTRITO	6991	8616	15607	5236	4636	9871

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro, 2006
INE, Anuário Estatístico Região Norte, 2006

8.4- Despesa de Protecção Social com a Família

No que diz respeito à **família**, são considerados aqui o **abono de família a crianças e jovens**, o **subsídio de educação especial**, o **subsídio por assistência de 3ª pessoa**, o **subsídio mensal vitalício** e o **subsídio de funeral**.

No distrito, a maioria dos montantes atribuídos, totalizando 23732 milhares de euros em 2006, dirigiu-se ao pagamento do abono de família a crianças e jovens, que correspondeu a 93,4% dos subsídios em análise, sendo que os restantes não têm praticamente expressão na região.

Quadro 109: Prestações Familiares – beneficiários e valor processado em milhares de euros em 2006 por concelho

Unidade Territorial	Abono família		Subsídio Educação Especial	Educação	Subsídio Assistência 3ª pessoa	Assistência	Subsídio vitalício	Subsídio mensal	Subsídio funeral	
	Beneficiários	Valor	Beneficiários	Valor	Beneficiários	Valor	Beneficiários	Valor	Beneficiários	Valor
Portugal	1171749	612115	7772	17061	11482	10736	10429	22432	18776	3723
Armamar	725	401	6	14	11	10	11	25	14	3
Carregal do Sal	1141	605	0	0	4	4	9	19	31	6
Castro Daire	1724	974	0	0	13	12	11	23	53	10
Cinfães	2860	1597	24	42	27	25	16	36	60	12
Lamego	3000	1574	25	66	40	38	29	63	89	17
Mangualde	2337	1135	7	2	12	12	9	19	76	15
Moimenta da Beira	1183	679	0	0	11	9	4	7	45	9
Mortágua	919	437	0	0	7	6	10	21	45	9
Nelas	1624	775	0	0	7	6	18	40	40	8
Oliveira Frades	1297	689	0	0	9	9	7	13	25	5
Penalva Castelo	916	482	5	2	8	8	5	11	40	8
Penedono	331	177	0	0	0	0	5	11	10	2
Resende	1510	880	8	20	14	13	16	35	12	2
Santa Comba Dão	1247	604	0	0	13	12	12	26	46	9
São João Pesqueira	950	534	0	0	12	11	6	11	30	6
São Pedro Sul	1849	982	0	0	19	19	14	31	74	15
Sátão	1447	815	0	0	8	7	4	8	46	9
Sernance-lhe	582	312	0	0	0	0	8	17	30	6
Tabuaço	660	383	0	0	12	12	4	7	14	3
Tarouca	918	509	12	28	16	16	10	25	12	2
Tondela	2949	1476	0	0	24	24	33	75	89	18
Vila Nova Paiva	520	312	0	0	6	5	5	11	15	3
Viseu	10653	5222	55	125	73	67	67	146	207	41
Vouzela	1188	601	0	0	6	6	19	42	34	7
TOTAL	42530	22155	142	299	352	331	332	722	1137	225

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro, 2006

INE, Anuário Estatístico Região Norte, 2006

8.5- Total da Despesa da Protecção Social com o Desemprego

O **subsídio de desemprego** é atribuído nas situações em que um indivíduo tenha estado vinculado a um contrato de trabalho, em que se verifique inexistência total de emprego (caso contrário pode eventualmente ser atribuído o subsídio parcial de desemprego), haja capacidade e disponibilidade para o trabalho, esteja numa situação de desemprego involuntário (“por iniciativa do empregador, caducidade do contrato não determinada por atribuição de pensão, resolução com justa causa por iniciativa do trabalhador ou acordo de revogação, integradas num processo de redução de efectivos, quer por motivo de reestruturação, viabilização ou recuperação da empresa, quer ainda por a empresa se encontrar em situação económica difícil, independentemente da sua dimensão.”)⁴⁶, inscrito no centro de emprego da área de residência e se cumpra o prazo de garantia (450 dias de trabalho por conta de outrem com registo de remunerações nos 24 meses imediatamente anteriores à data do desemprego no caso do subsídio de desemprego e 180 dias de trabalho por conta de outrem com registo de remunerações nos 12 meses imediatamente anteriores à data do desemprego para o subsídio social de desemprego)

A Segurança Social despendeu um total de 48042 milhares de euros no que ao subsídio de desemprego diz respeito em 2006 no distrito de Viseu. Em termos da distribuição por sexo, o quadro 110 indica-nos que o número de mulheres beneficiárias deste tipo de subsídio é superior, correspondendo a 56,2% dos casos, num total de 16718 beneficiários em 2006. Isto permite-nos concluir que os homens auferem valores superiores relativamente ao subsídio de desemprego comparativamente com as mulheres, à semelhança do que acontece com o trabalho remunerado. Viseu e Lamego foram os concelhos em que foram atribuídos montantes superiores no ano de 2006, com um valor total de 13744 milhares de euros e 4225 milhares de euros respectivamente. Quanto ao número de beneficiários, a maioria situava-se igualmente em Viseu, com 4465, seguido de Lamego, com 1522.

⁴⁶ Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro

Quadro 110: Beneficiários de subsídio de Desemprego segundo o sexo e valor médio das prestações por concelho em 2006

Unidade Territorial	Homens	Mulheres	TOTAL	Valores processados (em milhares de euros)
Portugal	224641	281795	506436	1717732
Armamar	118	120	238	636
Carregal do Sal	142	160	302	849
Castro Daire	248	350	598	1530
Cinfães	508	475	983	3244
Lamego	731	791	1522	4225
Mangualde	400	546	946	2727
Moimenta da Beira	142	232	374	935
Mortágua	114	176	290	851
Nelas	313	360	673	1945
Oliveira Frades	189	276	465	1346
Penalva Castelo	127	233	360	1012
Penedono	31	42	73	211
Resende	146	158	304	951
Santa Comba Dão	234	212	446	1425
São João Pesqueira	91	168	259	689
São Pedro Sul	323	749	1072	2666
Sátão	193	344	537	1488
Sernancelhe	67	82	149	359
Tabuaço	145	150	295	774
Tarouca	161	178	339	881
Tondela	501	586	1087	3026
Vila Nova Paiva	182	244	426	904
Viseu	2006	2459	4465	13744
Vouzela	218	297	515	1624
TOTAL DISTRITO	7330	9388	16718	48042

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro, 2006
INE, Anuário Estatístico Região Norte, 2006

8.6- Despesa de Protecção Social com o Rendimento Social de Inserção

“O **rendimento social de inserção** consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.”⁴⁷ Apesar de trazer benefícios, é importante realçar que o RSI se deve constituir como uma forma de tentativa de inversão de uma situação de desfavorecimento e não como uma concessão eterna de incentivos simbolizando apenas caridade e dependência.

Segundo o Quadro 111, havia um total de 17986 beneficiários do rendimento social de inserção (RSI) no distrito, de acordo com dados de 2006, com primazia do sexo feminino, que constitui 53,5% do total dos beneficiários. As mulheres recorrem mas a este incentivo, mas Penedono, com 98 homens e 96 mulheres e São Pedro do Sul, com 170 homens face a 151 mulheres são as únicas excepções à regra. Quer isto dizer que 17986 indivíduos do distrito são tidos pela Segurança Social como estando numa situação de carenciados e desfavorecidos, sendo-lhes concedido um incentivo financeiro, encontrando-se as mulheres em maior número nesta situação. Viseu, por ser a maior cidade do distrito e com maior número de habitantes, tem abrangidos por esta medida 3615 indivíduos, seguido por Cinfães, com 1766

⁴⁷ Lei nº 13/2003 de 21 de Maio

e Resende com 1612 pessoas. Face ao total nacional, o número de indivíduos beneficiários do RSI pertencentes ao distrito de Viseu constitui 5,3%.

Quadro 111: Beneficiários do RSI por Concelho segundo o Género em 2006

Unidade Territorial	Masculino	Feminino	TOTAL
Portugal	158018	181603	339621
Armamar	214	240	454
Carregal do Sal	332	354	686
Castro Daire	408	452	860
Cinfães	813	953	1766
Lamego	721	860	1581
Mangualde	339	363	702
Moimenta da Beira	432	447	879
Mortágua	142	159	301
Nelas	284	328	612
Oliveira Frades	123	166	289
Penalva Castelo	217	240	457
Penedono	98	96	194
Resende	749	863	1612
Santa Comba Dão	262	306	568
São João Pesqueira	158	181	339
São Pedro Sul	170	151	321
Sátão	281	329	610
Sernancelhe	124	146	270
Tabuaço	161	187	348
Tarouca	272	318	590
Tondela	281	288	569
Vila Nova Paiva	77	82	159
Viseu	1609	2006	3615
Vouzela	93	111	204
TOTAL DISTRITO	8360	9626	17986

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro, 2006
INE, Anuário Estatístico Região Norte, 2006

A percentagem de indivíduos com direito ao RSI segundo a idade mostra-nos que a escala correspondente aos indivíduos com menos de 24 anos atinge proporções mais elevadas, com 41,2% do total, apesar de ser uma das idades onde encontrar emprego é, teoricamente, mais fácil. Contudo esta maior procura nestas idades prova que o processo de inserção profissional não é fácil, estando associado aos baixos níveis de qualificação existentes, à escassez da oferta, à discrepância entre os objectivos da procura e as necessidades de mão de obra e à pouca capacidade financeira para tentar melhorar o nível de vida, quer seja pela melhoria dos níveis de escolaridade quer pela fuga para os grandes centros, onde as oportunidades são em maior número. A este nível, muitos sentem um vínculo às suas origens, que pode dever-se a laços familiares e ao desconhecimento de outras realidades. Há depois uma descida nas idades compreendidas entre os 25 e os 39 anos (15,6%), uma ligeira subida entre os 40 e os 54 anos (19% do total) e nova subida relativamente aos indivíduos com 55 e mais anos, com 24,2% dos casos. Teoricamente, estes últimos assumem-se como aqueles que terão maiores dificuldades em sair dessa situação, uma vez que as oportunidades escasseiam cada vez mais à medida que a idade vai avançando.

Quadro 112: Beneficiários do RSI por Concelho segundo a Idade em 2006

Unidade Territorial	Menos 24 Anos	25-39 Anos	40-54 Anos	55 e Mais Anos	TOTAL
Portugal	163235	64272	62322	49785	339621
Armamar	184	76	90	104	454
Carregal do Sal	294	109	122	161	686
Castro Daire	331	115	166	248	860
Cinfães	697	306	383	380	1766
Lamego	633	245	299	404	1581
Mangualde	319	129	110	144	702
Moimenta da Beira	423	129	173	154	879
Mortágua	102	50	55	94	301
Nelas	243	93	107	169	612
Oliveira Frades	145	43	54	47	289
Penalva Castelo	171	60	82	144	457
Penedono	72	26	51	45	194
Resende	702	326	317	267	1612
Santa Comba Dão	223	74	104	167	568
São João Pesqueira	146	45	75	73	339
São Pedro Sul	115	39	69	98	321
Sátão	250	70	113	177	610
Sernancelhe	106	39	56	69	270
Tabuaço	144	52	65	87	348
Tarouca	239	101	108	142	590
Tondela	205	76	116	172	569
Vila Nova Paiva	55	24	33	47	159
Viseu	1529	563	621	902	3615
Vouzela	82	22	40	60	204
TOTAL DISTRITO	7410	2812	3409	4355	17986

Fontes: INE, Anuário Estatístico Região Centro, 2006
 INE, Anuário Estatístico Região Norte, 2006

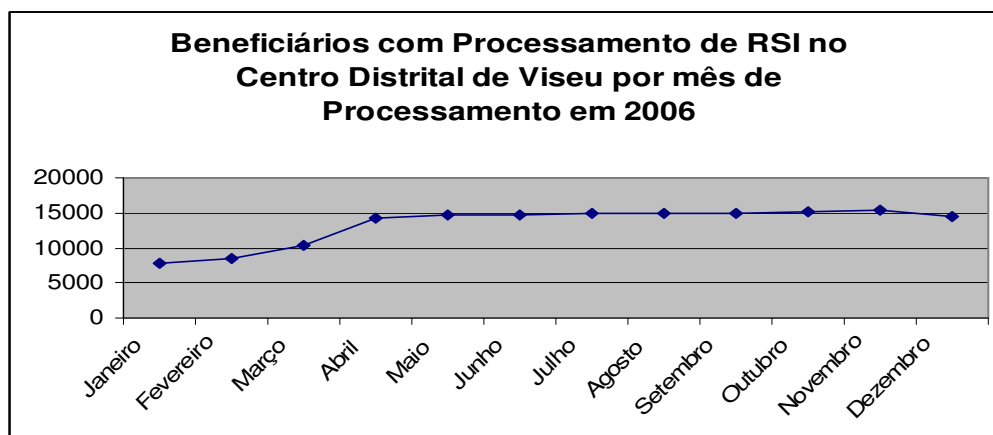
Verificamos no Quadro 113 um aumento de 6512 relativamente ao número de beneficiários entre Janeiro e Dezembro de 2006, correspondentes a mais 45,3%, sendo que os meses que atingem valores mais elevados situam-se entre Maio e Novembro e a maior subida entre Março (10264 pessoas) e Abril (14179). Isto implicou um maior investimento da Segurança Social nos meses referidos. Segundo dados da Segurança Social, os únicos distritos que apresentaram uma redução do número de beneficiários do RSI foram Aveiro, Faro, Guarda, Santarém e Viana do Castelo.

Quadro 113: Beneficiários com Processamento de RSI no Centro Distrital de Viseu por mês de Processamento em 2006

Mês	Número de Beneficiários
Janeiro	7865
Fevereiro	8496
Março	10264
Abril	14179
Maio	14803
Junho	14634
Julho	14932
Agosto	14863
Setembro	14852
Outubro	15128
Novembro	15335
Dezembro	14377

Fonte: MSST, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade, Estatísticas da Segurança Social, 2007

Gráfico 6:



Comparativamente aos outros centros distritais, considerando o valor médio pago relativo ao RSI, Viseu encontra-se no 17º lugar, numa lista onde Lisboa apresenta a média mais elevada, com 90,73 euros e Guarda a mais reduzida, com 66,53 euros. A percentagem é maior nos grandes centros, onde o custo de vida é também tendencialmente mais elevado.

Quadro 114: Valor médio (em euros) da Prestação de RSI processada por Beneficiário em Junho de 2007

Centro Distrital	Valor Médio
Aveiro	80,64
Beja	84,98
Braga	77,25
Bragança	80,60
Castelo Branco	68,03
Coimbra	85,95
Évora	76,43
Faro	77,65
Guarda	66,53
Leiria	75,66
Lisboa	90,73
Portalegre	85,89
Porto	90,16
Santarém	74,51
Setúbal	86,73
Viana do Castelo	75,31
Vila Real	77,05
Viseu	74,47
RA Açores	66,84
RA Madeira	85,31

Fonte: MSST, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade, Estatísticas da Segurança Social, 2007

8.7. Doenças Profissionais

“**Doença profissional** é aquela que resulta directamente das condições de trabalho, consta da Lista de Doenças Profissionais (Decreto Regulamentar n.º 6/2001, de 5 de Maio) e causa incapacidade para o exercício da profissão ou morte.”⁴⁸ . Segundo o Decreto Regulamentar atrás referido, as doenças profissionais assumem 7 tipos: doenças provocadas por agentes químicos, doenças do aparelho respiratório, doenças cutâneas, doenças provocadas por agentes físicos, doenças infecciosas e parasitárias, tumores ou manifestações alérgicas das mucosas.

A Segurança Social é a instituição que se encarrega de pagar indemnizações ou pensões aos trabalhadores que, devido a doenças profissionais, detêm situações de incapacidade que os impede de seguir da mesma forma a sua profissão, necessitando de assistência médica e medicamentos. Tanto os trabalhadores por conta de outrem como os independentes são abrangidos por este regime, sendo considerados doentes profissionais quando obtêm uma certificação por parte do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, ligado à Segurança Social, que assegura a prevenção, tratamento, recuperação e reparação de doenças ou incapacidades resultantes de riscos profissionais, promove e colabora com as entidades ou serviços competentes na prevenção dos riscos profissionais, assegura a atribuição das indemnizações e pensões devidas nas situações de incapacidade resultantes de doenças profissionais e das restantes prestações pecuniárias ou em espécie, designadamente os cuidados médicos e medicamentosos e assegura a atribuição das prestações devidas por aplicação dos regulamentos da União Europeia e outras convenções internacionais a que Portugal se encontra vinculado, aos trabalhadores migrantes vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Como podemos observar no Quadro 115, entre 2003 e 2005, apesar de o número de requerimentos iniciais ter diminuído, o número de participações obrigatórias de doenças profissionais aumentou, concretamente de 4565 em 2003 para 4758 em 2005, sendo que o Porto era, a essa data, o distrito com maior número de participações. Quanto a Viseu, contraria a tendência nacional, sendo que se registou uma redução tanto do número de requerimentos iniciais como de participações obrigatórias entre 2003 e 2005, com 48 registos iniciais em 2003 face a 39 em 2005 e com 49 participações obrigatórias face a 33 em 2005.

⁴⁸ www.portaldasaude.pt

Quadro 115: Doenças Profissionais: Entrada de Participações Obrigatórias e Requerimentos Iniciais em 2003, 2004 e 2005 por distrito

Unidade Territorial	2003		2004		2005	
	Nº Participações Obrigatórias	Nº Requerimentos Iniciais	Nº Participações Obrigatórias	Nº Requerimentos Iniciais	Nº Participações Obrigatórias	Nº Requerimentos Iniciais
Aveiro	684	632	695	635	794	695
Beja	33	34	52	56	22	24
Braga	142	135	200	155	209	195
Bragança	13	16	11	13	9	4
Castelo Branco	117	117	144	137	117	119
Coimbra	117	122	100	90	105	99
Évora	22	16	27	28	27	23
Faro	23	24	34	32	21	12
Guarda	39	39	63	63	65	68
Leiria	186	183	196	175	262	233
Lisboa	762	794	630	592	648	570
Portalegre	14	14	52	32	21	32
Porto	1219	1149	1112	1032	997	962
Santarém	107	115	145	131	109	100
Setúbal	869	775	766	705	693	609
Viana do Castelo	151	141	226	198	158	151
Vila Real	14	11	23	25	12	12
Viseu	49	48	65	53	33	39
RA Açores	4	3	3	3	-	-
RA Madeira	-	-	8	4	10	7
Campo não Preenchido	-	-	-	-	446	382
TOTAL	4565	4368	4552	4159	4758	4336

Fonte: MSST, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade, Estatísticas da Segurança Social, 2006

No que diz respeito aos sectores de actividade económica com maior incidência de doenças profissionais, o que coincide com um maior risco, destaca-se a indústria transformadora, com 1379 doenças certificadas sem incapacidade e 1335 doenças que provocaram algum tipo de incapacidade ao trabalhador em Portugal em 2006, o que representa 75,9% do total das doenças face aos sectores de actividade económica expostos.

Quadro 116: Certificação de Doença Profissional por sector de actividade económica em 2006 em Portugal

Sector de Actividade	Sem incapacidade	Com Incapacidade
Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços às Empresas	23	18
Alojamento e Restauração	16	23
Comércio	94	97
Construção	79	121
Indústria Transformadora	1379	1335
Indústrias Extractivas	35	69
Pesca	6	0
Transportes	51	21
Outros	83	127
TOTAL	1766	1811

Fonte: MSST, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade, Estatísticas da Segurança Social, 2006

8.8- Conclusões

- Existência equipamentos com valências dirigidas à população idosa em todos os concelhos;
- Redução do número de doenças profissionais no distrito de Viseu;
- Baixa cobertura de equipamentos dirigidos à família e comunidade;
- Inexistência de equipamentos de apoio aos toxicodependentes e aos doentes infectados com o vírus da sida;
- Volume elevado de pagamentos de abonos de família a crianças e jovens;
- Pagamentos do subsídio de maternidade, paternidade e de doença reduzidos face à média nacional tendo em conta o número total de mães, pais e trabalhadores com baixa médica;
- Maior número de mulheres a usufruírem de subsídio de desemprego com menores valores do que os homens;
- Número elevado de jovens e indivíduos com 55 ou mais anos beneficiários do Rendimento Social de Inserção
- Investimento na protecção social em Portugal mas, simultaneamente, aumento das necessidades das pessoas;
- Aumento da esperança de vida e crescente envelhecimento da população poderá originar dificuldades na capacidade de resposta no que diz respeito à abordagem aos novos idosos;

9- TECIDO ECONÓMICO E EMPRESARIAL

9.1- Empresas e Estabelecimentos

O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI) é o principal instrumento das políticas económicas direccionadas para as micro, pequenas e médias empresas dos sectores industrial, comercial, de serviços e construção, cabendo-lhe agenciar condições favoráveis para o reforço do espírito e da competitividade empresarial. Tem como principais propósitos “a facilitação institucional e desburocratização, incentivos ao investimento, dinâmica e inovação empresarial, melhoria do acesso ao financiamento e revitalização empresarial”⁴⁹. Juntamente com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), com os seus programas de apoio à criação do próprio emprego, nomeadamente as Iniciativas Locais de Emprego (ILE) e os programas de Criação do Próprio Emprego (CPE) destinados essencialmente a desempregados involuntários, são estes os principais organismos de apoio às novas iniciativas no que concerne ao campo empresarial. A Associação Industrial da Região de Viseu (AIRV) é outra das instituições de apoio aos empresários da região, procurando “promover a colaboração, a concertação e a complementaridade entre os Agentes de Desenvolvimento da Região, e incentivar as parcerias que permitam tornar a região cada vez mais competitiva com o objectivo de atingir um estágio de desenvolvimento que consolide e a coloque entre as mais desenvolvidas do país, através de uma aposta concertada e coerente nos domínios de excelência, na qualidade dos produtos e das empresas, na certificação ambiental e da higiene e segurança no trabalho, na globalização e na internacionalização, informação e formação.”⁵⁰

O Quadro 117 realça o aumento do número de estabelecimentos existentes na comparação entre os anos de 2004 e 2005 na generalidade dos distritos do país. A maior subida verificou-se em Viana do Castelo, com uma diferença de 23,3% face a 2004. Viseu registou um aumento de 15,8% entre os dois anos, bem acima da média nacional de 11,5%. Apesar de ter tido também um crescimento, o número de pessoas ao serviço não registou uma evolução tão significativa em termos percentuais, com uma média em território nacional de mais 7,9% em 2005. Vila Real foi o distrito com maior crescimento, com 22,5%, enquanto Viseu se cifrou num aumento de 9,7%.

Significa isto que as medidas de apoio às iniciativas empresariais têm dado alguns frutos no distrito, e, apesar de ainda estar longe da média de estabelecimentos existentes em Portugal- representava apenas 3,4% do total dos estabelecimentos nacionais- apresenta melhorias em relação ao ano de 2004.

⁴⁹ www.iapmei.pt

⁵⁰ www.airv.pt

Quadro 117- Estabelecimentos/ Pessoas ao Serviço e Evolução Anual por distrito

Unidade Territorial	Estabelecimentos		Pessoas ao Serviço	
	2005	2004/2005 (%)	2005	2004/2005
Aveiro	25172	8,3	227372	4,9
Beja	5908	22,0	29810	19,6
Braga	33706	13,8	266452	5,0
Bragança	4172	7,7	20360	13,5
Castelo Branco	7014	8,5	44071	4,8
Coimbra	15226	10,5	107745	6,5
Évora	7474	4,2	41933	1,9
Faro	22555	7,7	137350	7,0
Guarda	5810	9,7	34646	7,5
Leiria	22161	7,7	150075	5,3
Lisboa	86640	4,4	823544	4,9
Portalegre	4623	7,4	25577	1,8
Porto	65557	9,1	555732	5,8
Santarém	17675	8,6	119355	6,5
Setúbal	24463	4,9	179400	6,6
Viana do Castelo	10113	23,3	58584	9,8
Vila Real	7551	33,2	39072	22,5
Viseu	12936	15,8	84959	9,7
TOTAL	378756	11,5%	2946037	7,9%

Fonte: Direção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, Estatísticas em Síntese, Quadros de Pessoal, 2005

Apesar do crescimento que se tem registado em termos do aumento do número de estabelecimentos e empresas, verifica-se que Viseu é um distrito em que as pequenas empresas predominam.

O quadro 118 apresenta a proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço em cada concelho. Viseu não foge à média nacional de 88%, sendo que não há nenhum concelho com proporção inferior a 80%. Os casos mais significativos são os de Penedono, com 98% e Vila Nova de Paiva, com 97%. Muitas das empresas existentes são de cariz familiar, isto é, a própria família cria o negócio vivendo dos rendimentos que daí advêm, não investindo na contratação de empregados para o serviço. A iniciativa empresarial tem sido um pouco superior, mas o investimento dirige-se maioritariamente para empresas de cariz familiar, sendo Portugal um país cada vez mais ligado às pequenas empresas, sendo que estas vão crescendo em proporção muito superior ao aparecimento de empresas de maior porte. Contudo, as pequenas empresas raramente têm condições de subsistência tão boas quando comparadas com as restantes, sendo que, se muitas vão surgindo, paralelamente outras vão fechando igualmente, pelo facto de os rendimentos pretendidos não serem tão grandes quanto, à partida se poderia esperar.

Quadro 118: Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao Serviço em 2005 no Distrito de Viseu

Unidade Territorial	Proporção (%)
Portugal	88
Armamar	91
Carregal do Sal	88
Castro Daire	89
Cinfães	84
Lamego	88
Mangualde	84
Moimenta da Beira	91
Mortágua	86
Nelas	87
Oliveira de Frades	86
Penalva do Castelo	88
Penedono	98
Resende	92
Santa Comba Dão	89
São João da Pesqueira	89
São Pedro do Sul	90
Sátão	89
Sernancelhe	92
Tabuaço	92
Tarouca	87
Tondela	86
Vila Nova de Paiva	97
Viseu	88
Vouzela	86
MÉDIA DO DISTRITO	89%

Fontes: Anuário Estatístico Região Centro, 2006
 Anuário Estatístico Região Norte, 2006

Numa análise das maiores empresas existentes na região através do número de trabalhadores em cada uma, em 2003, verificamos que a maior se encontrava em Mangualde, concretamente a Peugeot Citroen Automóveis de Portugal, segundo um estudo efectuado pelo Diário Regional de Viseu sobre as “1000 maiores empresas da Região Centro”. Olhando para a distribuição geográfica das 15 empresas em destaque, verificamos que a maioria se encontrava nos concelhos de Tondela (5) e Viseu (5), embora as duas maiores se situassem ambas em Mangualde com 1243 trabalhadores, no caso a Peugeot Citroen Automóveis de Portugal e a Patinter - Portuguesa Automóveis Transportes, com 800 trabalhadores. Tondela, Viseu e Mangualde são precisamente os concelhos mais industrializados do distrito. Deste grupo, apenas uma empresa tem mais de 1000 trabalhadores, duas têm mais de 500, sendo que a maioria tem entre 100 e 499 trabalhadores. Podemos realçar ainda o facto de não existir qualquer

empresa do norte do distrito no lote das 15 maiores da região, significando isto a existência em maior escala de empresas de cariz familiar ou com poucos trabalhadores nas suas fileiras.

No que diz respeito aos sectores de actividade económica dominantes nas maiores empresas da região, continua a existir um forte peso das empresas que se dedicam ao sector automóvel, ao comércio e à metalomecânica, enquanto o sector da construção vai assumindo também uma posição de destaque.

Quadro 119: Maiores empresas em 2003 segundo o número de trabalhadores e o concelho

Empresa	Número de Trabalhadores	Concelho
Peugeot Citroen Automóveis de Portugal	1243	Mangualde
Patinter- Portuguesa Automóveis Transportes	800	Mangualde
Martifer- Construções Metalomecânicas	571	Oliveira Frades
HUF Portuguesa- Fábrica de Componentes de Automóveis	439	Tondela
Visabeira- Sociedade Técnica de Obras e Projectos Lda.	260	Viseu
Brintons, Indústria de alcatifas, Lda.	254	Vouzela
Avon Rubber Polímetros	253	Tondela
Labesfal- Laboratório Almiro	210	Tondela
Edivisa- Empresa de Construção SA	180	Viseu
Viatel- Tecnologia de Comunicações SA	168	Viseu
Nutroton- Indústria de Avicultura	162	Tondela
Borgstena- Textile- Portugal Lda.	160	Nelas
Rui Costa e Sousa & Irmão	147	Tondela
Coelho e Dias, SA	98	Viseu
Lubridão- Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, SA	56	Viseu

Fontes: Diário Regional de Viseu, 2004

Governo Civil de Viseu, O Distrito em Números: Contribuições para uma Caracterização Económico-Social, 2005

Segundo a CAE (Classificação das Actividades Económicas), podemos observar que o distrito detinha, em 2006, um total de 34587 empresas. É, assim, um distrito pouco empresarial, na medida em que esse valor é correspondente a apenas 3% do total das empresas em Portugal.

O concelho com um maior número de empresas sedeadas é o de Viseu, com 8781 (25,4% do total das empresas no distrito), seguido de Tondela, com 2718 (7,9%) e Lamego, com 2351 (6,8%). Ao invés, Penedono, com 309 (0,9%) era o concelho com um menor número de empresas sedeadas.

Tanto em Portugal como no distrito de Viseu, as actividades comerciais são dominantes. O sector da construção é o segundo mais representado, seguido pela área do alojamento e restauração. Em geral, as diferenças não são muito significativas entre o distrito e o país.

Quadro 120: Empresas segundo a CAE no Distrito de Viseu em 2006

Unidade Territorial	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	M a O	Total
Portugal	75568	1760	108062	700	187129	366278	115878	32435	28941	134004	81609	1132364
Armamar	200	1	31	0	62	177	63	27	11	18	24	614
Carregal do Sal	101	2	163	0	161	308	85	28	25	75	64	1012
Castro Daire	107	19	105	1	225	490	154	62	13	61	68	1305
Cinfães	78	1	100	1	295	575	162	51	22	53	66	1404
Lamego	262	2	138	1	411	875	256	58	81	141	126	2351
Mangualde	66	6	179	1	353	678	175	96	51	139	102	1846
Moimenta da Beira	145	2	62	1	132	446	119	38	13	46	50	1054
Mortágua	151	0	94	1	355	285	78	30	23	61	47	1125
Nelas	56	3	111	1	137	424	156	45	36	143	79	1191
Oliveira de Frades	210	4	99	1	192	317	101	44	18	92	45	1123
Penalva do Castelo	50	3	50	0	186	149	76	31	8	23	19	595
Penedono	45	3	26	0	45	115	34	15	5	8	13	309
Resende	254	0	56	0	166	303	82	24	9	40	42	976
Santa Comba Dão	99	0	104	0	281	353	109	37	23	156	63	1225
São João da Pesqueira	268	4	47	0	84	209	95	27	9	54	32	829
São Pedro do Sul	188	4	123	0	371	439	198	55	34	112	75	1599
Sátão	87	2	111	0	319	360	145	47	21	45	54	1191
Sernancelhe	68	3	56	0	97	186	65	24	9	18	17	543
Tabuaço	87	1	27	0	74	196	65	35	13	24	24	546
Tarouca	53	1	45	0	120	244	68	21	31	45	25	653
Tondela	252	4	258	2	556	866	218	76	61	300	125	2718
Vila Nova de Paiva	50	0	40	2	100	174	73	20	5	25	25	514
Viseu	256	13	648	4	1599	3135	1003	184	311	973	655	8781
Vouzela	200	1	89	1	288	246	100	40	16	41	61	1083
TOTAL DISTRITO	3333	79	2762	17	6609	11550	3680	1115	848	2693	1901	34587

Fontes: Anuário Estatístico Região Centro, 2006

Anuário Estatístico Região Norte, 2006

Legenda:

- A: Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura
- B: Pesca
- C: Indústria Extractiva
- D: Indústrias Transformadoras
- E: Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água
- F: Construção
- G: Comércio por Grosso e a Retalho
- H: Alojamento e Restauração (actividades similares)
- I: Transportes, Armazenagem e Distribuição
- J: Actividades Financeiras
- K: Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas
- L: Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória
- M: Educação
- N: Saúde e Acção Social
- O: Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais

9.2- Sociedades

No que diz respeito às sociedades, Portugal possui um total de 416369, ao passo que Viseu detém 10406 (2,5% do total nacional). Tanto em Portugal como no distrito de Viseu, o sector do comércio é o dominante, embora, em segundo lugar, esteja o sector da construção em Viseu enquanto em Portugal se

situam as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas. Há ainda a registar o maior peso da área agrícola em Viseu comparativamente com Portugal, sendo que representa ali 5% face a 2,6%. Isto reflecte um relativo peso do sector primário no distrito de Viseu, apesar de o sector terciário se apresentar em clara maioria.

Quadro 121: Sociedades segundo a CAE no Distrito de Viseu em 2006

Unidade Territorial	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	M a O	Total
Portugal	11018	1052	49566	684	55174	120821	36541	24393	2666	79951	34503	416369
Armamar	17	1	13	0	18	38	18	10	1	12	5	133
Carregal do Sal	17	1	63	0	39	82	20	9	0	41	17	289
Castro Daire	7	9	50	1	56	107	27	45	2	26	20	350
Cinfães	12	1	34	1	130	103	28	28	1	31	21	390
Lamego	41	2	45	1	105	214	48	33	5	81	51	626
Mangualde	16	5	86	1	70	172	32	70	2	51	33	538
Moimenta da Beira	23	1	22	1	46	97	18	26	2	31	16	283
Mortágua	47	0	45	1	32	86	18	21	2	26	18	296
Nelas	12	3	52	1	66	111	41	31	4	55	27	403
Oliveira de Frades	29	0	63	1	64	125	38	34	2	66	10	432
Penalva do Castelo	11	3	18	0	36	19	5	19	0	8	4	123
Penedono	5	1	4	0	7	12	5	6	0	3	5	48
Resende	4	0	20	0	33	67	13	16	1	18	10	182
Santa Comba Dão	18	0	50	0	54	99	32	22	4	39	25	343
São João da Pesqueira	48	2	18	0	13	45	10	9	1	24	10	180
São Pedro do Sul	19	3	51	0	43	116	45	29	3	48	25	382
Sátão	16	2	44	0	74	59	19	30	1	24	14	283
Sernancelhe	6	3	22	0	20	32	12	17	0	10	8	130
Tabuaço	24	1	6	0	22	32	10	16	2	8	8	129
Tarouca	9	1	23	0	39	57	11	9	4	21	10	184
Tondela	49	2	105	2	84	240	51	54	2	90	49	728
Vila Nova de Paiva	8	0	9	2	14	39	9	14	0	10	9	114
Viseu	57	10	339	3	521	1266	312	148	24	575	324	3579
Vouzela	27	1	43	1	56	59	29	20	0	15	10	261
TOTAL DISTRITO	522	52	1225	16	1642	3277	851	716	63	1313	729	10406

Fontes: Anuário Estatístico Região Centro, 2006

Anuário Estatístico Região Norte, 2006

Legenda:

A: Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura

B: Pesca

C: Indústria Extractiva

D: Indústrias Transformadoras

E: Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água

F: Construção

G: Comércio por Grosso e a Retalho

H: Alojamento e Restauração (actividades similares)

I: Transportes, Armazenagem e Distribuição

J: Actividades Financeiras

K: Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas

L: Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória

M: Educação

N: Saúde e Acção Social

O: Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais

Relativamente ao número de trabalhadores existentes nas sociedades de acordo com a CAE, o facto mais significativo é que tanto no caso português como no distrito de Viseu, o sector que apresenta um maior número de trabalhadores é o das indústrias transformadoras, contrastando com a maior predominância de estabelecimentos comerciais. Quer isto dizer que tendencialmente na área comercial existem mais pequenos negócios enquanto as sociedades ligadas às indústrias transformadoras têm um maior porte. De qualquer forma, o sector comercial é a segunda área com maior número de pessoal, tanto em Viseu como em Portugal. Salienta-se ainda que o número de trabalhadores em sociedades no distrito de Viseu é relativamente reduzido quando comparado com os números em território nacional, constituindo apenas 2,2% do mesmo.

Quadro 122: Pessoal ao serviço das Sociedades por CAE e Concelho em 2005

Unidade Territorial	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	M a O	Total
Portugal	45421	13801	771431	16258	376736	620828	191749	181274	80755	399329	201447	2899029
Armamar	46	---	133	0	147	112	26	17	---	26	---	539
Carregal do Sal	67	---	1020	0	243	308	76	---	0	370	40	2155
Castro Daire	10	82	335	---	400	401	94	212	---	47	36	1621
Cinfães	29	---	140	---	2025	277	102	52	---	108	54	2790
Lamego	290	---	350	---	953	906	183	200	34	393	164	3481
Mangualde	30	88	3436	---	444	646	194	1403	---	146	97	6514
Moimenta da Beira	43	---	200	---	189	364	29	42	---	51	89	1010
Mortágua	226	0	736	---	257	368	44	48	---	54	73	1808
Nelas	52	---	1276	---	608	400	143	135	23	98	96	2870
Oliveira de Frades	401	0	1673	---	407	518	137	137	---	118	19	3421
Penalva do Castelo	39	36	155	0	214	58	10	147	0	31	9	699
Penedono	1	---	4	0	26	47	9	7	0	0	---	102
Resende	---	0	114	0	214	162	57	13	---	35	29	647
Santa Comba Dão	48	0	798	0	365	391	104	41	3	80	97	1927
São João da Pesqueira	188	---	100	0	97	135	36	13	---	57	27	718
São Pedro do Sul	69	3	675	0	228	469	206	43	36	119	402	2250
Sátão	28	---	445	0	376	214	47	66	---	43	57	1307
Sernancelhe	9	24	258	0	103	102	40	33	0	11	24	604
Tabuaço	67	---	73	0	184	87	22	12	---	11	11	500
Tarouca	23	---	275	0	433	209	39	9	---	735	16	1753
Tondela	395	---	2381	---	631	1056	213	168	---	293	249	5451
Vila Nova de Paiva	21	0	38	---	59	133	19	---	0	29	17	341
Viseu	206	184	3454	34	3486	5941	1479	640	76	1522	2893	19915
Vouzela	129	---	629	---	522	221	46	116	0	26	34	1730
TOTAL DISTRITO	2417	417	18698	34	12611	13525	3355	3554	172	4403	4533	64153

Fontes: Anuário Estatístico Região Centro, 2006

Anuário Estatístico Região Norte, 2006

---: Dados não fornecidos

Legenda:

A: Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura

B: Pesca

C: Indústria Extractiva

D: Indústrias Transformadoras

E: Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água

F: Construção

G: Comércio por Grosso e a Retalho

H: Alojamento e Restauração (actividades similares)

I: Transportes, Armazenagem e Distribuição

J: Actividades Financeiras

K: Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas

L: Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória

M: Educação

N: Saúde e Acção Social

O: Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais

9.3- Conclusões

- Aumento do número de estabelecimentos no distrito;
- Tecido industrial em boa escala nos concelhos de Mangualde, Tondela e Viseu;
- Forte aposta no comércio;
- Existência de apoios por parte de empresas nacionais e distritais aos indivíduos que querem criar o próprio emprego;
- Número reduzido de estabelecimentos, empresas e sociedades face à média;
- Fraca estabilidade das pequenas empresas;
- Fraca aposta empresarial no norte do distrito;
- Pouco investimento das grandes empresas no distrito, sendo que apenas uma tinha mais que 1000 trabalhadores em todo o distrito em 2003.

CONCLUSÕES

O objectivo primordial deste trabalho foi o de dar, em traços gerais, uma visão sobre o estado do Distrito de Viseu na última década com base em indicadores explicativos da actualidade aos mais diversos níveis: população, saúde, educação, emprego e condições de trabalho, produto e rendimento, habitação, consumo e bem-estar, protecção social e tecido económico e empresarial. Com isso, tentámos identificar quais os principais problemas da região e os eixos de intervenção prioritários face a eles. Para tal, utilizámos como elemento comparativo o próprio país, isto é, quando se estava, por exemplo, a analisar uma determinada taxa ou uma média, verificávamos como estava a situação do distrito de Viseu face ao país. Se estivesse numa situação mais positiva, então admitíamos esse factor como uma potencialidade do distrito, enquanto se fosse o contrário o consideraríamos um constrangimento. Só muito pontualmente foi usada outra escala de referência, uma vez que os documentos que tínhamos ao nosso dispor e os que fomos entretanto pesquisando nos davam acima de tudo dados nacionais, subdivididos pelas diversas NUTS. Assim, tornava-se difícil encontrar outros pontos de referência, correndo ao mesmo tempo o risco, se o fizéssemos, de enviesar a pesquisa e torná-la menos rigorosa. Desta forma, pudemos detectar quais as principais semelhanças e assimetrias no distrito de Viseu face a Portugal.

Destacamos ainda o facto de termos procurado diversos pontos de pesquisa, embora tendo o INE como ponto de referência geral. No entanto, em diversos casos, nomeadamente aquando da análise de temas específicos, verificámos que existiam vários organismos com dados considerados prementes e enriquecedores para o estudo. Por exemplo, no capítulo da saúde, o Ministério da Saúde foi um dos organismos a cujo site recorremos, tendo feito o mesmo com o Ministério da Educação, o IEFP, a Segurança Social, nos capítulos da Educação, Emprego e Condições de Trabalho e Protecção Social. Devido a essa circunstância, em diversos casos utilizámos anos de análise dos dados diferentes, utilizando aqui como critérios, por um lado, a busca dos dados mais actuais, e por outro, a procura dos dados mais pertinentes face ao que pretendíamos num dado momento, tentando sempre encontrar a informação mais completa. Aqui tentámos evitar também a descoincidência dos dados.

Assim, como principais do estudo, observámos que o distrito de Viseu se pauta por alguma heterogeneidade, patente, sobretudo entre o Sul e o Norte do Distrito, sendo que o primeiro, mais próximo do litoral, tem em geral características que lhe permitem atingir traços de desenvolvimento mais próximos dos existentes no meio urbano e possui no geral uma maior densidade populacional face ao norte e mais focos de indústria. O norte do distrito pauta-se por concelhos muito mais desertificados e envelhecidos, sendo o isolamento maior quanto maior seja também o grau de interioridade, dificultando isto o acesso a todo o tipo de bens, tais como a cultura, a indústria, as empresas, as condições económicas, as escolas e universidades ou os hospitais, por exemplo, e condicionando os modos de vida destas populações em contraste com a realidade dos concelhos mais a sul. Isto leva a que alguns escolham a emigração como forma de tentar melhorar as suas condições de vida face à falta de oportunidades existentes nos seus locais de origem. Porém, a emigração não é acompanhada pela

imigração, que tem índices muito baixos no distrito. O povo que mais imigra para o distrito de Viseu é o brasileiro, concentrado acima de tudo na capital de distrito. O envelhecimento vai-se assumindo como um drama em quase todos os concelhos, sendo que o decréscimo populacional que se vai verificando está a levar gradualmente à desertificação de algumas áreas. Deve-se isto também ao facto de a renovação das gerações não ser uma prática corrente, havendo cada vez mais idosos e cada vez menos jovens e, dos que existem, muitos tentarem a sorte nos centros urbanos ou no estrangeiro.

A cidade de Viseu, capital de distrito, é a única que se pode assumir como sendo uma cidade com traços realmente urbanos. É o concelho com um razoável dinamismo demográfico e, obviamente, a cidade onde se concentra um volume maior de população.

Uma outra característica da população de Viseu é o peso da Igreja Católica na sociedade, constatada, por exemplo, no número de casamentos existentes e na baixa taxa de divórcio que daí advém, contrariando a tendência dos centros urbanos a esse nível.

No que diz respeito à saúde, deparamo-nos com uma baixa taxa de suicídio, embora em períodos de crise os valores sejam um pouco mais alarmantes, mas sem grande expressão no distrito. Paralelamente tem havido um aumento gradual da esperança de vida. Contudo, há vários aspectos menos positivos e que merecem destaque. Assim, a falta de condições económicas da população residente impede as visitas mais regulares aos médicos, que por vezes são necessárias, levando ao aparecimento mais frequente de doenças que poderiam ser facilmente evitadas. Além das dificuldades económicas existem igualmente dificuldades de deslocação- existem apenas dois hospitais oficiais em todo o distrito, situados em Viseu e em Tondela, o que leva a que muitas pessoas tenham que se deslocar, embora muitas não tenham meio de transporte próprio. A alternativa é o recurso aos centros de saúde, existentes em todos os concelhos, mas que implicam outros custos. Os médicos são também relativamente escassos, sendo impossível em muitos concelhos ter acesso a especialistas em determinadas áreas da medicina. Os médicos em maior número são os da medicina geral, mas, por exemplo, para consultar um oftalmologista, é necessária uma deslocação a Viseu, o que permite compreender a distribuição pouco regular dos médicos em determinadas especialidades. Mesmo assim, o número de doenças transmissíveis de declaração obrigatória tem vindo a diminuir, apesar de o investimento do Estado na Saúde na região não ser tão acentuado como em outros distritos, significando isto uma boa capacidade de intervenção dos médicos apesar da escassez e uma melhoria da qualidade de vida pela menor propensão a determinadas doenças.

A taxa de alcoolismo existente no distrito é consideravelmente elevada. Este factor deve-se ao facto de estarmos numa região produtora de vinho de qualidade reconhecida ao nível nacional e internacional, o Dão e o Douro, sendo o seu consumo uma prática regular entre uma boa quantidade da população residente.

O número de acidentes de trabalho em relação aos grandes centros não se tem afigurado como muito elevado, estando, mesmo assim no topo dos distritos do interior do país com mais acidentes de trabalho.

Na educação, os sinais não são muito favoráveis, uma vez que a taxa de analfabetismo é ainda muito elevada face à média nacional. Para muitos estudar não é ainda uma prioridade, e, para aqueles que é, muitas vezes vêm nisso uma missão difícil, uma vez que a sua mão de obra é muitas vezes utilizada como apoio ao trabalho familiar, provocando um abandono prematuro da escola. Armamar, Penedono e Sernancelhe são três concelhos que não têm escolas públicas além do 9º ano, o que significa que quem quiser estudar no ensino secundário tem que se deslocar aos concelhos vizinhos. Quanto ao ensino superior, existem universidades em Lamego, Mangualde e Viseu, sendo que em Lamego e Viseu existem estabelecimentos públicos. Neste âmbito existe uma distribuição geográfica razoável, uma vez que o distrito é composto por localidades pequenas e nem todas têm capacidades nem procura suficiente para ter ensino superior, predominante essencialmente nas cidades e nos centros urbanos. Apesar de, por vezes, os cursos pretendidos pelos indivíduos não existirem no distrito, o que pode implicar a deslocação para outras regiões, é positiva a existência de uma universidade pública no norte e outras em Viseu.

Há também 14 escolas profissionais, que permitem o adquirir de um conhecimento mais prático e virado para o mercado de trabalho, embora um dos principais problemas seja precisamente a discrepância entre o grau e o tipo de qualificação dos indivíduos e as necessidades reais do mercado de trabalho.

É aqui também positiva a feminização do ensino, que atribui à mulher novos papéis ao nível social e poderá permitir-lhe novos horizontes e a concretização de novos objectivos de vida caso se continue a verificar uma maior abertura por parte da sociedade.

Em relação ao emprego, o constrangimento que merece, em primeiro lugar, realce, é a percentagem muito baixa relativa às taxas de actividade no distrito. Menos de metade da população residente é considerada população activa, não estando em condições de entrar no mercado de trabalho. Para os considerados activos e com poucas possibilidades de encontrar trabalho, o mercado social de emprego tem vindo a funcionar como uma ajuda no aumento dos seus rendimentos, essencialmente através dos programas ocupacionais para subsidiados e para carenciados. A falta de qualificações dos indivíduos provoca dificuldades na obtenção de um emprego, sendo que hoje em dia a escolaridade mínima obrigatória é o 9º ano e muitos ainda não o obtiveram. O sector terciário existe em maior escala, sendo também o mais bem pago. Há que realçar que há uma maior quantidade de homens empregados no sector secundário e de mulheres no terciário, tendo o primário cada vez menos expressão, embora existam alguns concelhos com características marcadamente rurais.

Entre os desempregados há uma maior quantidade de mulheres, o que prova que o mercado de trabalho não está ainda tão preparado como se desejaria para receber mão de obra feminina, havendo tendência para associar as mulheres apenas a determinados tipos de trabalho e considerá-las inaptas para o

exercício de algumas tarefas, não sendo a abertura da sociedade face à entrada das mulheres no mercado de trabalho tão grande quanto se poderia pensar.

Em relação aos desempregados de longa duração apresentamos resultados alarmantes, devido à falta de oportunidades de emprego compatíveis com o tipo de desempregados existente.

Há igualmente uma elevada taxa de exploração do trabalho infantil face à média nacional, sendo que Viseu, apesar de ter havido uma diminuição do trabalho infantil, se cota ainda como o terceiro distrito onde em média esta forma de exploração de menores é mais veemente, logo depois dos grandes centros.

Quanto à protecção social, considerando-se que os idosos são cada vez mais à medida que o tempo passa, verifica-se que todos os concelhos do distrito têm equipamentos de apoio aos mesmos. Contudo, com o previsível aumento do número de idosos na próxima década, será pertinente questionar se daqui a dez anos poderá ser possível acolher os idosos e simultaneamente proporcionar-lhes, na medida do possível alguma qualidade de vida, sabendo-se que, já de si, isso é difícil, uma vez que a ida para um lar implica necessariamente uma certa alteração nos hábitos e nos modos de vida de quem nele passa a residir.

Destaca-se aqui ainda a ausência de equipamentos de apoio aos toxicodependentes e aos indivíduos portadores do vírus da sida e a escassez de equipamentos destinados à família e comunidade. Embora não existam estatísticas a confirmar se, nos dois primeiros casos, existem muitos indivíduos nestas circunstâncias, é um facto que eles existem, devendo ser uma das prioridades a criação de infraestruturas a esse nível.

Outro indicador que merece destaque é o dos subsídios. No caso dos subsídios de maternidade, paternidade e doença, os valores médios são inferiores aos nacionais apesar do número de mães, pais e indivíduos com doenças profissionais. Relativamente ao subsídio de desemprego, há um maior número de mulheres com acesso a ele, mas o valor pago é superior no caso dos homens, o que deixa antever que os empregos para indivíduos do sexo masculino são mais bem remunerados do que os do sexo feminino.

Alarmante é também o número de indivíduos com acesso ao Rendimento Social de Inserção, sobretudo os jovens e os indivíduos com mais de 55 anos, o que pressupõe que não há um aproveitamento da experiência da população mais idosa para o mercado de trabalho, sendo que estes, muitas vezes sem outra fonte de rendimento e sem subsídio de desemprego, se vêem forçados a recorrer àquele tipo de subsídio. Em simultâneo, os jovens têm dificuldades ao nível financeiro e de empregabilidade, tendo também que assumir cedo responsabilidades familiares, levando-os a solicitar esse rendimento extra à Segurança Social. Para tentar minimizar estas situações tem havido um maior investimento do Estado na protecção social, sendo preciso ter em conta que as necessidades das populações são também cada vez mais.

O distrito, à semelhança do país, caracteriza-se acima de tudo pela proeminência das pequenas empresas, resultantes do investimento pessoal ou do apoio financeiro de instituições como o IEFP ou o IAPMEI. Contudo, a estabilidade nem sempre é a desejada, levando ao fechamento de muitos desses empreendimentos. A aposta empresarial tem sido superior no sul do distrito relativamente ao norte, a que não será alheio a tendência para o envelhecimento e desertificação no norte, o que afasta as oportunidades de negócios e estabilidade. Há pouco investimento de empresas de grande porte em Viseu, sendo que há apenas um caso de uma empresa com mais de 1000 trabalhadores. O tecido industrial é mais predominante em Mangualde, Tondela e Viseu.

BIBLIOGRAFIA

- Comissão Europeia, Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia, 2006
- Dão Lafões- uma caracterização estatística- cadernos regionais região centro, 2001 nº13
- Decreto Regulamentar n.º 6/2001, de 5 de Maio
- Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro
- Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento- Ministério da Segurança Social e do Trabalho, 2000
- Diário de Notícias 9/2/2006
- Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, Estatísticas em Síntese, Quadros de Pessoal, 2005
- Direcção Geral de Saúde, Direcção de Serviços de Informação e Análise, Divisão de Epidemiologia, *Doenças de Declaração Obrigatória 2001-2005*
- Direcção Geral de Saúde, *Elementos Estatísticos da Saúde/2004*, Direcção Geral de Informação e Análise, Setembro 2006
- Direcção Geral de Viação- *Estatísticas da Sinistralidade no Distrito de Viseu em 2006*
- Direcção Geral de Viação- *Estatísticas da Sinistralidade- Relatório Anual 2006*
- DPC- Relatório de Execução Financeira do PIDDAC, 2004
- Eduardo Ferreira, Helena Rato, Maria João Mortágua, *Viagens de Ulisses- Efeitos da Imigração na Economia Portuguesa*, Universidade Autónoma de Lisboa, 2004
- Ferrão, João (2002) "Portugal, três geografias em recombinação. Espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais" in *Lusotopie 2*
- Gabinete Estratégia e Estudos do Ministério de Economia, Indicadores de Globalização Económica, Competitividade, BMAE de Abril de 2006

- Governo Civil de Viseu, O Distrito em Números: Contribuições para uma Caracterização Económico-Social, 2005
- Governo Civil de Viseu, Viseu: o Distrito num click, 2007
- IEFP, Direcção de Serviços de Planeamento e Controlo de Gestão, Indicadores de Actividade, Emprego
- IEFP, Estatísticas Mensais Março de 2007
- IEFP, Estatísticas Mensais Março de 2008
- IGT, Relatório do Trabalho de Menores em Situação Ilegal, 2001
- INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2003
- INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2003
- INE, Anuário Estatístico Região Centro 2006
- INE, Anuário Estatístico Região Norte 2006
- INE, Base de Dados, Óbitos (Nº) por Local de Residência e causas de morte externa, 2005
- INE, Contas Regionais, 2002
- INE, Contas Regionais, 2003
- INE, Destaque, "Emigração em Portugal- 2003"
- INE, Destaques, Principais Tendência evidenciadas pelos resultados provisórios dos Censos 2001
- INE, Estatísticas Demográficas 2000
- INE, Estatísticas do Comércio Internacional, 2003
- INE, Estatísticas do Comércio Internacional, 2004
- INE, Estatísticas Protecção Social 2001

- INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, 2002
- INE, Inquérito ao Emprego, 2002
- INE, Inquérito ao Emprego, 2006
- INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000
- INE, Maria José Carrilho, População activa: conceito e extensão através dos censos – 1996
- INE, recenseamento geral da população e habitação (resultados definitivos)
- INE, Retrato Territorial de Portugal 2005
- INE, Retrato Territorial de Portugal, 2004
- INE, Revista de Estudos Demográficos, Cristina Gonçalves e Maria José Carrilho, “Envelhecimento Crescente mas espacialmente Desigual, 2º Semestre de 2006
- Instituto da Segurança Social, Tipificação das Situações de Exclusão Social em Portugal, Janeiro de 2005.
- Lei nº 13/2003 de 21 de Maio
- Ministério da Economia, Gabinete de Gestão Financeira, Regionalização: Óptica administrativa- Totais por Distritos e Ilhas, 2005
- Ministério da Educação, Estatísticas da Educação- Acção Social Escolar, Ano Lectivo 1999-2000
- Ministério da Educação, Estatísticas da Educação, 2004/2005
- Ministério da Segurança Social e do Trabalho, *Inserção Precoce no Mercado de Trabalho- Um Estudo de Casos*, SIETI- Sistema de Informação Estatística sobre o trabalho Infantil, 2004
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social- Acidentes de Trabalho, Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, 2003
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Direcção - Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DEEP), Estatísticas em Síntese, Acidentes de Trabalho, 2001

- Mota, António e Custódio, Clara, Finanças da Empresa: Manual de Informação, Análise e Decisão Financeira para Executivos, Booknomics, 2006

- MSST, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Mercado Social de Emprego: Análise Comparativa no Continente 2001-2003

- MSST, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Mercado Social de Emprego em Portugal- 1º Trimestre de 2004

- MSST, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade, Estatísticas da Segurança Social

- MTSS, Rede Serviços e Equipamentos, Carta Social 2005, Gabinete de Estratégia e Planeamento

- O Suicídio em Portugal: uma Análise espaço- temporal- Maria Lucília Carvalho e Isabel C. Natário in INE, Revista de Estatística, 3º Quadrimestre de 1998

- PESSOA, Jadir de M. Aprender e ensinar no cotidiano de assentados rurais em Goiás. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 10, 1999

- Plano Nacional de Acção, Ambiente e Saúde, Maio de 2007

- Serviço Estrangeiros e Fronteiras, Estatísticas 2005

- Sociedade Portuguesa de Suicidologia, *Comportamentos Suicidários- Dados da Consulta de Prevenção do Suicídio nos Hospitais da Universidade de Coimbra (1992-2002)*, Estudo e Investigação, 2003

- Tânia Costa, *Taxa de Suicídio cresceu 100% em apenas dois anos*” Jornal de Notícias, 29 de Setembro de 2006

- www.airv.pt

- www.anmp.pt

- www.apf.pt

- www.cnasti.pt

- www.crac.min-saude.pt

- www.dgs.pt

- www.gef.min-edu.pt
- www.gov-civil-viseu.pt
- www.iapmei.pt
- www.iefp.pt
- www.peeti.idict.gov.pt;
- www.portaldasaude.pt
- www.seg-social.pt
- www.wikipedia.org

GLOSSÁRIO⁵¹

ABANDONO ESCOLAR (PERCENTAGEM): Indivíduos em idade de escolaridade obrigatória (dos 6 aos 15 anos) que abandonaram a escola antes de completar o 9º ano de escolaridade, por cada 100 indivíduos dos 6 aos 15 anos

ABASTECIMENTO DE ÁGUA: Conjunto coerente de órgãos interligados que, no seu todo, tem como função fornecer água para consumo humano, em quantidade e qualidade adequadas. Consideram-se quantidade e qualidade adequadas aquelas que satisfazem as exigências quantitativas que são estabelecidas na normativa local e na legislação nacional aplicável. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, rede de distribuição.

ACÇÃO FORMATIVA: Conjunto de actividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades práticas, atitudes e formas de comportamento exigidas para o exercício das funções próprias duma profissão ou grupo de profissões em qualquer ramo de actividade económica.

ACÇÃO SOCIAL: "Forma" de protecção social, integrada no sistema de segurança social, destinada a prevenir determinadas situações de carência económica ou social e assegurar especial protecção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, deficientes e idosos, bem como a outras pessoas nas situações acima mencionadas, quando estas situações não sejam ou não possam ser superadas através dos regimes de segurança social.

ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: Resultam de um conjunto de actividades devidamente planeadas e estruturadas, visando a aquisição de conhecimentos e capacidades exigidas para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões. Consideram-se, as acções com duração igual ou superior a 4 horas, podendo estas assumir a forma de cursos, seminários, conferências, etc.

ACIDENTE COM VÍTIMAS: Todo o acidente de viação em que pelo menos uma pessoa tenha ficado ferida ou morta.

ACIDENTE DE TRABALHO: Todo o acontecimento inesperado e imprevisto, incluindo os actos de violência derivados do trabalho ou com ele relacionados, do qual resulte uma lesão corporal, uma doença ou a morte de um ou vários trabalhadores. São também considerados acidentes de trabalho os acidentes de viagem, de transporte ou de circulação, nos quais os trabalhadores ficam lesionados e que ocorrem por causa, ou no decurso do trabalho, isto é, quando exercem uma actividade económica, ou estão a trabalhar, ou realizam tarefas para o empregador.

⁵¹ www.ine.pt

ACIDENTE DE TRAJECTO: Acidente que ocorre no trajecto habitualmente efectuado pelo trabalhador, qualquer que seja a direcção na qual se desloca, entre o seu local de trabalho ou de formação profissional ligada à sua actividade económica, e: i) a sua residência habitual ou ocasional; ii) o local onde toma normalmente as suas refeições, ou iii) o local onde recebe normalmente o seu salário, do qual resulta a morte ou lesões corporais.

ACIDENTE DE VIAÇÃO: Acontecimento fortuito, súbito e anormal ocorrido na via pública em consequência da circulação rodoviária, de que resultem vítimas ou danos materiais, quer o veículo se encontre ou não em movimento (inclusivamente à entrada ou saída para o veículo e ou no decurso da sua reparação ou desempanagem).

ACIDENTE MORTAL: Todo o acidente de viação em que pelo menos uma pessoa tenha morrido.

ACOLHIMENTO FAMILIAR: Prestação de acção social que consiste em fazer acolher, temporária ou permanente, em famílias consideradas idóneas, crianças e jovens cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função sócio educativa, pessoas idosas ou pessoas adultas com deficiência. Conforme o estrato populacional a que se destina, assim a prestação se designa por "acolhimento familiar a crianças e jovens", "acolhimento familiar a idosos" e "acolhimento familiar a adultos com deficiência".

ACTIVIDADE ECONÓMICA: Resultado da combinação dos factores produtivos (mão-de-obra, matérias primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos factores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a actividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens ou serviços).

ACTIVIDADE SAZONAL: Actividade exercida, apenas numa determinada época do ano.

AGREGADO FAMILIAR: Para efeitos de atribuição ou de determinação do montante das prestações de Segurança Social em que o requerente tem que apresentar documentação comprovativa relativa aos seus recursos económicos, com o objectivo de se verificar se reúne as condições exigidas pela lei, considera-se, na generalidade, como agregado familiar o grupo de indivíduos, vinculados por relações jurídicas familiares, que vivem em comunhão de mesa e habitação com o requerente e em economia familiar com o mesmo.

ALOJAMENTO: Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a habitação, na condição de, no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins.

Por distinto e independente pretende-se significar o seguinte: Distinto - significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de

indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da colectividade. Independente - significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

ALOJAMENTO COLECTIVO: Local que, pela forma como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a alojar mais do que uma família e que no momento de referência está ocupado por uma ou mais pessoas independentemente de serem residentes ou apenas presentes não residentes. Como alojamento colectivo entende-se os hotéis, pensões e similares e as convivências.

ALOJAMENTO FAMILIAR: Local distinto e independente que pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a alojar, normalmente, apenas uma família na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins. Os alojamentos familiares podem ser de dois tipos: alojamento familiar clássico e alojamento familiar não clássico.

ALOJAMENTO FAMILIAR CLÁSSICO: Local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural), que considerando a maneira como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado se destina a servir de habitação, normalmente, apenas de uma família/agregado doméstico privado. Deve ter uma entrada independente que dê acesso (quer directamente, quer através de um jardim ou um terreno) a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, etc.). As divisões isoladas, manifestamente construídas, ampliadas ou transformadas para fazer parte do alojamento familiar clássico/fogo são consideradas como parte integrante do mesmo.

ALOJAMENTO FAMILIAR NÃO CLÁSSICO: Todo o local que, no momento de referência está ocupado por pessoas e que não satisfaz inteiramente as condições de alojamento clássico. Estão compreendidos, nesta categoria: barraca, alojamento móvel, casa rudimentar de madeira, alojamento improvisado em construção não destinada à habitação e outros locais não destinados à habitação (grutas, vãos de escada, pontes, etc.)

ALOJAMENTO SUPERLOTADO: Alojamento com déficit de divisões em relação às pessoas que nele residem, de acordo com o índice de lotação.

ALUNO MATRICULADO: Indivíduo inscrito num estabelecimento de ensino no final de cada ano lectivo.

ANALFABETO: Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, o indivíduo incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa.

ÁREA TOTAL: Superfície total medida em quilómetros quadrados.

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL: Associação sem fins lucrativos, que representa e defende os interesses de um determinado grupo de empresários ou de uma determinada actividade empresarial.

BENEFICIÁRIO DE PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO: Total de beneficiários da Segurança Social a quem foi processada uma prestação de desemprego.

CAMAS DE INTERNAMENTO POR 1 000 HABITANTES: Número de camas de hospitais e de centros de saúde com internamento referido à população residente estimada par o final do ano.

CASAMENTO: Contrato celebrado entre duas pessoas, de sexo diferente que pretendem constituir família, mediante uma comunhão de vida.

CAUSA DE MORTE EXTERNA (MORTE NÃO NATURAL): Factores externos responsáveis pelo estado patológico causador do óbito, nomeadamente por tipo de suicídio, tipo de acidente, tipo de homicídio, catástrofe natural e outros.

CENTRO DE SAÚDE: Estabelecimento público de saúde, que visa a promoção da saúde, prevenção da doença e a prestação de cuidados, quer intervindo na primeira linha de actuação do serviço Nacional de Saúde, quer garantindo a continuidade de cuidados, sempre que houver necessidade de recurso a outros serviços e cuidados especializados. Dirige a sua acção de grupos e da comunidade, através dos cuidados que, aos seu nível, sejam apropriados, tendo em conta as práticas recomendadas pelas orientações técnicas em vigor, o diagnóstico e o tratamento da doença, dirigindo globalmente a sua acção ao indivíduo, à família e à comunidade. Pode ser dotado de internamento.

COMÉRCIO A RETALHO: Compreende a actividade de revenda a retalho (sem transformação), de bens novos ou usados, feita em estabelecimentos, em feiras e mercados, ao domicílio, por correspondência, em venda ambulante e por outras formas, destinados ao consumo público em geral, empresas e outras instituições.

CONJUNTURA ECONÓMICA: Estimção e análise do movimento económico sobre o passado recente (seis meses a um ano) e o presente, e a previsão deste movimento num horizonte que pode ser igualmente de seis meses a um ano.

CONSULTAS MÉDICAS POR HABITANTE: Número de consultas médicas em hospitais e centros de saúde referido à população residente estimada para o ano.

DENSIDADE POPULACIONAL: Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).

DESEMPREGADO DE LONGA DURAÇÃO: Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 12 meses ou mais. Nos casos dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do período de tempo de procura de emprego (12 meses ou mais) é feita a partir da data de inscrição no Centros de Emprego.

DIVISÃO: Espaço num alojamento/fogo, delimitado por paredes tendo pelo menos 4 metros de altura, na sua maior parte. Embora possam satisfazer as condições de definição não considerados como tal: corredores, varandas, marquises, casa de banho, despensas e vestíbulos e a cozinha se tiver menos de 4m.

DIVÓRCIO: Dissolução legal e definitiva do vínculo do casamento, conferindo às partes o direito de tornarem a casar.

DOENÇA DE DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA: Doença, constante de lista periodicamente revista e aprovada por diploma legal, que deve ser notificada à entidade competente por qualquer médico que a diagnostique, tanto em caso de doença como em caso de óbito.

DOENÇA PROFISSIONAL: Doença que afecta um trabalhador que tenha estado exposto ao respectivo risco pela natureza da actividade ou condições, ambiente e técnicas de trabalho habitual. Um trabalhador é reconhecido como doente profissional quando lhe é certificada uma doença profissional pelo Centro Nacional com base no parecer dos peritos médicos competentes.

EDIFÍCIO: Construção independente, coberta, limitada por paredes exteriores ou paredes meias que vão das fundações à cobertura, destinada a servir de habitação (com um ou mais alojamentos/fogos) ou outros fins.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: Educação ministrada às crianças de 3 e mais anos que não atingiram ainda a idade escolar obrigatória.

EMPREGO: Compreende todas as pessoas (tanto trabalhadores por conta de outrem como trabalhadores por conta própria) que exercem uma actividade produtiva abrangida pela definição de produção dada pelo sistema.

EMPRESA⁵²- Entidade económica que desenvolve uma determinada actividade, sendo constituída por uma sede social e estabelecimentos com localizações diversas;

⁵² www.iapmei.pt

ENSINO BÁSICO - 1º CICLO: Inclui o ensino primário (do 1º ao 4º ano de escolaridade).

ENSINO BÁSICO - 2º E 3º CICLOS: Inclui o ensino preparatório (5º e 6º anos de escolaridade) e o ensino unificado (7º, 8º e 9º anos de escolaridade).

ENSINO PROFISSIONAL (ESCOLAS PROFISSIONAIS): Cursos ministrados em Escolas Profissionais, destinados prioritariamente à qualificação técnica de mão de obra para o mercado de emprego local, com planos de formação com a duração de três anos lectivos, após o 9º ano de escolaridade. Conferem no final da formação um diploma de qualificação profissional de nível III e também um certificado de equivalência académica ao 12º ano de escolaridade. A componente de formação técnica, prática, artística e tecnológica pode atingir 50% do tempo total curricular. Acessoriamente organizam-se estes cursos para jovens sem o 3º ciclo completo do ensino básico, ou apenas com o certificado de conclusão do 6º ano de escolaridade.

Estes cursos têm também três anos de duração, conferindo certificação profissional nível 2, e equivalência ao 9º ano de escolaridade (escolaridade básica obrigatória).

ENSINO SECUNDÁRIO: Ensino secundário complementar (10º e 11º anos de escolaridade), o 12º ano de escolaridade, o ensino secundário liceal e o ensino secundário técnico- profissional.

ENSINO SUPERIOR: Inclui o ensino que exige como condição mínima de admissão o aproveitamento no 12º ano de escolaridade.

ENSINO SUPERIOR PÚBLICO POLITÉCNICO: Todos os cursos ministrados nos estabelecimentos de ensino politécnico, incluindo os cursos das escolas superiores de educação integradas nos institutos superiores politécnicos.

ENSINO SUPERIOR PÚBLICO UNIVERSITÁRIO: Entendem-se todos os cursos ministrados nos estabelecimentos de ensino universitário incluindo os cursos de formação de professores integrados nas Universidades.

ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA: número médio de anos que um indivíduo pode esperar viver, se submetido, desde o nascimento, às taxas de mortalidade observadas no momento (ano de observação).

ESTABELECIMENTO⁵³ - Unidade local que, sob um único regime de propriedade ou de controlo, produz exclusiva ou principalmente um grupo homogéneo de bens ou serviços num único local;

⁵³ www.iapmei.pt

ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: É uma instituição que presta serviços vocacionados para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas e actividades de apoio à infância.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: A unidade que, funcionando em uma ou mais instalações, agrupa alunos para lhes ser ministrado o ensino por um ou mais professores, uns e outros colocados sob uma única direcção administrativa e/ou pedagógica. No mesmo estabelecimento pode ser ministrado mais do que um ensino, sendo neste caso contado tantas vezes quantas os ensinosa que ministra.

EXTENSÃO DE CENTRO DE SAÚDE: Unidade periférica dos centros de saúde, situada em locais da sua influência, tendo em vista proporcionar uma proximidade e acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde.

FAMÍLIA ALARGADA: Diz respeito às situações em que coabitam dois ou mais núcleos familiares (conjugais ou monoparentais). Por exemplo: casal com um(a) filho(a), e o cônjuge deste(a) e seus filhos, dois irmãos casados e a respectiva descendência.

FAMÍLIA EXTENSA: São famílias compostas por um núcleo (que pode ser monoparental ou não) que tem uma “extensão”, isto é, conta com a presença de outros elementos. A “extensão” pode ser ascendente (por exemplo: casal com filhos e avô ou avó); pode ser lateral (por exemplo casal com filhos e uma tia) ou pode , ainda, ser descendente (por exemplo: casal com filhos e sobrinhos). A extensão pode ainda conjugar várias situações das anteriormente referidas, mas nunca pode constituir um outro núcleo. No caso a classificação correcta será de família alargada.

FAMÍLIA MONOPARENTAL: Mulher ou homem que coabita (unicamente) com os seus filhos.

FAMÍLIA NUCLEAR COM FILHOS: Família composta pelo casal e seus filhos.

FAMÍLIA NUCLEAR SEM FILHOS: Família composta pelo casal (homem e mulher).

FARMÁCIA: Estabelecimento de saúde, licenciado por alvará concedido pelo instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED), através de concurso público, apenas a farmacêuticos. O exercício da sua actividade está devidamente regulamentado, cabendo aos farmacêuticos, ou aos seus colaboradores, sob a sua responsabilidade, a função de preparar, controlar, conservar e dispensar medicamentos ao público. Pode ter, em condições especiais, um ou mais postos de medicamentos.

FARMÁCIAS POR 10 000 HABITANTES: Número de farmácias referido à população residente estimada para o final do ano.

FOGO: Edifício ou parte de um edifício destinado à habitação de uma só família. De um modo geral considera-se fogo a divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício, de carácter permanente ou uma parte distinta do edifício, do ponto de vista estrutural, que, considerando a maneira como foi construído, ampliado, transformado, se destina a servir de habitação privada.

HOSPITAL: Estabelecimento de saúde dotado de internamento, ambulatório e meios de diagnóstico e terapêutica, com o objectivo de prestar à população assistência médica curativa e de reabilitação, competindo-lhe também colaborar na prevenção da doença, no ensino e na investigação científica.

HOSPITAL OFICIAL: Hospital que é tutelado administrativamente pelo Estado, independentemente da propriedade das instalações. Pode ser: público – tutelado pelo Ministério da Saúde ou secretarias Regionais de Saúde; militar –tutelado pelo Ministério da Defesa nacional; paramilitar – tutelado pelo Ministério da Administração Interna; prisional – tutelado pelo Ministério da Justiça.

HOSPITAL PARTICULAR: Hospital cujas propriedade e administração são pertença de instituição privada, com ou sem fins lucrativos.

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO: Relação existente entre o número de idosos e a população jovem (número de residentes com 65 e mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos).

MÉDICOS POR 1 000 HABITANTES: Número total de médicos por concelhos de residência referido à população residente estimada para o final do ano.

ÓBITO: Cessação irreversível das funções do tronco cerebral.

ÓBITO POR CAUSA EXTERNA: Morte provocada por envenenamento, suicídio, homicídio e todos os tipos de acidentes.

PENSÃO: Prestação pecuniária de atribuição continuada nas eventualidades de morte (pensão de sobrevivência), invalidez, doença profissional e velhice.

PENSÃO DE INVALIDEZ: Prestação pecuniária concedida em vida dos beneficiários que havendo completado um prazo de garantia de 60 meses de registo de remunerações (para todos os regimes excluindo o regime de seguro social voluntário que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições) e antes de atingirem a idade de reforma por velhice, se encontrem, por motivo de doença ou acidente definitivamente incapacitados para trabalhar na sua profissão.

PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA: prestação pecuniária mensal concedida a familiares dos beneficiários cônjuges, ex-cônjuges, descendentes ou equiparados, ascendentes que à data da morte tenham

completado 36 meses de contribuições, pertencentes aos regimes acima referidos, excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições.

PENSÃO DE VELHICE: Prestação pecuniária mensal, concedida em vida dos beneficiários que tenham completado 15 anos civis com entrada de contribuições, com uma densidade contributiva de, pelo menos, 120 dias de registo de remunerações por ano (excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 144 meses com entrada de contribuições) e com idade mínima de 65 anos, para o sexo masculino. Para o sexo feminino a idade estava fixada em 62 anos até 1993 e, a partir de 1994 evoluiu de 62 para 65 com um aumento de 6 meses por ano civil.

PESSOAL DE ENFERMAGEM POR 1 000 HABITANTES: Pessoal de enfermagem por local de actividade referido à população residente estimada para o final do ano

POPULAÇÃO ACTIVA: . Inclui empregados (emprego civil e militares de carreira) e desempregados (à procura de 1º ou novo emprego).

POPULAÇÃO COM ENSINO MÉDIO OU SUPERIOR: População residente com curso médio ou superior completo.

POPULAÇÃO DESEMPREGADA: Abrange todos os indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, não tinham trabalho remunerado nem outro qualquer; que estavam disponíveis para trabalhar num trabalho remunerado ou não; que tinham procurado um trabalho nos últimos 30 dias, remunerado ou não.

POPULAÇÃO DESEMPREGADA À PROCURA DE NOVO EMPREGO: Abrange todos os indivíduos com idade mínima de 15 anos que, até ao período de referência, já tiveram emprego e que nessa altura estavam à procura de emprego.

POPULAÇÃO DESEMPREGADA À PROCURA DE 1º EMPREGO: Abrange todos os indivíduos com idade mínima de 15 anos que, até ao período de referência, nunca tiveram emprego e que nessa altura estavam à procura de emprego.

POPULAÇÃO EMPREGADA: Abrange todos os indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, tenham efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros. Engloba também os indivíduos que não estavam ao serviço à data da recolha de informação, mas mantinham uma ligação formal com o seu emprego, os indivíduos que tendo uma empresa não estavam temporariamente ao trabalho por uma razão específica e os indivíduos que, em situação de pré-reforma, se encontravam a trabalhar no período de referência.

POPULAÇÃO INACTIVA: Conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que no período de referência não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados, nem a cumprir o serviço militar obrigatório.

POPULAÇÃO RESIDENTE: Indivíduos independentemente de no momento de observação estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

POSTO DE MEDICAMENTOS: Dependente de uma farmácia que lhe serve, sendo o seu funcionamento da responsabilidade do farmacêutico director-técnico da farmácia. Tem condições especiais devidamente regulamentadas de instalação e funcionamento.

PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO (PIB pm): Representa o resultado final da actividade de produção das unidades produtivas residentes. É igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes sectores institucionais ou ramos de actividade, mais os impostos líquidos dos subsídios aos produtos (que não são afectados aos sectores e ramos de actividade). É igualmente o saldo da conta de produção total da economia.

PROFISSÃO: Ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.

REMUNERAÇÕES DOS EMPREGADOS: Definem-se como o total de remunerações, em dinheiro ou em espécie, a pagar pelos empregadores aos empregados como retribuição do trabalho prestado por estes últimos no período de referência. Incluem: salários e ordenados brutos (dinheiro ou em espécie), contribuições sociais a cargo dos empregadores (efectivas e imputadas).

SAÍDA ANTECIPADA (Percentagem): Indivíduos dos 18 aos 24 anos que saíram da escola antes de completar a escolaridade obrigatória (9º ano), por cada 100 indivíduos dos 18 aos 24 anos

SAÍDA PRECOCE (Percentagem): Indivíduos dos 18 aos 24 anos que saíram da escola antes de completar o secundário (12º ano), por cada 100 indivíduos dos 18 aos 24 anos

SITUAÇÃO NA PROFISSÃO: Relação de dependência ou independência de um indivíduo activo no exercício da profissão em função dos riscos económicos em que incorre e da natureza do controlo que exerce na empresa.

SOCIEDADE⁵⁴ - contrato em que se reúnem uma ou mais entidades para o exercício de uma determinada actividade com fins lucrativos

⁵⁴ www.iapmei.pt

TAXA DE ACTIVIDADE (POPULAÇÃO EM IDADE ACTIVA): Taxa que permite definir a relação entre a população activa e a população em idade activa (população com 15 e mais anos de idade).

TAXA DE ACTIVIDADE (POPULAÇÃO TOTAL): Taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população (número de activos por 100 habitantes).

TAXA DE ANALFABETISMO: Relação entre a população com 10 anos ou mais que não sabe ler e escrever e a população com 10 ou mais anos

TAXA DE DESEMPREGO: Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população activa /número de desempregados por 100 activos).

TAXA DE EMPREGO TOTAL (SOBRE O TOTAL DA POPULAÇÃO ACTIVA): Número de empregados por 100 activos.

TAXA DE DIVÓRCIO: Número de divórcios ocorridos durante o ano, referido à população residente desse ano (número de divórcios por 1 000 habitantes).

TAXA DE MORTALIDADE: Número de óbitos ocorridos durante o ano, referido à população média desse ano (número de óbitos por 1 000 habitantes).

TAXA DE NATALIDADE: Número de nados-vivos ocorridos durante o ano, referido à população desse ano (número de nados-vivos por 1 000 habitantes).

TAXA DE NUPCIALIDADE: Número de casamentos ocorridos durante o ano, referido à população desse ano (número de casamentos por 1 000 habitantes).

TAXA DE SUICÍDIO: Número de suicídios ocorridos durante o ano, por cada 100 000 habitantes.

TAXA MÉDIA DE MORTALIDADE INFANTIL: Número de óbitos com menos de um ano referido ao número de nados-vivos do mesmo período (número de óbitos com menos de um ano por 1 000 nados-vivos ocorridos no mesmo período).

TRABALHADOR POR CONTA DE OUTREM: Indivíduo que exerce uma actividade sob a autoridade e direcção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA: Indivíduo que exerce uma actividade independente, isolado, com um ou vários associados, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados e potenciais) provenientes de bens, serviços produzidos e que, habitualmente não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para com ele trabalhar(em). Os associados podem ser ou não, membros do agregado familiar.

VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS DE BASE (VABpb): Constitui o resultado líquido da produção avaliada a preços de base e diminuída do consumo intermédio avaliado a preços de aquisição.

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADROS

Enquadramento Territorial

Quadro nº1- Concelhos do Distrito de Viseu segundo Tipificação Inclusão/ Exclusão

Quadro nº 2- Concelhos do Distrito de Viseu segundo Tipificação Urbano/ Rural

Quadro nº3- Concelho de Armamar: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº4- Concelho de Carregal do Sal: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº5- Concelho de Castro Daire: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº6- Concelho de Cinfães: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº7- Concelho de Lamego: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº8- Concelho de Mangualde: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº9- Concelho de Moimenta da Beira: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº10- Concelho de Mortágua: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº11- Concelho de Nelas: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº12- Concelho de Oliveira de Frades: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº13- Concelho de Penalva do Castelo: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº14- Concelho de Penedono: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº 15- Concelho de Resende: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº 16- Concelho de Santa Comba Dão: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº 17- Concelho de São João da Pesqueira: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº 18- Concelho de São Pedro do Sul: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº 19- Concelho de Sátão: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº 20- Concelho de Sernancelhe: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº 21- Concelho de Tabuaço: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº 22- Concelho de Tarouca: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº 23- Concelho de Tondela: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº 24- Concelho de Vila Nova de Paiva: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº 25- Concelho de Viseu: Freguesias, Habitantes e Áreas

Quadro nº 26- Concelho de Vouzela: Freguesias, Habitantes e Áreas

População

Quadro nº 27- Densidade Populacional e População Residente entre 2001 e 2006 no Distrito de Viseu

Quadro nº 28- População residente, segundo Grupos Etários e Sexo, em 2006

Quadro nº 29- Indicadores Demográficos, 2006

Quadro nº 30- População residente com deficiência por Tipo de Deficiência por Concelho em 2001

Quadro nº 31- Total de Emigrantes por Distribuição Geográfica de Residência

Quadro nº 32- População Estrangeira Residente no Distrito de Viseu em 2005

Saúde

- Quadro nº 33- Infraestruturas de apoio à saúde no Distrito de Viseu em 2005
- Quadro nº 34- Distribuição dos médicos por especialidade no distrito de Viseu em 2005
- Quadro nº 35- Indicadores de saúde por concelho no distrito de Viseu em 2005
- Quadro nº 36- Total de Óbitos segundo o sexo e grupos etários por causas de morte (Capítulos da CID-10) em 2004
- Quadro nº 37- Acidentes e Vítimas no Distrito de Viseu- comparação entre 2005 e 2006
- Quadro nº 38- Acidentes e Vítimas segundo o Concelho no Distrito de Viseu em 2006
- Quadro nº 39- Acidentes de Trabalho por Distrito, Região Autónoma e Estrangeiro em 2003
- Quadro nº 40- Número de Suicídios segundo a Região em 2005
- Quadro nº 41- Alcoolismo no Distrito de Viseu em 2003
- Quadro nº 42- Número de receitas, de embalagens, de receitas e embalagens *per capita*, por sub-regiões de saúde em 2004
- Quadro nº 43- Total do Investimento Executado pelo Ministério da Saúde e Montante *per capita* por Regiões e Sub-regiões de Saúde

Educação

- Quadro nº 44- Taxa de Analfabetismo no Distrito de Viseu em 2001
- Quadro nº 45- População Residente segundo o Nível de Ensino Atingido e Sexo
- Quadro nº 46- Estabelecimentos de ensino por concelho segundo o ensino ministrado, 2005/2006
- Quadro nº 47- Alunos matriculados por concelho segundo o nível de ensino ministrado e a natureza do estabelecimento, 2005/2006
- Quadro nº 48- Pessoal Docente por concelho segundo o nível de ensino ministrado e a natureza do estabelecimento, 2005-2006
- Quadro nº 49- Taxa de Sucesso Escolar no Ensino Básico Regular e Secundário Regular por regiões em 2004/2005
- Quadro nº 50- Taxa de Abandono Escolar por Concelho no Distrito de Viseu em 2001
- Quadro nº 51- Investimento no Distrito de Viseu por Concelhos em 2005

Emprego e Condições de Trabalho

- Quadro nº 52- População Activa e Empregada no Distrito de Viseu em 2001
- Quadro nº 53- Trabalhadores por conta de outrem por Concelho, Sexo e Sector de Actividade em 2005
- Quadro nº 54- Desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Distrito de Viseu em Março de 2007
- Quadro nº 55- Desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Distrito de Viseu em Março de 2008
- Quadro nº 56- Desemprego por Grupo Etário em Março de 2008
- Quadro nº 57- Desemprego por Níveis de Ensino em Março de 2008
- Quadro nº 58- Taxa de DLD em Março de 2008
- Quadro nº 59- Duração semanal média do trabalho da população empregada por local de residência (NUTS II) e sector de actividade económica em 2006

Quadro nº 60- Ganho mensal (em euros) dos trabalhadores por conta de outrem segundo o sector de actividade e Sexo no Distrito de Viseu em 2005

Quadro nº 61- Número de contratos dos trabalhadores por conta de outrem nos anos de 2004 e 2005

Quadro nº 62- Incidência de Menores em Situação de Trabalho Ilícito detectados por distrito, em 2001

Quadro nº 63- Número de participantes abrangidos pelas medidas e programas do Mercado Social de Emprego: Análise comparada (2001-2003), no Continente

Produto e rendimento

Quadro nº 64- Principais Agregados de Contas Regionais por NUTS III em 2002

Quadro nº 65- Principais Agregados de Contas Regionais por NUTS III em 2003

Quadro nº 66- PIB *per capita* por NUTS II em 2002 e 2003

Quadro nº 67- PIB *per capita* e Percentagem do PIB por Região face ao total de Portugal em 2003

Quadro nº 68- Indicadores do comércio internacional por NUTS II, 2003

Quadro nº 69- Indicadores do comércio internacional por NUTS II, 2004

Quadro nº 70- Taxa de Crescimento Efectivo por Local de residência (NUTS II)

Quadro nº 71- PIB e PIB por Pessoa Activa por NUTS II em 2002

Quadro nº 72- Percentagem do Poder de Compra no Distrito de Viseu em 2000

Habitação, Consumo e Bem Estar

Quadro nº 73- Edifícios licenciados pelas Câmaras Municipais para construção por município segundo o tipo de obra, 2006

Quadro nº 74- Fogos licenciados pelas câmaras municipais em construções novas para habitação familiar por município segundo a entidade promotora e a tipologia em 2006

Quadro nº 75- Edifícios concluídos por município segundo o tipo de obra, 2006

Quadro nº 76- Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar por município segundo a entidade promotora e a tipologia, 2006

Quadro nº 77- Estimativas do parque habitacional por município

Quadro nº 78- Despesas das Câmaras Municipais em Actividades Culturais por Concelho em 2005

Quadro nº 79- Cultura e Espectadores por Concelho em 2005

Protecção Social

Quadro nº 80- Valências segundo público alvo no Distrito de Viseu em 2005

Quadro nº 81- Concelho de Armamar: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 82- Concelho de Carregal do Sal: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 83- Concelho de Castro Daire: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 84- Concelho de Cinfães: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 85- Concelho de Lamego: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 86- Concelho de Mangualde: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 87- Concelho de Moimenta da Beira: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 88- Concelho de Mortágua: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 89- Concelho de Nelas: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 90- Concelho de Oliveira de Frades: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 91- Concelho de Penalva do Castelo: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 92- Concelho de Penedono: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 93- Concelho de Resende: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 94- Concelho de Santa Comba Dão: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 95- Concelho de São João da Pesqueira: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 96- Concelho de São Pedro do Sul: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 97- Concelho de Sátão: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 98- Concelho de Sernancelhe: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 99- Concelho de Tabuaço: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 100- Concelho de Tarouca Valências segundo público- alvo

Quadro nº 101- Concelho de Tondela: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 102- Concelho de Vila Nova de Paiva: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 103- Concelho de Viseu: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 104- Concelho de Vouzela: Valências segundo público- alvo

Quadro nº 105- Valor Médio Anual *per capita* da Despesa da Protecção Social com a Velhice, Invalidez e Sobrevivência por concelho em 2006

Quadro nº 106- Pensionistas por Invalidez, Velhice e Sobrevivência por Município em 2006

Quadro nº 107- Subsídios de Maternidade, Paternidade e Licença Parental por Concelho em 2006

Quadro nº 108- Subsídios de Doença por Género e Concelho em 2006

Quadro nº 109- Prestações Familiares, Beneficiários e valor processado em milhares de euros em 2006 por concelho

Quadro nº 110- Beneficiários de Subsídio de Desemprego segundo o género e Valor Médio das Prestações por Concelho em 2006

Quadro nº 111- Beneficiários do RSI por Concelho segundo o Género em 2006

Quadro nº 112- Beneficiários do RSI por Concelho segundo a Idade em 2006

Quadro nº 113- Beneficiários com Processamento de RSI no Centro Distrital de Viseu por mês de Processamento em 2006

Quadro nº 114- Valor médio (em euros) da Prestação de RSI processada por Beneficiário em Junho de 2007

Quadro nº 115- Doenças Profissionais: Entrada de Participações Obrigatórias e Requerimentos Iniciais em 2003, 2004 e 2005 por distrito

Quadro nº 116- Certificação de Doença Profissional por sector de actividade económica em 2006 em Portugal

Tecido Económico e Empresarial

Quadro nº 117- Estabelecimentos/ Pessoas ao Serviço e Evolução Anual por distrito

Quadro nº 118- Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao Serviço em 2004 no Distrito de Viseu

Quadro nº 119- Maiores empresas em 2003 segundo o número de trabalhadores e o concelho

Quadro nº 120- Empresas segundo a CAE no Distrito de Viseu em 2006

Quadro nº 121- Sociedades segundo a CAE no Distrito de Viseu em 2006

Quadro nº 122- Pessoal ao Serviço das Sociedades por CAE e Concelho em 2005

GRÁFICOS

Gráfico 1- População Emigrante por Região

Gráfico 2- Médicos por Especialidade no Distrito de Viseu

Gráfico 3- Acidentes de Trabalho por Distrito em 2003

Gráfico 4- Taxa de Analfabetismo por Concelho em 2001

Gráfico 5- Equipamentos Sociais por Concelho em 2005

Gráfico 6- Beneficiários com Processamento de RSI no Centro Distrital de Viseu por mês de Processamento em 2006

MAPAS

Mapa1- Distrito de Viseu por NUT III

Mapa 2- Distrito de Viseu segundo Tipificação Inclusão/ Exclusão

Mapa 3- Distrito de Viseu segundo Tipificação Urbano/ Rural